



EXTENSÃO

universitária

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
(org.)





EXTENSÃO

universitária

Brasília, 2017.

REITORIA

Reitor

Getúlio Américo Moreira Lopes

Vice-Reitor

Edevaldo Alves da Silva

Pró-Reitora Acadêmica

Presidente do Conselho Editorial

Elizabeth Lopes Manzur

Pró-Reitor Administrativo-Financeiro

Gabriel Costa Mallab

Secretário-Geral

Maurício de Sousa Neves Filho

DIRETORIA

Diretor Acadêmico

Carlos Alberto da Cruz

Diretor Administrativo-Financeiro

Geraldo Rabelo

INSTITUTO CEUB DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - ICPD

Diretor

João Herculino de Souza Lopes Filho

Diretor Técnico

Rafael Aragão Souza Lopes

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

AR Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Extensão universitária – Brasília : UniCEUB, 2016.

127 p.

ISBN 978-85-61990-61-9

1. Ensino Superior. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título.

CDU: 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

SEPN 707/709 Campus do CEUB

Tel. 3966-1335 / 3966-1336

Sumário

Apresentação.....	7
Projeto VICAJ: a prática extensionista e a experiência comunitária como instrumento eficaz de aprendizagem	9
A clínica de direitos humanos do UniCEUB: compartilhamento de uma experiência transformadora	21
Projetos de Assistência ao Atleta: estratégias de promoção da saúde dos esportistas do Distrito Federal.....	33
Agência de notícias UniCEUB: experiência extensionista de jornalismo universitário.....	45
Projeto educação para saúde – convivendo com a adolescência: relato de uma experiência de extensão universitária.....	59
Conhecimento, habilidades e atitudes: como o PIFLA desenvolve competências.....	73
Nivelamentos no ensino superior	83
Projeto representante de turma: formação de líderes	97
Núcleo de Apoio ao Discente – NAD: educação superior inclusiva e ações diferenciadas no UniCEUB	111



Apresentação



A publicação intitulada “Extensão Universitária” é um produto acadêmico da Diretoria Acadêmica/Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB, cujo objetivo é possibilitar o intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas na Instituição, por meio da comunidade acadêmica. A publicação dá ênfase a artigos que servem como referência teórica ou empírica para a Extensão Universitária.

Conforme definido no Planejamento da Extensão e Integração Comunitária (2015 a 2020) do UniCEUB, as **metas** a serem alcançadas no período de 2015 a 2020 foram divididas em globais e intermediárias com a definição dos meios e procedimentos contendo as medidas necessárias para atingi-las.

Entre as Metas globais, está a de “garantir a publicação das atividades extensionistas por programa institucional de apoio às publicações” a ser alcançada pelos seguintes meios e procedimentos:

- Providenciar que as atividades de extensão sejam, anualmente, publicadas na sua totalidade em duas modalidades: no caderno de resumos do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniCEUB e em um produto (cartilha, vídeo, livro etc.) institucional.
- Incentivar publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, inclusive, apresentações, campanhas e publicações institucionais que não são permanentes, mas que auxiliem na disseminação da política institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB.
- Criar uma publicação institucional para atividades de extensão.

E ainda, entre as Metas intermediárias associadas ao Programa de Integração Social está a de “Promover a interdisciplinaridade, a ética e a sustentabilidade nas atividades acadêmicas e incentivar publicações resultantes de ações extensionistas”.

Diante do exposto, a publicação atende às necessidades institucionais

detalhadas, principalmente nas metas do Planejamento já citado, principalmente:

- a) providenciar que as atividades de extensão sejam, anualmente, publicadas na sua totalidade na modalidade produto institucional;
- b) incentivar publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, inclusive, publicações institucionais que não são permanentes, mas que auxiliem na disseminação da política institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB;
- c) criar uma publicação institucional para atividades de extensão;
- d) incentivar publicações resultantes de ações extensionistas.

Como resultado, a criação da publicação alcança, também, os seguintes objetivos específicos:

- a) divulgar a extensão universitária do UniCEUB a fim de incentivar a reflexão crítica sobre a extensão universitária em instituições de ensino superior nacionais e internacionais;
- b) promover o debate sobre a área da Extensão Universitária visando ao constante aprimoramento das atividades extensionistas institucionais para a formação acadêmica de excelência;
- c) sensibilizar o corpo discente para a importância das atividades extensionistas para formação acadêmica de excelência;
- d) promover a integração do corpo docente nas atividades extensionistas e na integração destas com as atividades de ensino e de pesquisa no UniCEUB;
- e) divulgar as atividades extensionistas do UniCEUB para a comunidade externa com o objetivo de fortalecer a imagem da qualidade do UniCEUB como instituição de ensino superior de referência nacional e dando visibilidade à interação existente entre o centro universitário e a sociedade.
- f) disponibilizar material institucional acadêmico para divulgação do UniCEUB em contatos com a comunidade externa, principalmente, como material de apresentação da instituição em encontros destinados a realização de parcerias e convênios institucionais.



Projeto VICAJ: a prática extensionista e a experiência comunitária como instrumento eficaz de aprendizagem

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza¹
Betina Günther Silva²

Resumo

O presente artigo trata do Projeto de Extensão “Violência contra crianças, adolescentes e jovens” e tem por objetivo apresentar as ações e resultados alcançados desde a concepção do Projeto. O Projeto tem desenvolvido as suas ações sob o viés da interdisciplinaridade e da promoção da inclusão social dos vitimizados, a partir do empoderamento e da condição de sujeito de direitos. A prática extensionista tem proporcionado aos alunos o desenvolvimento de uma capacidade reflexiva e de crítica, numa aprendizagem autônoma e dinâmica, aliando capacitação profissional com responsabilidade social.

Palavras-chave: Ensino. Extensão. Inclusão. Violência sexual.

¹ Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza é mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), professora da mesma instituição, onde ministra a disciplina Direito da Criança e do Adolescente, exercendo ainda a função de coordenadora adjunta do Núcleo de Atividades Complementares (NAC) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS). É Procuradora de Justiça do MPDFT, exercendo atualmente o cargo de Vice-Procuradora Geral de Justiça. E-mail: selma.souza@uniceub.br.

² Betina Günther Silva é pós-graduada (MBA) em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas), professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), onde ministra as disciplinas Teoria dos Direitos Fundamentais e Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos, exercendo ainda a função de coordenadora adjunta do Núcleo de Atividades Complementares (NAC) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS). E-mail: betina.silva@uniceub.br.

1 Considerações iniciais

O presente artigo tem por intuito apresentar o Projeto de Extensão VICAJ – Violência contra Crianças, Adolescentes e Jovens. A sua concepção foi fruto de Termo de Cooperação firmado com o Conselho Nacional da Indústria/ SESI-DF, em 31/08/2011, com o objetivo de viabilizar o apoio institucional ao **Projeto VIRA VIDA**, coordenado por esse parceiro, no sentido de desenvolver ações voltadas à capacitação e à educação, por meio do Núcleo de Atividades Complementares da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Uniceub, além da assistência jurídica, através do Núcleo de Prática Jurídica, e atendimento psicológico pelo Curso de Psicologia, para adolescentes e jovens, vítimas da violência sexual, e suas respectivas famílias.

Contudo, o Projeto VICAJ, além da vertente da violência sexual contra essa categoria, possui ainda outros enfoques sobre a violência em suas diversas concepções. Dessa forma, o Projeto tem por objetivo geral o desenvolvimento de ações direcionadas às crianças, aos adolescentes e aos jovens que se encontram em contexto de violência, especialmente a violência sexual, em busca da promoção da inclusão social, por meio do empoderamento deste grupo na condição de sujeito de direitos.

Diante dessa pretensão, alinham-se os objetivos de motivar os alunos do Projeto para o exercício da cidadania; ampliar os conhecimentos dos atores do Projeto quanto à temática “Exploração e abuso sexual contra crianças adolescentes e jovens no Brasil” e de propiciar atividades aos alunos do UniCEUB junto às populações vulneráveis, sob o viés de compreensão dos direitos fundamentais.

Segundo conceituação de Ingo Wolfgang Sarlet (2007, p. 38), com base em Pérez Luño, direitos fundamentais são “o conjunto de direitos e liberdades institucionalmente reconhecidos e garantidos pelo direito positivo de determinado Estado, tratando-se, portanto, de direitos delimitados espacial e temporalmente, cuja denominação se deve ao seu caráter básico e fundamentador do sistema jurídico do Estado de Direito”. Salienta-se que apesar de existir, na doutrina constitucional pátria, intensa celeuma em relação à terminologia adotada (SARLET, 2007, p. 33-42; SAMPAIO, 2004, p. 7-22) – se a expressão ‘direitos fundamentais’ ou a expressão ‘direitos humanos’ -, optou-se por

utilizar, neste trabalho, preferencialmente o termo 'direitos fundamentais'.

Resta claro que ambas as terminologias referem-se à condição humana, todavia a doutrina constitucional prefere referir-se a direitos fundamentais, uma vez que é o termo utilizado pela Constituição da República de 1988, em seu Título II, ao apontar os direitos da pessoa humana reconhecidos pelo direito positivo e localizados no espaço (Brasil) e tempo (pós 1988), a fim de garantir uma convivência digna, livre e igual (SILVA, 2005, p. 178). Ressalta-se ainda que tal conceito abarca direitos de titularidade individual e coletiva (SAMPALHO, 2004, p. 20).

Feitas essas breves observações acerca dos direitos fundamentais, pontua-se que o VICAJ encontra-se no marco do Observatório Direito e Políticas Públicas -Núcleo de Atividades Complementares - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, seguindo a tipologia da Política Institucional de Extensão³, insere-se na linha Programática "Direitos de Grupos Sociais".

Nesse ponto cabe anotar que o Observatório de Direito e Políticas Públicas teve como ponto de partida a constatação de um distanciamento da sala de aula em relação à realidade social. Assim, buscou-se criar um mecanismo que atendesse a essa necessidade, a partir de reflexões pautadas nos problemas sociais, bem como nos instrumentos normativos da educação superior, na perspectiva do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão⁴, nos termos do art. 207, *caput*, CF/88.

Dessa forma, o Observatório é um espaço que propicia práticas extensionistas capazes de fomentar um ensino participativo, centrado no discente e sua realidade, desenvolvendo conhecimentos, habilidades, competências e atitudes que lhes permitam compreender, experienciar e lidar com a complexidade dos problemas sociais e as políticas públicas⁵ correlatas

³ Conforme a Política Institucional de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB.

⁴ A extensão universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE EXTENSÃO NACIONAL, 2012 apud UNICEUB, 2013, p. 19).

⁵ Os teóricos, de forma recorrente, sustentam que não existe uma melhor definição de Política Pública, pois depende do contexto social e político de sua aplicação. Celina Souza busca desenvolver um conceito de Política Pública, apoiando pensamento de Mead que a define como uma área de estudo da política que avalia o governo a partir de grandes questões públicas. Apoiada em Peters, afirma que Política Pública cuida-se de uma soma das ações dos governos, diretamente ou por delegação, que influenciam a

e, nesse contexto, apresentar soluções às demandas da sociedade com vista à efetividade dos direitos sociais, sobretudo.

A temática exploração e abuso sexual de crianças, adolescentes e jovens, em face da perspectiva interdisciplinar do fenômeno, envolve vários cursos do UniCEUB, especialmente os cursos de Direito e de Psicologia e, neste sentido, encontra-se em sintonia às diretrizes da Proposta Pedagógica dos cursos de graduação do UniCEUB e com as diretrizes curriculares nacionais, eis que o curso de graduação em Direito deverá garantir para o graduando, “[...] sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais [...]”, isso atrelado a uma capacidade reflexiva e de crítica, numa aprendizagem autônoma e dinâmica, imprescindíveis ao manejo dos instrumentos jurídicos direcionados à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania, com viés de enfrentamento aos graves problemas sociais⁶.

2 Contextualização da temática

A violência sexual de crianças, adolescentes e jovens⁷ é uma das piores formas de violação aos direitos fundamentais, compreensão que determinou a inserção de diretrizes constitucionais⁸ e legais para⁹ o enfrentamento desse

vida dos cidadãos. Chama as reflexões de Dye para aduzir que Política Pública é o que o governo decide fazer ou não fazer. Na sua análise, assevera que Política Pública é a área do conhecimento que tem por objetivo “colocar o governo em ação e/ ou analisar essa ação (variável e independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. (SOUZA, 2006, p. 24). No presente artigo, Política Pública será entendida como programa de ações governamentais articuladas, cuja finalidade é movimentar a máquina governamental, no sentido de realizar objetivos de ordem pública ou, na ótica jurista, concretizar direitos e modificar uma realidade, em resposta aos interesses envolvidos. (BUCCI, 2006, p. 241).

⁶ Conforme art. 3º da Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004.

⁷ Violência sexual é toda conduta que obriga criança, adolescente ou jovem à realização de práticas sexuais, podendo ser realizada por meio da força física, da influência psicológica ou do uso de armas ou drogas. As formas de violência são as seguintes: (ii) abuso sexual, que implica relação de confiança entre a vítima e o agressor; e (ii) exploração sexual, que envolve uma rede de agressores e tem por objetivo o lucro.

⁸ Art. 227 e sgts. da CR/88.

⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente seu art. 5º: “Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”

fenômeno no Brasil, as quais estão pautadas na transversalidade, ante a necessidade imperiosa de um espaço para construir e potencializar a rede de atenção.

Essas diretrizes implicam desenvolvimento de ações governamentais e não governamentais de natureza complexa para implementação de políticas públicas efetivas para atender este problema, na medida em que envolve responsabilidades da família, da sociedade e do Estado, inserindo-se nesse rol a comunidade acadêmica.

Há que se destacar que o plexo das atividades extensionistas do UniCEUB tem como norte a promoção dos valores democráticos, priorizando a formação do profissional cidadão, capaz de interagir com a sociedade na busca de soluções para os problemas que lhes são afetos, propiciando o aperfeiçoamento e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso.

Com o objetivo de dimensionar o problema da violência contra essa categoria, a seguir serão apresentados alguns dados extraídos do Disque Denúncia – 100. Trata-se de um serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para registro e encaminhamento de denúncias.

No primeiro trimestre de 2015, o Disque 100¹⁰ recebeu 21.021 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes. As maiores frequências foram de negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual.

Em que pese o volume de registros, não é possível afirmar que os casos denunciados efetivamente ocorreram, considerando que o Disque 100 é um serviço de atendimento público para registro de denúncias e prestação de informações sobre direitos humanos, não tendo atribuição no campo da investigação. Os registros são direcionados à Rede de Enfrentamento a esse problema, especialmente aos Conselhos Tutelares, aos órgãos que integram a Polícia Investigativa e ao Ministério Público.

No que toca ao perfil, 45% das vítimas eram meninas e 20% tinham entre 4 e 7 anos. Em boa parte dos casos, cerca de 58%, o pai e a mãe são apontados como os principais suspeitos das agressões, que ocorrem principalmente na casa da vítima.

¹⁰ C.f. <www.disque100.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Conforme dados extraídos do Disque 100 em 18.05.2015, a violência sexual é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes. Nos três primeiros meses do ano, foram denunciados 4.480 casos de violência sexual, o que representa 21% das mais de 20 mil demandas relacionadas a violações de direitos da população infanto-juvenil, registradas entre janeiro e março de 2015.

Em cada denúncia, é possível identificar relato de mais de uma violação. Nesse sentido, casos de abuso sexual estão presentes em 85% do total de denúncias de violência sexual denunciadas no primeiro trimestre. Este crime ocorre quando o agressor, por meio da força física, ameaça ou sedução, usa crianças ou adolescentes para a própria satisfação sexual.

Dessa forma, percebe-se a relevância e urgência do tema a ser enfrentado tanto pelo profissional do Direito quanto pelo cidadão.

3 Dinâmicas e apresentação de resultados

O Projeto VICAJ, ao longo da sua trajetória, tem desenvolvido as seguintes ações e produtos correlatos:

a) capacitações dos educadores que atuam no projeto, por meio de minicurso, voltadas para políticas públicas da infância, adolescência e da juventude e respectivo aparato normativo;

b) oficinas para os adolescentes e jovens vítimas na perspectiva de reconhecimento de seus direitos e com vistas ao seu empoderamento enquanto cidadãos;

c) minicurso voltado à rede de enfrentamento à violência sexual;

d) atendimento psicológico para os adolescentes e jovens incluídos no Projeto VIRA VIDA;

e) oficinas de nivelamento quanto ao conteúdo para alunos extensionistas;

f) participação dos alunos no “Dia de Sensibilização de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes – 18 de maio” realizado no *campus* do UNICEUB;

g) produção de material de orientação para distribuição junto à comunidade e Conselhos Tutelares, contendo o fluxograma da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes;

- h) produção de artigos pelos alunos extensionistas;
- i) oficinas realizadas para o Congresso Institucional do UNICEUB;
- j) participação de alunos extensionistas na CPI da Exploração Sexual da Câmara dos Deputados;
- l) realização de Seminário “Políticas de Enfrentamento à violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens no contexto brasileiro”;
- m) peças de teatro elaboradas pelos alunos extensionistas direcionadas às crianças e adolescentes vitimizados;
- n) confecção de formulário (Questionário) para aplicação junto aos Conselhos Tutelares do DF;
- o) visitas feitas pelos alunos extensionistas aos Conselhos Tutelares do DF a fim de averiguar as condições de atendimento e dificuldades enfrentadas.

3.1 Ações e produtos – 1º semestre de 2016

Durante o primeiro semestre do ano em curso, o VICAJ desenvolveu atividades na perspectiva de aproximação dos discentes aos complexos problemas sociais, para uma constante reflexão sobre a violência e os direitos fundamentais ameaçados ou violados, o que possibilitou o contato dos alunos com crianças e adolescentes de duas escolas de ensino fundamental, por meio da realização de duas oficinas que versaram sobre os direitos fundamentais e a violência intrafamiliar.

A formação das duas oficinas foi fruto do esforço dos alunos para trabalhar tema tão caro à sociedade que é a violência doméstica. A mobilização de todos logrou desenhar uma atividade lúdica denominada “Caça ao Tesouro”, visando desenvolver a percepção das crianças e adolescentes quanto à titularidade de direitos fundamentais e os possíveis contextos de violação de tais direitos, sobretudo quanto às diversas formas de violência. Tais oficinas decorreram da integração com o Projeto de Extensão contra Violência Doméstica (PROVID)¹¹, que se deu da seguinte forma: houve a identificação de demanda específica pelo CJM/TJDFT – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher

¹¹ Trata-se de mais um Projeto de Extensão atrelado ao Observatório Direito e Políticas Públicas - Núcleo de Atividades Complementares - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Distrito Federal, órgão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), parceiro do PROVID, em relação à população infanto-juvenil no âmbito da realização de palestras sobre a Lei Maria da Penha (Projeto ‘Maria da Penha vai à Escola’), em diversas escolas públicas. Dado o perfil dos alunos – crianças e adolescentes – as professoras responsáveis pelo PROVID acionaram a equipe de professoras do VICAJ, a fim de verificar a possibilidade e o interesse em atender a referida demanda, o que foi feito.

Outra ação que merece registro foi a sensibilização realizada nos *campi* Asa Norte e Taguatinga, no dia 18 de maio, dia nacional de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, que demandou dos alunos a elaboração de um *folder* e sua distribuição, exigindo deles a interação com a comunidade interna e esclarecimentos sobre este delicado tema. Salienta-se ainda a organização de palestra sobre a temática em parceria com a OAB/DF, através de sua Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude. A ação de sensibilização nos *campi* foi divulgada por meio de matéria específica na TV UniCEUB.

Além disso, foi feita exposição na Coordenação do Projeto VIRA VIDA para representantes de entidades governamentais e não governamentais de 08 países da América Latina e América Central (Uruguai, Argentina, Colômbia, México, El Salvador, Peru, Equador e Chile), bem como debates realizados nas reuniões quinzenais e extraordinárias, que, sem dúvida, determinaram o alcance do objetivo geral do Projeto, eis que propiciaram a interlocução entre o campo doutrinário e a prática, bem como estimulou os alunos na área da pesquisa, especialmente quanto à escolha do tema de monografia, assim assegurada a integração com a pesquisa e as disciplinas ‘Direito da Criança e do Adolescente’, ‘Políticas Públicas’ e ‘Direitos Fundamentais’.

Acredita-se que as expectativas foram atendidas, apesar das dificuldades enfrentadas, já esperadas pelas professoras, especialmente no que toca à falta de domínio acerca da temática por parte dos alunos - em razão da heterogeneidade dos semestres de enquadramento dos alunos inscritos no Projeto e do fato de as disciplinas ‘Direito da Criança e do Adolescente’ e ‘Políticas Públicas’ serem eletivas e ofertadas somente no 10º semestre do curso - o que levou, num primeiro momento, à execução de nivelamento de conteúdos.

Os alunos externaram contentamento sobre o modo receptivo dos professores e alunos das escolas da rede pública de ensino, o que demonstra a falta de resistência da comunidade beneficiada. Nesse ponto, cabe salientar elogios da Direção das Escolas aos alunos do UniCEUB, não só pelo domínio do tema, mas também pelo comportamento respeitoso em relação à comunidade escolar.

Acerca das atividades desenvolvidas ao longo do último semestre, os alunos reconheceram a importância do contato acadêmico com os problemas sociais, tendo adesão significativa nas atividades desenvolvidas ao longo do semestre, conforme listas de presença.

3.2 Parcerias firmadas

Desde a sua concepção até o 1º semestre de 2016, o Projeto VICAJ contou com a participação de 610 alunos dos Cursos de Direito e Psicologia, tendo como comunidade beneficiada diretamente o quantitativo de 2.160 pessoas e, indiretamente, a comunidade acadêmica dos *campi* Asa Norte e de Taguatinga. Ainda, ao longo desse período, para o desenvolvimento das inúmeras ações, foram realizadas as seguintes parcerias:

- ι) CNI/SESI – Projeto VIRA VIDA;
- ιι) Instituto ALANA, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo desenvolver ações que possam contribuir para a efetivação e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- ιιι) Ordem dos Advogados do Brasil – Secção DF;
- ιιιι) CJM/TJDFT – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Distrito Federal;
- ιιιιι) Entidade Não-governamental “Vejo Flores em Você”;
- ιιιιιι) Diretório Central Estudantil do UniCEUB.

4 Conclusão

O Projeto VICAJ propicia uma oportunidade para os alunos de Graduação do UniCEUB, notadamente dos cursos de Direito e de Psicologia, de ampliar os seus conhecimentos teóricos e de vivenciar a prática de respeito aos direitos

fundamentais nesta seara. Para a Instituição, vislumbra-se como positiva a visibilidade da parceria firmada, bem como representa uma ação na constante busca de aprimoramento da educação superior, com foco na formação ética e humanizada dos futuros profissionais. Constata-se, ainda, que a comunidade vem sendo beneficiada com as ações desenvolvidas ao longo do Projeto, conforme listagem disposta anteriormente.

Por fim, conclui-se que os problemas detectados nessa seara da violência contra crianças, adolescentes e jovens são diversos e complexos e envolvem diferentes concepções. Em razão disso, o projeto VICAJ não tem a intenção de resolvê-los, embora possa contribuir para amenizá-los. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão têm propiciado para, nos limites de sua capacidade e competência, atenuar as mazelas desse fenômeno, com foco no empoderamento dos vitimizados, na prevenção e na capacitação dos atores da rede de enfrentamento.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 17. ed. Brasília: Saraiva, 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 17. ed. Brasília: Saraiva, 2010.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. *Resolução CNE/CES n. 09, de 29 de setembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

BUCCI, Maria Paula. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. 1989. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acesso em: 12 ago. 2016.

MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

POLÍTICA institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB. 2014. Dis-

ponível em: <<https://www.uniceub.br/media/520186/PoliticaExtensaoWEB.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PROPOSTA de projeto pedagógico do curso de direito do UniCEUB. 2006. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/cursos/direito-e-relacoes-internacionais/graduacao/direito/geral.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direitos fundamentais: retórica e historicidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2005.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. 2006. Caderno Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006.





A clínica de direitos humanos do UniCEUB: compartilhamento de uma experiência transformadora

Aline Albuquerque¹

Resumo

A Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB foi criada com base nas concepções das Clínicas Legais, porém não adotou desde o seu início qualquer espécie de litigância, pois centrou-se no entendimento de que a alteração da violação sistemática e estrutural dos direitos humanos se efetiva precipuamente por meio da mudança cultural e dos valores que transitam na sociedade. Considerando a demarcação conceitual e metodológica da atuação da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, que se dá com base na Educação em Direitos Humanos, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a Clínica e seus pressupostos de trabalho, bem como apresentar sinteticamente suas bases de Educação em Direitos Humanos, e, por fim, ilustrar suas atividades por meio de uma ação desenvolvida em conjunto com os alunos relativa à violação de direitos humanos nos cuidados em saúde. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica acerca da temática. Concluiu-se que, por meio do ensino ativo, da conjugação entre teoria e prática e da construção de conhecimento partilhado com os alunos, a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB contribui para formação de indivíduos socialmente engajados e comprometidos com a transformação social, indispensável para que o país alcance níveis dignos de condições de vida para todos.

¹ Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília. E-mail: alineoliveira@hotmail.com.

Palavras-chave: Clínica de direitos humanos. Educação em direitos humanos. Cuidados em saúde.

1 Introdução

As Clínicas de Direitos Humanos foram instituídas na segunda década do século XX, primeiramente, nos Estados Unidos e, em momento posterior, no continente europeu, e, em seguida, na América-Latina. Esse modelo de atividade desenvolvida no âmbito dos Cursos de Direito se acopla à concepção de Clínicas Legais, surgidas na década de sessenta (MARTÍN, 2006) a partir da experiência trazida das escolas de Medicina (KERRIGAN; MURRAY, 2011). As Clínicas de Direitos Humanos e as Legais visam promover formas de aprendizagem que considerem a aplicabilidade das ferramentas jurídicas a partir de uma perspectiva crítica, na qual são incorporadas reflexões sobre o contexto social, cultural, e econômico que permeia a efetivação das normas jurídicas. Ainda, registre-se que as Clínicas de Direitos Humanos lidam com projetos específicos, abordando-os, comumente, do ponto de vista da extensão, mediante a intervenção em situações de violação de direitos humanos, da pesquisa, por meio do fomento de estudos e análises de tais situações, bem como da prática jurídica, na medida em que se tem como objetivo municiar o discente para atuar profissionalmente de modo socialmente responsável.

A Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, a primeira a ser criada no Distrito Federal, no ano de 2013, é um Projeto de Extensão do Curso de Direito vinculado ao Observatório Direito e Políticas Públicas-NEAC/FAJS. A Clínica foi instituída com a intenção precípua de disseminar os direitos humanos de modo a concorrer para a alteração de padrões de violações de tais direitos no Brasil, por meio da formação docente comprometida com a transformação social. Assim, com o desiderato de alcançar tal escopo, a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB ancora sua atuação na Educação em Direitos Humanos, construto teórico-prático propagado pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Haja vista a proposta da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, assinala-se que os professores que a integram não peticionam ou litigam judicialmente,

isto é, produzem materiais, realizam capacitações e seminários, dentre outras formas de atuação, com o fito de promover o conhecimento acerca dos direitos humanos, enquanto meio de intervenção social.

Considerando a demarcação conceitual e metodológica da atuação da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, que se dá com base na Educação em Direitos Humanos, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB e seus pressupostos de trabalho, bem como apresentar sinteticamente suas bases de Educação em Direitos Humanos, e, por fim, ilustrar suas atividades por meio de uma ação desenvolvida em conjunto com os alunos relativa à violação de direitos humanos nos cuidados em saúde. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica acerca do tema Clínica de Direitos Humanos mediante a busca de artigos e materiais produzidos por Clínicas de Direitos Humanos, notadamente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Quanto à Educação em Direitos Humanos, este estudo se estruturou alicerçado nos documentos da UNESCO; e no que concerne à violação de direitos humanos nos cuidados em saúde, empregou-se as definições de Juan E. Méndez (2013), Relator Especial da ONU sobre Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e na formulação teórica de Ezer, Cohen e Quinn (2013).

No que toca à estruturação do artigo, no primeiro momento será apresentada a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB e, em seguida, suas premissas de trabalho. Na parte subsequente, será exposto o referencial utilizado pela Clínica sobre Educação em Direitos Humanos e, por fim, a exemplificação de uma atividade da Clínica levada a cabo no primeiro semestre de 2016 sobre o tema da violação de direitos humanos na saúde. Em seguida, passa-se a discorrer sobre a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB.

2 A clínica de direitos humanos do UniCEUB

As Clínicas de Direitos Humanos têm dois focos precípuos a construção de uma ponte entre a teoria e a prática, por meio da atuação em casos e projetos de direitos humanos, e o desenvolvimento de competência e habilidades dos estudantes baseadas no entendimento de que as normas jurídicas não estão dissociadas das relações de poder. Tendo em conta que as Clínicas de Direitos

Humanos se conjugam com as ideias de base das Clínicas Legais, ambas se fundamentam na aprendizagem mediante a troca mútua entre professor e aluno, o que demanda a adoção de métodos de ensino ativo e muitas vezes experimental (MARTÍN, 2006). Assim, pode-se afirmar que uma Clínica de Direitos Humanos ou Legal adota o método clínico, que consiste na conjugação entre a docência, a pesquisa e a intervenção social, ou seja, sua atuação caminha na direção da intervenção acadêmica em problemas sociais. Desse modo, as Clínicas incorporam no plano de ensino global da instituição as experiências advindas do encontro entre os alunos e a sua realidade social (BUIRAGO, 2006). Com efeito, as Clínicas de Direitos Humanos e as Legais propiciam métodos adicionais, paralelos aos tradicionalmente adotados pelas instituições de ensino, criando novas oportunidades de aprendizado. (KERRIGAN; MURRAY, 2011).

A Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB foi criada com base nas concepções das Clínicas Legais, porém não adotou desde o seu início qualquer espécie de litigância, pois centrou-se no entendimento de que a alteração da violação sistemática e estrutural dos direitos humanos se efetiva precipuamente por meio da mudança cultural e dos valores que transitam na sociedade. Sendo assim, a Clínica de Direitos Humanos agregou ao seu alicerce teórico os documentos e estudos sobre Educação em Direitos Humanos, ponto que será mais bem explanado em item específico. No que toca às temáticas, objeto da atuação da Clínica, escolheu-se o enfoque dos Direitos Sociais, mais especificamente, atualmente, a Clínica lida com o direito à saúde e à moradia adequada.

A opção pelos Direitos Sociais deu-se em função dos desafios postos no Brasil para a sua realização efetiva em face dos cortes dos gastos sociais do Estado, do desmantelamento do Sistema Único de Saúde e da persistência do problema da falta de moradia adequada para todos. Embora tenha havido um incremento na renda de parcela da população brasileira, a maior parte ainda permanece recebendo baixos salários, sem acesso a bens e serviços de saúde de qualidade ou a moradia adequada. Com efeito, há um déficit de bens e serviços de saúde disponíveis e de qualidade, bem como de moradia adequada e os programas de transferência direta de renda não são suficientes para alterar tal quadro. Sendo assim, nota-se a inobservância por parte do Estado brasileiro do princípio da vedação do retrocesso dos direitos sociais, notadamente quanto ao direito à saúde.

Sendo assim, a Clínica de Direitos Humanos desenvolve sua atuação em três eixos: direito humano à saúde e à moradia adequada, bem como em Educação em Direitos Humanos. Com o objetivo de ilustrar uma atividade levada a cabo pelos alunos integrantes da Clínica, optou-se neste artigo por tratar do eixo direito humano à saúde, particularmente de uma ação desenvolvida com os alunos no primeiro semestre de 2016. Contudo, antes de adentrar em tal ponto, no item seguinte serão expostas as premissas de trabalho norteadoras das atividades da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB.

3 Premissas de trabalho norteadoras da clínica de direitos humanos do UniCEUB

No decorrer do desenvolvimento das atividades da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, a partir do ano de 2013, foram identificadas algumas premissas que as fundamentam e conferem significado para as ações dos agentes que nela atuam. Desse modo, com o objetivo de expor o produto da reflexão dos professores que integram a Clínica de Direitos Humanos, são expostas a seguir suas premissas de trabalho:

- i. A visão estritamente legalista da violação de direitos humanos é reducionista e tende a obscurecer a complexidade da sua dinâmica, não permite a sua adequada contextualização e a percepção das assimetrias de poder presentes nas relações humanas.
- ii. A solidariedade pragmática envolve a empatia em relação ao outro, acompanhada de efetiva intervenção que objetiva enfrentar as situações violadoras dos direitos humanos (FARMER; GASTINEAU, 2009). A solidariedade desvinculada do componente pragmático revela-se compaixão abstrata, o que não é suficiente para os direitos humanos.
- iii. A atuação em direitos humanos reflete comprometimento com o enfrentamento da pobreza e se coloca antagonicamente diante de estruturas políticas e sociais que a criam e a perpetuam.
- iv. Quando se amplia o conceito de direitos humanos para a inclusão dos direitos sociais a distância entre o ideal e a realidade torna-se

- maior. Os direitos humanos formalmente reconhecidos possuem valor diminuto quando estruturas políticas, econômicas e sociais não permitem que todos os indivíduos possam usufruir de tais direitos.
- v. Estamos todos implicados nas estruturas globais que determinam a natureza e a distribuição das violações dos direitos sociais.
 - vi. A Educação em Direitos Humanos é central para a promoção da transformação social e inerente à promoção dos direitos humanos.
 - vii. Os direitos humanos são práticas sociais, a prioridade é entendê-los em situações cotidianas e incidir sobre as mesmas.
 - viii. Cada indivíduo é um ator social capaz de processar a experiência social e inventar meios de lidar com ela, mesmo nas situações de maior privação.
 - ix. Os sujeitos devem participar das decisões políticas que lhes afetam. O direito à participação implica a atuação ativa de todos os afetados na formulação, aplicação e acompanhamento das políticas públicas.
 - x. A consolidação de uma cultura de direitos humanos implica sensibilizar a população sobre tais direitos por meio da disseminação do conhecimento sobre tais direitos.

Sendo assim, constata-se que as premissas de trabalho assumidas pelos professores e alunos da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB se interconectam com o arsenal teórico da Educação em Direitos Humanos, ponto objeto do item subsequente.

4 A educação em direitos humanos

A Educação em Direitos Humanos é concebida no âmbito das Nações Unidas como essencial para a promoção e o estabelecimento de relações harmônicas entre comunidades visando fomentar a compreensão mútua, a tolerância e a paz. (ALVES, 2009) A UNESCO é a agência das Nações Unidas que vem desenvolvendo aportes teóricos com vistas a tornar concreto o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, enquanto prosseguimento da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2004). (UNESCO, 2014) Assim, na esfera das Nações Unidas, a Educação em Direitos

Humanos objetiva desenvolver o entendimento da responsabilidade comum de tornar os direitos humanos uma realidade em todas as comunidades (UNESCO, 2014). Sendo assim, a Educação em Direitos Humanos é um conjunto de atividades de educação, capacitação e difusão de informação, direcionado à criação de uma cultura universal de direitos humanos. Com efeito, a Educação em Direitos Humanos apresenta dois objetivos precípuos: a) proporcionar conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los; b) desenvolver as atitudes necessárias para promover, defender, e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. (UNESCO, 2012) Especificamente com foco no ensino dos direitos humanos para estudantes do Ensino Superior, a UNESCO elaborou um plano de ação para a educação em direitos humanos nas instituições de ensino superior. Em prosseguimento, o plano assenta a inclusão dos direitos humanos como tema geral em todas as disciplinas do ensino superior, a oferta de cursos de introdução de direitos humanos aos estudantes de todas as disciplinas, e de cursos avançados de direitos humanos pertinentes para cada ramo de estudo.

Sob a ótica acadêmica, a Educação em Direitos Humanos busca impulsionar o fortalecimento da cultura dos direitos humanos, “afetar as mentalidades em profundidade, criar novas práticas sociais” (CANDAU, 2008, p. 76). Desse modo, quando se emprega a Educação em Direitos Humanos, interconectada com suas premissas de trabalho expostas no item acima, como fundamento metodológico da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, se objetiva convergir suas atividades para duas direções: a disseminação do conhecimento sobre os direitos humanos para os alunos que a integram e a comunidade, em geral; e produzir modos de aplica-los na vida cotidiana das pessoas. As duas direções demandam inventividade dos professores e alunos, pois não há modelos preconcebidos de como difundir noções de direitos humanos visando à sua aplicabilidade em contextos sociais, econômicos e culturais particulares. Dessa forma, a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB vem produzindo uma série de materiais e iniciativas, tais como o Manual de Direitos Humanos para Médicos, o Manual de Direitos Humanos da Pessoa Idosa em relação ao Cuidados em Saúde e a Capacitação de Conselheiros de Saúde do Distrito Federal, no âmbito do eixo à saúde, foco deste artigo.

À luz das proposições teóricas-práticas da Educação em Direitos

Humanos, o eixo direito humano à saúde desenvolveu atividade, no primeiro semestre de 2016, com os alunos membros da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB sobre violações de direitos humanos nos cuidados em saúde, como a seguir será explanado.

5 Atividade da clínica de direitos humanos do UniCEUB sobre violações de direitos humanos nos cuidados em saúde

No eixo direito humano à saúde, uma das vertentes de atuação da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, tratou-se de violações de direitos humanos na esfera dos cuidados em saúde como uma das temáticas de abordagem do eixo para o ano de 2016. Sendo assim, inicialmente, os alunos tiveram acesso a artigos científicos e relatórios que, concomitantemente, conceituavam teoricamente as violações de direitos humanos na esfera da saúde e as ilustravam por meio de casos ocorridas em diversos países. A partir de tal material, os alunos analisaram dispositivos dos tratados de direitos humanos e os modos de enquadramento de uma situação particular em saúde como violadora dos direitos humanos. Num segundo momento, os alunos levantaram casos no Brasil que poderiam ser categorizados como violação de direitos humanos e os apresentaram para o grupo a fim de que, em seguida, fossem escolhidos aqueles que se encaixavam na categorização de tal tipo de violação, como será visto abaixo. Por fim, os alunos pesquisaram profundamente as três violações escolhidas de modo a produzir um relatório detalhando a ocorrência de cada uma das violações, com vistas a dar visibilidade e influenciar formadores de opinião, ativistas de direitos humanos e autoridades públicas, concorrendo, assim, para a mitigação do padrão violador identificado.

Com o objetivo de explicar de forma detalhada a atividade desempenhada pelos alunos da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, objeto deste artigo, serão delineados os aportes teóricos utilizados. Com efeito, determinadas situações vivenciadas pelos pacientes podem ser caracterizadas como tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante, caracterizando, desta forma, uma violação ao direito previsto no art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no art. 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos,

adotado pela ONU, em 1966. Comumente, a vedação da tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante vem sendo aplicada ao contexto do sistema de justiça criminal, passando ao largo das unidades de saúde. Entretanto, relatórios sobre os cuidados em saúde de pacientes, produzidos no âmbito da ONU (MÊNDEZ, 2013) e da Human Rights Watch (AMON, 2010), demonstraram que há inúmeros casos, em variados países, de violações do direito de não ser submetido à tortura ou a tratamento cruel, desumano ou degradante. A partir de tais verificações, de acordo Ezer, Cohen e Quinn (2013), mudança significativa deu-se na aplicação do direito de não ser torturado, isto é, entendeu-se cabível a sua incidência no contexto dos cuidados em saúde. Nesse sentido, construiu-se a aceção de que a promoção e a proteção do direito à saúde se conectam com a prevenção da tortura e de outros tratamentos cruel, desumano ou degradante, consequentemente, a vedação de tais tratamentos reforça a realização do direito à saúde (GROVER; GAZIYEV, 2013).

A configuração da violação de direitos humanos nos cuidados em saúde que envolve o art. 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, pressupõe o enquadramento da prática em uma das três categorias: i. intervenção médica forçada ou coagida; ii. negativa de cuidado em saúde ou provisão de cuidado inferior ao padrão sob bases discriminatórias; iii. provisão de tratamento médico de modo humilhante (TEZER; COHEN; QUINN, 2013). No mesmo sentido, a aplicação do dispositivo mencionado em relação à tortura ou ao tratamento cruel e desumano pressupõe a demonstração de dor ou sofrimento grave; distintamente do exigido para a configuração do tratamento degradante. Outra diferenciação relevante diz respeito à tortura e aos demais tratamentos, ou seja, a primeira condiciona-se à presença da intencionalidade do agente que deseja infligir dor à vítima e ao seu propósito indevido; os demais tipos de tratamento podem ser intencionais ou causados por negligência, bem como não precisam apresentar o propósito específico (TEZER; COHEN; QUINN, 2013). Dessa forma, constata-se que nos cuidados em saúde é mais fácil a caracterizado do tratamento desumano ou degradante, se cotejados com a tortura.

Outro aspecto relevante trabalhado pelos alunos diz respeito ao fato de que as violações de direitos humanos nos cuidados em saúde se caracterizam por ter como vítimas grupos vulneráveis, marginalizados ou socialmente

vulneráveis. Assim, pessoas que vivem com HIV ou tuberculose, pessoas com deficiência, pessoas que fazem uso abusivo de drogas, profissionais do sexo e pessoas que necessitam de cuidados paliativos são consideradas vulneráveis, sob a ótica da saúde, e mais comumente, vítimas de violações de direitos humanos (TEZER; COHEN; QUINN, 2013). Nesse sentido, políticas e práticas em saúde conduzem a abusos e violações em hospitais, clínicas e unidades semelhantes, notadamente em razão da discriminação e do estigma de populações vulneráveis e marginalizadas (GROVER; GAZIYEV, 2013).

Ao fim da atividade, os alunos perceberam que determinados tratamentos de pacientes que foram naturalizados por processo social dado historicamente consistem em graves violações de direitos humanos. Os alunos também notaram que a disseminação de que determinadas práticas são violadoras dos direitos humanos dos pacientes é fundamental para que a sociedade e os profissionais de saúde, em particular, se mobilizem em torno da mudança do tratamento de pacientes, mormente quando vulnerável. Sendo assim, os alunos concluíram que uma das medidas prementes quanto à prevenção e ao enfrentamento de qual quadro violador consiste em conferir visibilidade ao problema, de modo que a sociedade esteja ciente de sua gravidade e impacto sobre a vida de inúmeros pacientes. Ainda, quanto à invisibilidade de violações de direitos humanos nos cuidados em saúde, importa assinalar que, em 2011, a Campanha para Parar a Tortura nos Cuidados em Saúde identificou que as violações de direitos humanos nas unidades de saúde se perpetuam em razão da propagação da ideia que em unidades de saúde não ocorrem tais tipos de violações (TEZER; COHEN; QUINN, 2013). Com efeito, os alunos ficaram muito impressionados com a possibilidade de se ter profissionais de saúde que, em tese, deveriam agir em conformidade com padrões éticos, violadores dos direitos humanos dos pacientes, causando-lhes danos severos.

Igualmente, como resultante da atividade, os alunos se sentiram encorajados a identificar situações violadoras de direitos humanos nos cuidados em saúde no Brasil; as escolhidas pelo grupo foram violência obstétrica; as condições de saúde de crianças que se encontram em unidades prisionais com as mães privadas de liberdade e o acesso a cuidados paliativos de pacientes em terminalidade de vida. Após a escolha, os alunos realizaram levantamento sobre

cada um dos temas e produziram relatório detalhando as violações com base no referencial acima explanado. O momento subsequente da atividade será divulgar o relatório produzido pelos alunos quanto a cada uma das situações apontadas de modo a conferir-lhes visibilidade, contribuindo para a disseminação dos direitos humanos e a mudança da vida cotidiana dos pacientes, notadamente os vulneráveis.

6 Considerações Finais

A Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, por meio de atividades e ações de disseminação do conhecimento acerca dos direitos humanos, particularmente dos direitos sociais, e da identificação de situações violadoras de tais direitos no país, desenvolve práticas pedagógicas direcionadas a valores e à responsabilidade social do corpo docente e discente. As Clínicas de Direitos Humanos consistem em institucionalidades acadêmicas fundamentais para provocar os estudantes a se mover e a se indignar em prol da construção de uma sociedade comprometida com os direitos humanos. Desse modo, mediante o emprego de metodologias ativas, da conjugação entre teoria e prática e da construção de conhecimento compartilhado com os alunos, a Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB contribui para formação de indivíduos socialmente engajados e comprometidos com a transformação social, indispensável para que o país alcance níveis dignos de condições de vida para todos.

Referências

AMON, Joseph. *Abusing patients: health providers' complicity in torture and cruel, inhuman or degrading treatment*. 2010. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2010/country-chapters-1>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

BITRAGO, Érika J. Castro. La enseñanza clínica: un paso hacia la calidad. *Opinión Jurídica*. v. 5, n. 9, p.175-186 jan-jun, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. In: SACAVINO, Suzana; CANDAU, Vera Maria. *Educação em direitos humanos*. Petrópolis: DP et Alli, 2008. p. 73-93.

EZER, Tamar; COHEN, Jonathan; Quinn, Ryan. The problema of torture in health care. In: CENTER FOR HUMAN RIGHTS & HUMANITARIAN LAW. *Torture in healthcare settings: reflections on the special rapporteur on torture's 2013 thematic report*. Available in: <http://antitorture.org/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Torture_in_Healthcare_Publication.pdf>. Access on: 8 ago. 2016.

FARMER, Paul; GASTINEAU, Nicole. Rethinking health and human rights: time for a paradigm shift. In: GOODALE, Mark. *Human rights: an anthropological reader*. Nova York: Willey-Blackwell, 2011. p. 148-166.

GROVER, Anand; GAZIYEV, Jamshid. A contribution by the Special Rapporteur on the Right to Health: right to health and freedom from torture and ill-treatment in health-care settings. In: CENTER FOR HUMAN RIGHTS & HUMANITARIAN LAW. *Torture in healthcare settings: reflections on the special rapporteur on torture's 2013 thematic report*. Available in: <http://antitorture.org/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Torture_in_Healthcare_Publication.pdf>. Access on: 8 ago. 2016.

KERRIGAN, Kevin; MURRAY, Victoria. *A student guide to clinical legal education and pro bono*. Londres: Palgrave, 2011.

MARTÍN, Diego Blázquez. *Apuntes acerca de la educación jurídica clínica*. Disponível em: <http://universitas.idhbc.es/n03/03-04_blazquez.pdf?>. Acesso em: 4 ago. 2016.

MÉNDEZ, Juan E. *Report of the special rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*. Available in: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/A.HRC.22.53_English.pdf>. Access on: 4 ago. 2016.

UNESCO. *Human rights education*. Available in: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/human-rights-education/about-us/mission/>>. Access: 20 out. 2014.

UNESCO. *Plan of action world programme for human rights education: first phase*. Available in: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/human-rights-education/resources/publications/>>. Access: 20 out. 2014.

UNESCO. *Programa mundial para la educación en derechos humanos*. Nova York, Ginebra: Nações Unidas, 2012



Projetos de Assistência ao Atleta: estratégias de promoção da saúde dos esportistas do Distrito Federal

Marcio Oliveira¹
Marcos Boitrago²
Tatiane Morelati³
Larissa Soares⁴
Valéria Sovat⁵
Paulo Lobo⁶
Marcus Melo⁷
Michelle Ferro⁸
Renata Vale⁹

Resumo

Considerando o número crescente de praticantes de esportes do Distrito Federal que almejam se tornar futuros atletas olímpicos, em especial aqueles que já ingressaram e ainda o farão nos programas dos Centros Olímpicos, bem como as perspectivas de Brasília, sede de inúmeros eventos esportivos, em especial a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e levando-se em conta a precariedade que essa população encontra no seu dia a dia, os Projetos de extensão de Assistência ao Atleta têm por objetivo disponibilizar uma opção de acompanhamento curativo e

¹ Fisioterapeuta, Docente e Coordenador da Pós Graduação em Fisioterapia Traumato-Ortopédica Funcional e Esportiva do UniCEUB; Responsável Técnico pelo Projeto de Assistência à Saúde do Atleta do UniCEUB; Contato: marcio.oliveira@uniceub.br

² Acadêmicos de Fisioterapia do UniCEUB;

³ Acadêmicos de Fisioterapia do UniCEUB;

⁴ Acadêmicos de Fisioterapia do UniCEUB;

⁵ Coordenadora do curso de Fisioterapia do UniCEUB;

⁶ Médico Ortopedista e Cirurgião de Joelho; Docente da Pós Graduação em Fisioterapia Traumato-Ortopédica Funcional e Esportiva do UniCEUB;

⁷ Médico Ortopedista; Docente da Pós Graduação em Fisioterapia Traumato-Ortopédica Funcional e Esportiva do UniCEUB;

⁸ Nutricionista; Docente do curso de Nutrição do UniCEUB;

⁹ Psicóloga; Docente do curso de Psicologia do UniCEUB.

preventivo especializado para os atletas competitivos que sofram intercorrências traumato-ortopédicas que impeçam ou dificultem as suas atividades de vida diária, treinamento, participação em competições ou que almejam melhorar a performance e não possuem estrutura adequada e nem condições de arcar com despesas do acompanhamento. Desde o primeiro semestre de 2016, foram realizados 12.659 atendimentos a 947 atletas, por uma equipe de 286 participantes, incluindo professores, alunos das graduações em Fisioterapia, Nutrição e Biomedicina, Pós Graduação em Fisioterapia Traumato-Ortopédica Funcional e Esportiva, profissionais vinculados ao Programa SEMPRE UniCEUB e médicos externos. Como atividades extras, foram desenvolvidos inúmeros trabalhos científicos e o projeto participou de variados eventos esportivos, reportagens e visitas técnicas a serviços de referências. Os resultados obtidos ao longo dos anos, nos permitiram proporcionar desenvolvimento técnico e científico aos alunos, profissionais e professores participantes, além de confirmar que trata-se de um modelo efetivo de assistência à saúde dessa população.

Palavras-chave: Fisioterapia. Traumatismos em atletas. Esporte.

1 Introdução

A especialidade Fisioterapia Esportiva foi aprovada em 2007 pela Resolução Nº. 337, de 08 de novembro (DOU nº. 21, Seção 1, em 30/01/2008, página 184). Trata-se de uma área de atuação complementar à Fisioterapia Traumato-Ortopédica Funcional, que tem as suas atividades voltadas para o atendimento de um público comum no Distrito Federal (DF), que são os praticantes de atividade física e competidores em níveis amador e profissional, estes últimos conhecidos como atletas de alto rendimento (OLIVEIRA et al., 2013).

Seja qual for o nível do praticante de esporte, desde que ele tenha objetivo competitivo, os desafios e as dificuldades a serem trilhadas serão bastante similares e envolvem não apenas a sua capacidade individual, mas a necessidade de infraestrutura que lhe permita manter a prática em condições apropriadas. A medicina esportiva lida com diferentes aspectos desse contexto, desde a avaliação clínica pré participação até a situação dramática da morte súbita do atleta, passando por todas as ações clínicas entre esses dois extremos, que envolvem a atuação de

ortopedistas, cardiologistas, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, profissionais de educação física, entre outros (ANDREWS; HARRELSON; WILK, 2005).

O conhecimento epidemiológico das afecções, a identificação dos fatores de risco em cada situação, o tratamento mais recomendado e o retorno seguro à competição, permitem a manutenção da saúde dos atletas, bem como a continuidade e as condições dignas para o encerramento da carreira esportiva (COHEN; ABDALLA, 2014).

Há cerca de 750 mil praticantes de esporte de alto rendimento no Brasil. Apesar de constituir a classe esportiva com a maior presença nos meios de comunicação e de maior apelo econômico, esses atletas são historicamente atrelados aos clubes esportivos, que em sua maior parte não possuem recursos suficientes para a manutenção e encerramento da carreira atlética, o que diminui a vida útil e as perspectivas desse indivíduo dentro e, não obstante, fora do esporte (COSTA, 2011). Para os amadores as condições são ainda piores, pois dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), que não possui programas específicos para o atendimento de atletas, nem disponibilidade imediata para acompanhamento, o que é imprescindível para esse público.

Considerando o número crescente de indivíduos do DF que praticam esportes e almejam se tornar futuros atletas olímpicos, em especial aqueles que já ingressaram e ainda o farão nos programas dos Centros Olímpicos, bem como as perspectivas da cidade, sede de inúmeros eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, e levando-se em conta a precariedade que essa população encontra em seu dia a dia, torna-se plausível que o desenvolvimento de atividades que permitam aos atletas se manter em atividade, conquistar objetivos competitivos e encerrar sua carreira após um tempo satisfatório de atuação, usufruindo de todos os benefícios que essa prática permite, servirá como grande fonte de incentivo.

Com base nesse contexto, foi criado no primeiro semestre de 2012, um Projeto de Extensão e Integração Comunitária com o intuito de proporcionar o acompanhamento fisioterapêutico curativo e preventivo especializado para os atletas competitivos do DF que sofressem intercorrências traumato-ortopédicas que impedissem ou dificultassem as suas atividades de vida diária, treinamento e participação em competições, ou mesmo que almejassem melhorar a

performance e não possuíssem estrutura adequada e nem condições de arcar com despesas do acompanhamento. Desde o ano de 2015, o projeto passou a contar com a atuação contínua de outros profissionais, como médicos, equipes de nutrição e psicologia.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a metodologia utilizada e os principais resultados alcançados pelas ações do projeto desde a sua criação até o primeiro semestre de 2016.

2 Metodologia de atuação

A atuação dos Projetos e Assistência ao Atleta do UniCEUB é dividida em intervenções preventivas, curativas e na participação em competições esportivas, mantendo o acompanhamento dos atletas participantes em longo prazo e estreitando a comunicação entre os lados, de modo que seja possível obter informações constantes e, com base nesses dados, diminuir a ocorrência de lesões e promover maior vida útil a esses indivíduos. De forma associada, são feitas reuniões clínicas multidisciplinares, eventos científicos, acompanhamento de cirurgias e visitas técnicas a serviços de referência.

Os alunos, cuja atribuição primária é realizar os atendimentos sob a supervisão do responsável técnico e professores participantes, são distribuídos em Grupos de Atendimento Curativo (GAC) e Preventivo (GAP). O primeiro grupo recebe os atletas lesionados e diagnosticados e aplica as condutas necessárias para que retornem às suas atividades. A atuação preventiva, realizada pelo segundo grupo, é desenvolvida em conjunto ao atendimento curativo, bem como de forma separada, por meio de programas específicos.

Desde a sua criação, o projeto acompanha os eventos esportivos patrocinados ou apoiados pela instituição, em especial o Clube de Corrida do UniCEUB e o time de basquete universitário.

2.1 Grupos de atendimento

Ao serem admitidos no projeto, os atletas que estão lesionados são encaminhados para tratamento imediato. Inicialmente é feita a avaliação fisioterapêutica pelo professor, com o objetivo de definir as principais queixas e

elaborar o diagnóstico cinético funcional. Em seguida, de acordo com os sinais, sintomas e achados do exame físico, são definidas as condutas fisioterapêuticas necessárias para a sua recuperação no menor prazo possível, sem que haja prejuízo à sua condição física.

Quando há dificuldade para compreensão ou até mesmo a necessidade de confirmação diagnóstica, os atletas são encaminhados para o grupo de médicos do projeto. Além disso, os atletas em tratamento passam pela avaliação nutricional e podem entrar nos grupos de psicologia do esporte.

O GAP é formado por alunos que se dedicam a estudar, desenvolver estratégias e aplicá-las em atletas, lesionados ou não, com o objetivo de evitar a ocorrência de lesões primárias ou recidivas. Atualmente estão sendo realizados programas específicos de prevenção de lesões em ginastas, lutadores e as metodologias da Federação Internacional das Associações de Futebol - FIFA, para árbitros, crianças e adultos jogadores de futebol, reunidas sob a terminologia geral FIFA 11+.

A metodologia de trabalho consiste em:

- Avaliar os atletas de diferentes modalidades com base em suas características individuais e orientá-los sobre condutas que previnam lesões e ou melhorem o desempenho;
- Entregar manuais e enviar e-mails com informações e orientações específicas sobre exercícios a serem feitos antes, durante e após os jogos e ou treinamentos, prevenindo e tratando as queixas existentes;
- Desenvolver atividades de controle epidemiológico das lesões, por meio da elaboração de questionários e outros instrumentos de pesquisa para serem aplicados antes, durante e após as competições, como a criação de um banco de dados com atualização imediata sobre o número de atendimentos realizados, tipos de lesões encontradas nos atletas, características gerais, tempo de afastamento pós lesão e outras informações técnicas;
- Realização de palestras para técnicos e atletas, que permitam informar sobre a manutenção da qualidade de vida no esporte, desempenho humano, prevenção de lesões, doping, entre outros assuntos;
- Discutir os principais casos avaliados e atendidos no decorrer do projeto;

- Realizar reavaliações periódicas para identificação dos resultados obtidos com a implementação do serviço;
- Aplicar programas específicos de prevenção de lesões no esporte, de forma sistemática e com controle de resultados.

2.2 Premiação dos alunos

Para valorizar o empenho dos alunos com as atividades do projeto, bem como para estimulá-los a manter a busca constante pelo aperfeiçoamento técnico e científico, são entregues os prêmios abaixo ao final de cada semestre de trabalho:

- Aluno mais frequente: refere-se àquele que obteve o menor número de faltas durante o semestre;
- Aluno destaque: entregue ao aluno dos semestres iniciais que apresentou o desempenho superior ao que se esperava pelo seu nível de conhecimento até o momento;
- Capacidade técnica e científica: entregue ao aluno dos semestres finais que melhor apresentou o desempenho técnico e conhecimentos científicos, se assemelhando a um profissional formado.

2.3 Público e local de desenvolvimento do projeto

São atendidos pelo projeto, atletas integrantes dos programas da Secretaria de Estado de Esporte do DF, das diversas equipes competitivas em nossa região e membros que compõem as equipes do Núcleo de Esportes do UniCEUB. São selecionados aqueles que não possuem plano de saúde e nem condições financeiras de contratar um serviço privado de atendimento.

As atividades são desenvolvidas no Centro de Atendimento Comunitário do UniCEUB e nas dependências do Hospital Ortopédico e Medicina Especializada (HOME).

3 Resultados

A tabela 1 demonstra o panorama geral das atividades desenvolvidas pelo projeto desde a sua implementação até o primeiro semestre de 2016. Foram ao

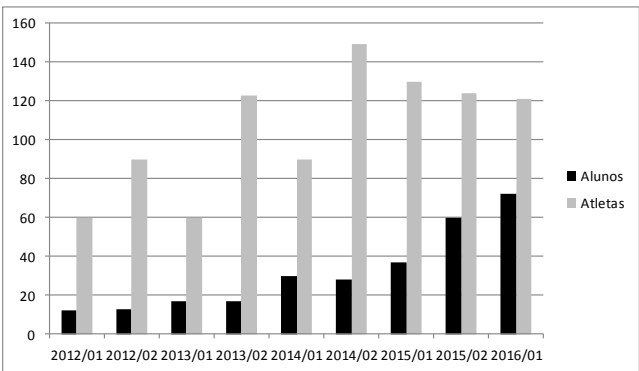
todo nove semestres acadêmicos de trabalho, contando com um número variável de participantes, atletas e ações, com aspecto crescente, apesar do aumento de somente quatro horas aula (Tabela 1 e Gráficos 1 e 2).

Tabela 1 - Distribuição das somas de atletas atendidos, atendimentos realizados e alunos participantes pelos Projetos de Assistência ao Atleta do UniCEUB. Brasília, 2016.

VARIÁVEIS	SOMAS
Total de atletas atendidos	947
Total de atendimentos	12.659
Total de participantes	286

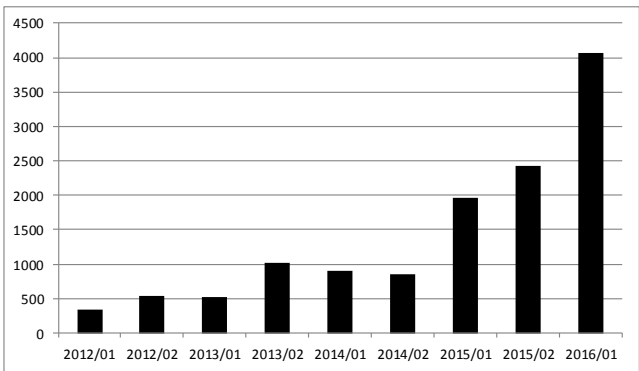
Fonte: Projeto UniCEUB de “Assistência ao Atleta” 2016

Gráfico 1 - Distribuição das somas de atletas atendidos e alunos participantes desde o primeiro semestre de 2012 até o primeiro semestre de 2016.



Fonte: Projeto UniCEUB de “Assistência ao Atleta” 2016.

Gráfico 2 - Distribuição das somas atendimentos realizados desde o primeiro semestre de 2012 até o primeiro semestre de 2016.



Fonte: Projeto UniCEUB de “Assistência ao Atleta” 2016.

As principais equipes externas ao UniCEUB que tiveram atletas atendidos pelo projeto foram:

- Lutas: Gracie Barra, Gracie Humaitá, Ribeiro Jiu-Jitsu, Cerrado MMA, Constrictor Team, FFT, RThai, Marques Judô, Five Rounds, Cláudio Careca.

- Futebol: Meninos da Vila, Estrutural, Brazsat, Bandeirantes, Gama, Brasília, CFZ, UnB, Brasiliense,

- Voleibol: Sesi, ASBAC, Parque da Cidade;

- Atletismo: CETEFE.

- Ginástica: AKROS, Mackenzie e ASBAC.

- Triathlon: Top Sports, Ápice, Body Work.

- Esporte paralímpico: CETEFE.

- Capoeira: Nzambi, Senzala, Abadá, Angoleiro Sim Sinhô, Federação Internacional de Capoeira Angola.

- Futevôlei: Club Coat.

- Handebol: UnB, FARO.

Foram atendidos atletas de variados programas da Secretaria de Estado de Esportes, tais como natação, basquete, voleibol, futebol, lutas e handebol. Além disso, atletas de modalidades incomuns à nossa cidade já participaram do projeto: surf e futebol americano. Além disso, já recebemos atletas estrangeiros, dos Estados Unidos, Suécia, França e Angola.

3.1 Participação em eventos esportivos

Os Projetos participaram de mais de 30 eventos esportivos até o momento, sendo os principais o Capital Fight, Iron Man 70.3 e UFC Brasília.

3.2 Alunos premiados

Os(as) principais alunos(as) premiados até o momento foram:

- Destaque: Isabella Rezende, Mariana Faro, Raimundo Jeodar, Isabelle Monteiro, Eulália Lays, Naire Cartocci, Ana Clara Romancini; Larissa Soares; Tatiane Morelati; Marcos Boitrago;

- Mais frequente: Ana Clara Romancini, Romy Castro, Marcos Boitrago;

- Capacidade Técnica e Científica: Vinícius Bispo, Ana Clara Romancini, Shayenne Gonçalves, Pedro Franz, Thiago Costa; Pedro Milani e Lucas Resende;

- Melhor aluno(a): Natália Garrote Braga, Isabella Rezende e Marcos Boitrigo.

3.3 Alunos expoentes

Dentre os principais expoentes, o aluno Pedro Franz foi selecionado com a única vaga disponível na instituição para o Programa Ciências Sem Fronteiras, do Governo Federal, e passou 10 meses estudando a reabilitação do aparelho locomotor em uma universidade americana. A aluna Ana Clara Bezerra Romancini, destaque por dois anos consecutivos no projeto, foi aprovada entre as 10 vagas disponíveis para o Programa de Residência em Fisioterapia Esportiva da Universidade Federal de São Paulo. Recentemente fez parte do quadro de Fisioterapeutas dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Por último, o aluno Vinícius Bispo foi aprovado no Programa de Mestrado da UnB e fundou uma empresa de referência em reabilitação esportiva no DF.

3.4 Publicações, projetos científicos, prêmios e reportagens

Por meio das atividades desenvolvidas no projeto, foram publicados trabalhos nos eventos: Congresso Brasileiro de Artroscopia Traumatologia do Esporte; Congresso da Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva (2013 e 2015); FIFA Medical Conference 2015 e 2016.

Foram publicados artigos na Revista Universitas Ciências da Saúde e desenvolvidos diversos Projetos de Iniciação Científica e monografias, algumas da Pós Graduação.

Logo após a implementação das atividades do Projeto, o jornal impresso Viver Sports fez uma matéria sobre as atividades desenvolvidas e o evento de encerramento do primeiro semestre, que contou com a participação de alunos, atletas e renomados profissionais. Às vésperas da Copa das Confederações, a equipe médica da FIFA, ao saber que crianças carentes do Projeto participavam do Programa de Prevenção 11+, fizeram imagens do trabalho, que estão sendo divulgadas mundialmente em seus documentários. As fotos e vídeos foram feitas no Centro de Treinamento do Brasiliense Futebol Clube. Foram feitas também diversas matérias para o Correio Braziliense e para a emissora de televisão Rede Globo/DF.

4 Discussão

A extensão é uma das funções sociais da Universidade, realizada por meio de um conjunto de ações dirigidas à sociedade, as quais devem estar indissociavelmente vinculadas ao Ensino e à Pesquisa. Num âmbito geral, a sua finalidade é a promoção e o desenvolvimento do bem estar físico, espiritual e social, a promoção e a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e de participação, o respeito à pessoa e à sustentabilidade das intervenções no ambiente. A par de constituírem-se em espaços privilegiados para a produção, a acumulação e a disseminação de conhecimentos e para a formação e a capacitação de profissionais cidadãos bem qualificados, possuem um enorme potencial para a elaboração de políticas públicas, que tenham a cidadania e o cidadão como as suas principais referências na solução dos problemas nacionais, principalmente nas áreas da Saúde, da Economia e da Educação (FÓRUM, 2016).

As diretrizes que instituem a política de extensão e de integração comunitária no UniCEUB apontam para programas que traduzem uma identidade institucional construída e sustentada por uma política de apoio às iniciativas que emergem da dinâmica dos cursos em suas interações recíprocas. A fim de atender as diretrizes para ações de extensão definidas e determinadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão e pelo Censo da Educação Superior (Política Institucional de Extensão e integração Comunitária do UniCEUB).

O projeto UniCEUB de Assistência ao Atleta objetiva associar as áreas afins relacionadas à reabilitação, tais como a Fisioterapia, Medicina, Educação Física, Nutrição, Psicologia e Biomedicina, de modo a proporcionar aos participantes uma assistência plena e aos alunos a oportunidade de atuar de forma multidisciplinar. Além disso, promove junto aos alunos a aprendizagem e atualização dos conhecimentos científicos teóricos e práticos acerca dos métodos de avaliação e tratamento aplicados aos distúrbios do aparelho locomotor em níveis primário, secundário e terciário, que acometem atletas de diferentes modalidades esportivas.

Em um levantamento realizado por Oliveira et al. (2013), foram identificados que somente 56% dos cursos de Fisioterapia no Brasil apresentavam a disciplina Fisioterapia Esportiva. Seus resultados demonstraram ainda que em 78% dos casos estas possuíam a carga horária menor do que 80 horas aula.

Sabe-se que o esporte é um importante meio de inclusão social em diversos países do mundo. Porém, apesar de sua relevância para a sociedade e do elevado número de atletas no Brasil, não existem programas específicos para assistência à saúde dessa população sistema de saúde pública. Esses indivíduos muitas vezes terminam por abandonar a sua prática pela falta de condições mínimas, o que inclui de forma direta a ocorrência de lesões de natureza ortopédica e traumatológica.

Nesse sentido, observa-se que as iniciativas de extensão podem ser extremamente valiosas para a sociedade. Os resultados do projeto do UniCEUB mostraram um número cada vez maior de atletas participantes, o que torna plausível que, à medida em que essas ações vão se tornando públicas, há uma busca crescente por parte da população assistida. Além disso, do ponto de vista pedagógico, os alunos e professores acabam sendo consideravelmente beneficiados, pois surgem novas oportunidade de ensino e aprendizagem, como a realização de projetos de pesquisa, acompanhamento de casos clínicos inéditos e a oportunidade de aprender abertamente com as lesões e experiências dos atletas, treinadores e demais envolvidos no processo.

5 Conclusões

A implementação dos Projetos de Extensão de Assistência ao Atleta tornou o UniCEUB a instituição pioneira em iniciativas sistemáticas visando a atenção à saúde do atleta de alto rendimento no Distrito Federal e, de acordo com o nosso conhecimento, na maior parte dos estados brasileiros, bem como têm contribuído significativamente para a formação de profissionais aptos para atuar nessa área que está em notável expansão devido aos eventos esportivos previstos para os próximos anos.

Além disso, a presença constante de atletas competitivos contribuiu para o desenvolvimento de aulas, pesquisas, estágios e outras atividades pelos alunos da graduação e pós-graduação de diferentes cursos.

As ações realizadas representaram uma nova visão para as necessidades do esporte, que é um dos principais meios de inclusão social em nosso país e no mundo.

Desde a criação do projeto e principalmente com o seu crescimento e atuação multidisciplinar, os alunos têm vivido experiências extremamente enriquecedoras para a suas vidas pessoais e profissionais, por meio da transformação na vida de atletas que encontraram em suas mãos uma oportunidade não apenas para a cura, mas para um novo sentido em sua carreira profissional.

6 Considerações finais

Gostaríamos de agradecer à Direção do Hospital HOME, Direção Superior, Assessorias de Extensão e Pós Graduação do UniCEUB, à Direção do Instituto CEUD de Pós Graduação e Pesquisa, à Direção da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, aos coordenadores de curso, alunos participantes e atletas que acreditaram em nosso trabalho.

Referências

ANDREWS, James; HARRELSON, Gary; WILK, Kelvin. *Reabilitação física do atleta*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. *Política institucional de extensão e integração comunitária do UniCEUB*. Brasília: UniCEUB, 2014.

COHEN, Moisés; ABDALA, Rene Jorge. *Lesões no esporte: diagnóstico, prevenção e tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução n. 337, de 08 de novembro de 2007. Reconhece a especialidade de fisioterapia esportiva. *Diário Oficial*, Brasília, 08/11 de 2007. Seção 1, página 184.

FILGUEIRA, Dulce. *Esporte e lazer: a cidadania em construção*. Brasília: Thesaurus, 2012.

FÓRUM permanente de extensão universitária da Unicamp. Disponível em: <<http://www.preac.unicamp.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

OLIVEIRA, R. R. et al. Perfil de fisioterapia esportiva em faculdades e universidades no Brasil. *Fisioter. Pesqui.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 268-277, set. 2013.



Agência de notícias UniCEUB: experiência extensionista de jornalismo universitário

Luiz Claudio Ferreira¹
Katrine Boaventura²
Henrique Moreira³

Resumo

Este relato objetiva identificar características da prática extensionista de jornalismo universitário, com viés de interesse público, por intermédio da experiência da Agência de Notícias UniCEUB. Para essa finalidade, são trazidas aqui estratégias de trabalho, princípios de conduta, as relações estabelecidas pelo projeto de extensão com as disciplinas do curso de jornalismo e resultados identificáveis da atividade. O projeto, que nasceu com esse formato em 2012, foi concebido para colaborar com as relações de ensino e aprendizagem do curso, e, por consequência de sua audiência, chegar a comunidades informativas no Distrito Federal e em outros estados. Uma agência de notícias é um veículo de comunicação destinado a fornecer materiais jornalísticos a outros meios eletrônicos e impressos. No caso dessa agência universitária, esse fornecimento de conteúdo ocorre sem ônus para quem publicar notícias e reportagens, fotos ou vídeos produzidos. É solicitado, no entanto, que sejam creditados o nome do aluno e da agência, o que confere responsabilidade e autonomia criativa a todos os integrantes, tanto docentes quanto alunos. O que caracteriza o

¹ Professor de jornalismo nas disciplinas Jornal Laboratório e Edição e Cobertura Jornalísticas, responsável pelo projeto de extensão.

² Professora de jornalismo na disciplina de Telejornalismo I e Produção Audiovisual, responsável pelo Projeto de extensão.

³ Coordenador dos cursos de jornalismo e de publicidade

conjunto de atividades também está no subtítulo/slogan da agência: “um novo ponto de vista”. A par das características de experimentação, os resultados de publicação têm conferido repercussão noticiosa, parcerias, convênios, prêmios de jornalismo e um aumento permanente do número de alunos interessados na prática extensionista.

Palavras-chave: Agência de Notícias. Jornalismo. Comunicação. Projeto de extensão

1 Introdução

Alunos de jornalismo não param de produzir. Textos, vídeos, fotos, gravações de programas, documentários. Escrevem, voltam ao começo, criticam e observam a mídia. Editam os materiais dos colegas, refazem, reúnem-se em grupo e repensam. Análises pontuais, gerais, discussões diuturnas para aperfeiçoar. Universitários desse campo ocupam um lugar de fala que excede o conhecimento das técnicas da narrativa, não empilham as palavras como se fossem tijolos. Olham de fora e de cima para conceber se as paredes penderam mais para um lado do que para outro. Alunos de jornalismo são pesquisadores, acadêmicos que produzem notícias. Como todo pesquisador é indivíduo que experimenta e experiencia novidades, os estudantes de comunicação buscam espaços que ampliem discussões e práticas, além do que já é exigido pelas disciplinas. Sob esse olhar, traz-se aqui o relato de uma experiência, concebida como projeto de extensão, que é a Agência de Notícias UniCEUB, um veículo de comunicação on-line implementado em 2012. As bases da atividade foram alicerçadas em um conjunto de características que favoreceram o desenvolvimento e a experimentação, buscando um diálogo crítico com a comunidade por meio de um olhar diferenciado sobre os grandes assuntos da atualidade. Como projeto de extensão, a agência de notícias adota uma postura não vertical, quebrando a lógica em que há um sujeito e um objeto da ação.

Uma dessas condições de produção foi a transição do jornalismo impresso para o digital, revolução que a atividade experimenta desde o final do século 20. No caso específico, a faculdade de jornalismo mantém um jornal laboratório impresso desde o ano de 1975, o “Esquina”. A produção de alunos costuma chamar

a atenção de veículos comerciais e públicos, nos quais suas pautas, os temas das reportagens, são utilizadas. Entretanto, não havia anteriormente uma ação sistemática de entrega de materiais para os veículos. Haver um site organizado com reportagens que saíram no jornal laboratório, em outras disciplinas e também o que foi fruto de produção exclusiva e poderia ser distribuído para os veículos foi uma experiência inovadora na instituição

Outra condição que viabilizou a agência de notícias é a política pedagógica da instituição, a organização das disciplinas e a noção de interdisciplinariedade que existe nos currículos dos cursos de jornalismo e de publicidade. Desde os primeiros semestres, é estimulado que os alunos produzam conteúdos e discutam as formas e as rotinas de produção. Tanto é fato que alunos dos três primeiros semestres do curso responderam nos cinco primeiros anos de atividade por mais de 50% dos inscritos como voluntários para as atividades da agência de notícias.

Por fim, a agência se viabilizou como produtora autônoma de conteúdo por conta dos apoios da assessoria de extensão e da coordenação dos cursos. Ao inserir cargas horárias de trabalho para docentes do curso, foi possível destacar que os professores passassem a ocupar funções de chefes de reportagem numa estrutura profissionalizada. O coordenador do curso assume também a função de editor-chefe, ao aprovar as concepções editoriais e decidir sobre meios e recursos. Dentro dessa estrutura, os estagiários destinados ao Laboratório de Comunicação passaram também a colaborar nas produções junto com os voluntários. Como recebem benefícios da instituição, como desconto na mensalidade, os estagiários passaram a integrar a redação da agência e atuam com metas de produção e publicação.

Este relato está composto por conceitos de agências de notícias, os formatos e possibilidades do jornalismo on-line, resultados alcançados e outras metas que podem ser vislumbradas por uma agência de notícias experimental. Em face da necessidade de ampliação de espaços e de credibilidade, além do que já foi alcançado pelo veículo, não se perde de vista que se trata de uma prática extensionista e que busca aperfeiçoamento diário em prol da identidade alcançada junto ao público interno (direção, professores, estudantes e funcionários), como para outros públicos de interesse: estudantes secundaristas, veículos de comunicação, fontes de informação e comunidades informadas pelas notícias.

Neste contexto, o relato tem como objetivo identificar características da prática extensionista de jornalismo universitário, com viés de interesse público, por intermédio da experiência da Agência de Notícias UniCEUB. Tem sido possível demonstrar com essa atividade que textos, áudios e vídeos são feitos não apenas para a página, mas também porque podem ser multiplicados sem ônus. Trata-se de sistematizar o que já acontecia na faculdade: a experiência de uma agência de comunicação.

2 Agências de notícias e internet

Uma agência de notícias é veículo que tem, por finalidade, produzir e distribuir conteúdos que interessem a outros órgãos de comunicação. Segundo John Thompson (1999), em relação à história, um marco importante na indústria jornalística, nos séculos 19 e 20, foi de expandir internacionalmente as notícias e, foi a partir dessa época que surgiram as agências de notícias nos mais importantes centros comerciais da Europa, e essas agências ficaram encarregadas de suprir informações estrangeiras, elas tinham as informações e distribuíam para os jornais clientes.

A primeira agência de notícias foi estabelecida em Paris por Charles Haves em 1835. Um rico empresário, Havas adquiriu o que foi primeiramente um escritório de tradução, o *Correspondance Garnier*, e o transformou numa agência que coletava extratos de vários jornais da Europa e os entregava diariamente para a imprensa francesa. Em 1840 a agência fornecia, também, clientes de Londres e de Bruxelas, transportando notícias por diligência e por meio de um serviço regular de pombos correios. Entre os empregados de Havas estavam duas pessoas – Julius Reuters e Bernhard Wolff – que, no final de 1840, deixaram a agência de Havas e criaram serviços de coleta de informações concorrentes em Londres e Berlim. Com o desenvolvimento da tecnologia do telégrafo, as agências fizeram crescente emprego de sistemas de cabo para transmitir a informação através de vastas distâncias e com grande rapidez. (THOMPSON, 1999, p. 239)

As agências de notícias têm o papel de transmitir aos demais meios de comunicação, como: jornais, revistas, rádios, TVs, sites entre outros. Existem agências de notícias em que é preciso pagar pelo conteúdo, ser assinante daquela

determinada agência, e existem, também, agências que distribuem gratuitamente seus conteúdos. As agências de notícias podem ser mundiais, regionais, nacionais e especializadas.

Foi a internet, no final do século 20 que gerou amplitude aos veículos e permitiu às instituições terem suas próprias agências (comerciais e públicas). As páginas institucionais passaram a emprestar o nome de “agência de notícias” para conteúdos fornecidos mediante apuração, funcionando como mídia das fontes (SANT’ANNA, 2000). A página do site se transformou na interface ideal para distribuição de conteúdo: textos, fotos, vídeos, infográficos e áudios. Segundo Palacios (1996), no jornalismo on-line fatores influenciam diretamente na produção e entrega de conteúdo, tendo em vista que existe a personalização dos materiais diante da demanda de público (e não apenas em função da emissão de conteúdo) e também das questões de acesso ativo (diferente da ideia simplificada de uma recepção passiva).

Sob essa ótica, os sites das agências de notícias incubariam os materiais e agiriam como gestores de entregas com uma plataforma de concentração. Os sites funcionariam como pontes que conectariam, como um grande armazém de dados e em que tudo dialoga (se linca) a outros vínculos informativos. Os textos dos impressos, os vídeos das TVs e os arquivos de áudios, antes restritos apenas a plataformas tradicionais, estão hospedados e interagem a partir da demanda. A sociedade informacional (CASTELLS, 1996) busca reestabelecer diálogos que são resgatados pela memória virtual.

No caso do Brasil, com o fortalecimento da internet e a expansão da banda larga, os sites de grandes veículos também ampliaram a função de distribuidor, tais como Agência Estado ou Agência Folha. Também no âmbito da comunicação pública houve avanços com Agência Brasil, Agência Senado, Agência Câmara etc. Ao avaliarmos o contexto, pode-se dizer que o consumidor da informação é a chave para o novo modo de se comunicar. O leitor decide como, quando e onde busca conteúdo. A dinâmica se reflete na produção.

Para a produção de conteúdo de uma agência, o primeiro ponto a ser observado é a não-linearidade da produção e da leitura. Além disso: o espaço de publicação é infinito. Textos completos e com vasta cobertura da informação são requeridos na web. Fundamentais em todos os materiais são os hiperlinks para

outros conteúdos dentro do mesmo site ou para portais externos, desde que haja devida autorização para disponibilização de informações. Outra característica fundamental da agência de notícia é o seu caráter hipermidiático. A presença de fotos, vídeos, infográficos e um layout agradável são indispensáveis. Assim, o material que for ser produzido para a web deve contar com o maior número de recursos possíveis. A interface ligada à produção jornalística é condicionada ao tipo de entrega que é feita. Mieniczuk (2004) explica que o jornalismo on-line viveu três fases: a transpositiva (postagem de conteúdo do meio tradicional para o virtual sem qualquer adaptação ou edição; seria como separar o conteúdo do jornal impresso na íntegra e “colar” no site); a perceptiva (possibilidade de comentários e início do processo de personalização com as “últimas notícias”); e o hipermidiático (que seria o último com a agregação ilimitada de conteúdos de diferentes mídias, característica fundamental para uma agência de notícias).

Se a escolha de quanto se quer penetrar no conteúdo está com o internauta e não com o produtor da notícia, segundo Canavilhas (2004), cabe então ao jornalismo oferecer o maior número de opções para que diferentes camadas informativas estejam à disposição, novo desafio de uma agência de informações, pois ocorre, nesse cenário, uma espécie de negociação ou mediação para que os materiais sejam consumidos. No caso, um múltiplo armazenamento. Ainda de acordo com os autores que estudam a linguagem e a estrutura do texto jornalístico, entende-se que os materiais são comumente apresentados do “mais importante” ante o “menos importante”. “Recorrendo à técnica da pirâmide invertida, o jornalista organiza a notícia colocando a informação mais importante no início e o menos importante do final, pelo que o leitor apenas pode efectuar a leitura seguindo o roteiro definido pelo jornalista” (CANAVILHAS, 2004, p. 2). Autores que estudam o jornalismo on-line concordam que é necessário que os conteúdos ofereçam mais possibilidades informativas para que possa competir em um cenário de muitas atrações para os olhares.

3 Criticidade multimídia

Todos os materiais da Agência de Notícias UniCEUB são produzidos em pelo menos duas linguagens, mas são integrados na mesma postagem. Texto e

vídeo, ou texto e áudio. Trata-se de uma atividade que inclui a transmissão de informações, que tem como finalidade atender os públicos definidos. No caso da agência universitária, levar os nomes dos alunos para veículos de comunicação e também para comunidades interpretativas interessadas nos dados apurados, tais como determinado grupo urbano, entidades de classe, população beneficiada ou atingida por decisões ou atitudes. Alunos são estimulados a interpretar, averiguar, e serem críticos a fim de atribuir sentido à informação, e colaborar para posições de forma autônoma do público leitor, que interage mais do que em nenhuma outra época.

Na agência, a prioridade de materiais é do gênero reportagem, que trabalha com a interpretação dos fatos de forma mais aprofundada do que a notícia. Mello (2003) explica que esse tipo de texto trata com temas que já repercutiram no organismo social e podem produzir alterações. De forma geral, a reportagem não observa fatos isoladamente, mas dentro dos amplos contextos que fazem os fatos se relacionarem. Para isso, sabe-se que é necessário mais tempo de apuração. Os integrantes da agência calculam o tempo que entendem que precisam para entregar seus materiais a partir dessa ótica. Com os professores, é negociado esse prazo a partir das reflexões desde a discussão da pauta. Um início de aprendizado, portanto, está no processo. O texto também é diferenciado, mas a discussão sobre estilo linguístico em uma agência universitária, ainda que relevante, não tem sido a principal.

Para a produção da reportagem, uma tarefa que leva mais tempo é o início do texto, já que os repórteres se perguntam: o que é o principal? Qual a novidade? Como explico isso de uma forma atraente? Essas decisões também não são “jogadas” para o aluno como uma imposição da edição. As saídas são construídas a partir do que os integrantes consideram mais relevante para a sociedade conhecer. A organização do texto é pensada antes do início da escrita, em um planejamento semelhante a qualquer outra atividade. Isso afasta a ideia que o repórter precisa estar apenas “inspirado” para o texto. O mais importante é que esteja organizado. Esses conceitos precisam estar claros para estudantes de jornalismo. Até porque a base do trabalho é no espaço ilimitado do on-line. Não saem de uma reunião com determinação objetiva sobre número de linhas a ser publicado. Tamanho do material ou recursos que serão apresentados (como

áudio, infográficos, newsgames, enquetes) são também frutos de planejamento para o espaço “infinito”. Isso aumenta a possibilidade de criar e experimentar de um universitário.

Tendo em vista que a característica fundamental da web é a interação (como reforçam autores como Ferrari, Canavilhas, Prado e Palacios), os materiais são acompanhados de possibilidades de ação do público. Para isso, o repórter deve usar a criatividade em vista do leitor com fóruns, chats e outras possibilidades de discussão a partir de postagens de diferentes mídias. As publicações relativas a programas de rádio e de TV ao vivo, por exemplo, devem provocar interações. Não à toa, todas as reportagens são retrabalhadas para discussões nas mídias sociais na internet (o veículo universitário conta com Facebook, Twitter, Instagram e Snapchat).

As discussões levam em conta que a “leitura” do público é personalizada, e está associada à capacidade de se gerar hipertextos. As diferentes informações disponíveis no veículo são conectadas, dentro de um mesmo grupo temático, tendo em vista que o leitor “escaneia” o conteúdo por blocos informativos, como reforçam Mielniczuk (2003) e Prado (2003).

Na Agência de Notícias UniCEUB, as estratégias de engajamento têm gerado repercussão, elevado audiência e chegado aos públicos de interesse. Entre as métricas, o veículo usa a ferramenta do Google Analytics para avaliar rendimentos dos posts publicados por período. Considerando essa análise a partir de abril de 2015, tem havido pelo menos uma triplicação de audiência durante períodos letivos. Enquanto que houve naquele ano entre 1 de agosto e 10 de novembro um total de 26.237 visualizações com 9.432 usuários, no mesmo período de 2016, subiu para 17.987 usuários e mais de 35 mil visualizações. Em relação ao primeiro semestre de 2015, entre março a junho, a agência teve 4.807 usuários. No mesmo período de 2016, foi a 12.565. As visualizações subiram de 11.884 para 26.095.

Quadro 1 – Comparativo sobre usuários e visualizações

	Usuários	Visualizações
1º sem/2015	4.807	11.884
2º sem/2016	12.565	26.095
Crescimento	161,39%	119,58%

Fonte: Tabulação efetuada para a pesquisa feita com base nos dados disponibilizados pelo *Google Analytics* entre 1 de março de 2015 a 25 de junho de 2015, e no mesmo período no ano de 2016.

Apesar dos números, não cresceu de forma considerável o número de materiais jornalísticos publicados. Naquele primeiro semestre de 2015, foram 189, enquanto que, em 2016, chegou a 201. O que pode ajudar a entender o comportamento do leitor é a consolidação da prática de reportagens especiais (com textos maiores, acima de 100 linhas e conteúdo multimidiático). Subiu de nove para 17 nesse período abordado. Todas elas foram aproveitadas pelos veículos de comunicação. Separando-se as reportagens por grupo, tanto no que diz respeito à audiência como em relação à replicação de conteúdo, os assuntos de maior repercussão têm relação com o tema “Cidadania”.

Quadro 2 – Comparativo sobre publicação e aproveitamento de conteúdo

Publicações da Agência de Notícias UniCEUB			
	Publicações gerais	Reportagens especiais	Conteúdos especiais de Cidadania publicados em outros veículos
1º sem/2015	189	9	9
1º sem/2016	201	17	17

Fonte: Tabulação efetuada pelo pesquisador a partir de relatório semestral de atividades.

Um dado importante é que todos (100%) os materiais são aproveitados por algum veículo, que concedem o crédito da notícia ao aluno e à Agência de Notícias UniCEUB. Os produtos do veículo são ofertados aos meios de comunicação de massa e também independentes como “jornalismo colaborativo” ou “jornalismo participativo”, feitos por estudantes de jornalismo. Não são compreendidos como releases ou notas corporativas até porque a agência não tem viés institucional. Isso não quer dizer que deixe de cobrir eventos que aconteçam no UniCEUB, nem que não entreviste professores dos cursos do Centro Universitário para assuntos dos mais variados, mas guarda distância para não se chocar com as estratégias de comunicação da assessoria de imprensa do UniCEUB. O conceito é de trabalho conjunto, tanto que os comunicadores da instituição colaboram na divulgação da agência como um produto do curso de jornalismo, o que tem ajudado a alavancar resultados.

A assessoria do UniCEUB colabora ao indicar especialistas dos próprios cursos a tratarem de temas de interesse público, além de proporcionar compartilhamentos nas mídias sociais, levar o trabalho a estudantes secundaristas interessados nos cursos de comunicação e divulgar novidades para públicos de

interesse. Esse aproveitamento de conteúdo da agência de notícias pode ocorrer por parte também da TV UniCEUB, experiência institucional em rede aberta implantada no ano de 2016.

Para chegar às comunidades, foram celebradas parcerias e convênios com portais de notícias (como o Metrôpoles), emissoras de rádio (o convênio mais longo é com a rádio Nova Aliança, desde 2013), emissoras públicas de TV (como a EBC, TV Justiça e TV Câmara), canais fechados (como a TV Comunitária), jornais impressos (como o Brasília Capital e Jornal de Brasília), além de outras parcerias ocasionais com veículos de outros estados para cobertura de eventos em Brasília que esses órgãos tenham interesse. Casos notáveis ocorreram já em maior escala na editoria de Esportes. Veículos até do Uruguai e da Argentina publicaram notícias sobre times de basquete daqueles países que estiveram na capital brasileira. Para todos eles, são oferecidos diariamente textos, áudios, vídeos e até transmissões ao vivo via Youtube Live ou Facebook Live.

A par da função de distribuidor de conteúdo, o veículo, nos primeiros cinco anos de atividades, obteve reconhecimento por conta da experiência. Em vista disso, citam-se algumas dessas repercussões: em 2013, a agência ganhou o Prêmio Engenho de Melhor Iniciativa Acadêmica; em 2014, teve o primeiro lugar do Centro-Oeste do Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Trabalho com reportagem sobre exploração de profissionais que trabalham no trânsito; em 2015, venceu o Prêmio Rui Bianchi, do Governo de São Paulo, e o Prêmio Nacional Patrícia Acioli de Direitos Humanos, com reportagem sobre dança inclusiva. No mesmo ano, ficou com o terceiro lugar do Prêmio nacional CBN de Jornalismo Universitário, sobre solução de conflitos em relação à lei do silêncio. Em 2016, teve menção honrosa do 8º Prêmio Jovem Fernando Pacheco Jordão, além de estar na disputa e classificado para outras etapas no ano em que este relato foi apresentado.

O reconhecimento tem auxiliado em duas frentes: incrementar a visibilidade da agência de notícias universitária e também para aumentar e manter o número de alunos interessados no projeto extensionista. A média de inscrições por semestre é acima de 70 alunos. No entanto, o resultado mais relevante é o de manutenção dos alunos voluntários durante todo o período. A média de estudantes que participam de todo o semestre tem sido superior a 50.

Com a participação, podem receber até 60 horas de carga complementar para o currículo.

Outros resultados são imensuráveis, mas identificáveis, como ocorre quando alunos registram terem conseguido ingressar em um novo estágio ou no mercado de trabalho como profissionais ao utilizarem conteúdos que produziram para a agência de notícias no currículo.

Além das notícias e reportagens, os alunos desenvolvem outros produtos como documentários e programas de rádio e de TV específicos para serem distribuídos. O programa de TV “Agência em Ação”, por exemplo, no ano de 2016 passou a ser veiculado ao vivo todas as quintas-feiras às 13h30, com os destaques das publicações da semana, comentários de especialistas, exibição de minidocs, divulgação da reunião de pauta (a fim de estimular a participação do público) e entrevistas em diferentes ambientes. A experiência, que começou na sala de aula, ganhou um novo status com periodicidade definida e produção exclusiva para a atividade.

4 Considerações finais

Com a visão de se tornar referência em agência universitária no país, o veículo tem atraído a atenção de profissionais e pesquisadores da área de comunicação não apenas por conta do momento de escassez de recursos humanos nas grandes redações, mas por conta também da sua cota de experimental e ao mesmo tempo profissional. Docentes e alunos envolvidos no projeto avaliam o que foi mais bem-sucedido, mas sem abandonar ideias que inicialmente não geraram grande repercussão. O “fracasso” de alguns conteúdos também é considerado pedagógico. Todas as experiências são estimuladas a fim de que possam ser discutidas em sala de aula no âmbito das disciplinas. Daí a atividade estar ancorada no seu caráter extensionista.

O suporte da estrutura de recursos materiais e humanos é o que tem possibilitado e viabilizado o veículo. Esse suporte inclui proporcionar maior alcance às publicações, envolvimento de funcionários para gravação, discussões e concepções dos materiais, interesse dos alunos diante da autonomia e responsabilidade geradas, conscientização dos docentes para que os produtos sirvam ao ensino e aprendizagem dentro e fora de sala de aula e aceitação de

públicos externos dos materiais graças à confiabilidade do curso e da instituição em um cenário de revolução da comunicação, em que todos os dados parecem estar disponíveis. A reinterpretação, o novo ponto de vista, as discussões e as publicações são motores de uma prática intensa.

Do ponto de vista da comunidade, acreditamos que a agência também cumpre seu papel como projeto de extensão e vai além: não só se preocupa com a difusão dos conhecimentos desenvolvidos no espaço acadêmico, mas também com a construção social do conhecimento, a partir do impacto que as reportagens produzidas é capaz de causar. Entende-se a perspectiva da extensão tal como Thiolent (2006, p. 2) define:

Com ênfase na construção social, a metodologia de pesquisa-ação pode abranger tanto a pesquisa quanto a extensão, tanto o momento da produção como o da difusão, e isso em qualquer área de conhecimento, porém, com mais pertinência em áreas humanas aplicadas (educação, gestão, comunicação, serviço social, desenvolvimento local, tecnologia apropriada, etc.), isto é, em todas as áreas onde o conhecimento possa ser efetivamente mobilizado, orientado para analisar problemas reais e para buscar soluções, tendo em vista transformações úteis para a população (a curto ou médio prazo).

Assim, a partir dessa “[...] visão de construção social do conhecimento, os projetos de extensão adquirirão maior adequação aos objetivos de transformação social. (idem)”, concepção que em muito está identificada com os propósitos do trabalho desenvolvido na agência de notícias.

Ao completar cinco anos de atividades, a Agência de Notícias UniCEUB contabiliza resultados que podem ser considerados expressivos para uma ação desenvolvida no âmbito universitário, mas valores coletivos, princípios éticos e a memória dos integrantes se configuram também como maiores conquistas. Como em uma reportagem: não adianta apenas contar palavras, mas sim tentar, em vão, mensurar o quanto elas significam.

Referências

CANAVILHAS, J. *Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada*. Universidade da Beira Interior (Portugal): BOCC, 2006.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. São Paulo: Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2003.

JORGE, Thaís de Mendonça. *A notícia em mutação: estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital*. 2007.f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MIELNICZUK, Luciana. *Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MONTALBÁN, Manuel Vásquez. *As notícias e a informação*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em, v. 13, n. 08, 2013.

SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo e interesse público*. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Org.). *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

THIOLENT, Michel. *A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.





Projeto educação para saúde – convivendo com a adolescência: relato de uma experiência de extensão universitária

Magda Verçosa Carvalho Branco¹
Marília de Queiroz Dias Jácome²
Daniel Louzada-Silva³

Resumo

Apresentamos o relato de uma experiência em extensão universitária envolvendo estudantes das áreas de ciências biológicas, saúde e educação de um centro universitário e adolescentes abrigados por decisão judicial. O período relatado compreendeu nove semestres consecutivos entre 2008 e 2013. Cerca de trinta abrigados com idade variando entre 12 e 18 anos e quinze universitários participaram das atividades a cada semestre. Três abrigados permaneceram por todo o período do projeto. A seleção dos participantes ocorria no início de cada semestre e sua atuação era voluntária. Estudantes e professoras supervisoras tiveram encontros semanais, alternando aqueles como os abrigados e os que avaliavam as atividades já executadas e preparavam as seguintes. A cada quinze dias essas atividades eram trabalhadas com os adolescentes, tanto no abrigo como no campus da instituição promotora. As atividades incluíam jogos, gincanas, dinâmicas, grupos de discussão, exibição de filmes, e visitas a laboratórios, entre outras. Após cada encontro os estudantes apresentavam um relato de suas experiências e era feita uma avaliação. O projeto de extensão teve caráter complementar às atividades desenvolvidas pelo abrigo. Observamos durante o

¹ Professora do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). E-mail: magda.vercosa@uniceub.br

² Professora do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). E-mail: marília.jacome@uniceub.br

³ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação Universidade de Brasília. E-mail: danielouzaada@unb.br.

período acompanhado o sucesso na prevenção de gravidez indesejada, melhoria no desempenho escolar, inserção no mercado de trabalho e na vida universitária. Os adolescentes avaliaram o projeto como positivo para suas vidas, e destacaram a possibilidade de ter contato com ambientes e pessoas que não seriam acessíveis fora desse contexto. Os estudantes universitários destacaram a possibilidade de inteirar-se de novas realidades e exercer atividades profissionais com viés de responsabilidade social e cidadania.

Palavras-chave: Adolescentes. Abrigo. Promoção de saúde. Prevenção de problemas.

Abstract

We present an account of a University extension project involving life sciences, health and education undergraduates and teenagers housed due to judicial decision. During nine consecutive semesters between 2008 and 2013, 30 boys and girls of a children's house, aging from 12 to 18 years old, and 15 students participated in the activities each semester. Three teenagers remained housed throughout the project period. Students were selected each semester as volunteers. Supervisory meetings had weekly bases, alternating planning work in one week with the direct work with teenagers in the other. Every two weeks these activities were worked with teenagers, both at the children's home and at the University campus. Activities included games, competition, dynamics, discussion groups, films, and visits to laboratories, among others. After each encounter students presented an account of their experiences and a critical analysis was made. The extension project had additional character to the activities developed by the children's house. During the project period we observed that the no girl became pregnant, the school performance was improved, including two teenagers that started college studies, and those that became 18 years old were able to get a job. In the words of the teenagers, the project brought positive issues to their lives, like making contact with people and places that would not happen otherwise. The volunteers had the possibility to get in contact with new realities and exercising professional skills.

Keywords: Teenagers. Children's house. Health promotion. Problems prevention

1 Introdução

Apresentamos com este trabalho o relato das atividades de um projeto de extensão desenvolvido por professores e estudantes de um centro universitário na cidade de Brasília, DF, Brasil, junto a adolescentes que vivem em um abrigo. A intervenção relatada faz parte do projeto *Educação para saúde – convivendo com a adolescência* e teve início no primeiro semestre de 2008 e encerrou-se ao final do primeiro semestre de 2013 após nove semestres consecutivos. O objetivo da ação relatada foi o desenvolvimento biopsicossocial, a promoção de saúde e prevenção de problemas, com estudantes voluntários de uma instituição privada de ensino superior trabalhando com adolescentes retirados do convívio familiar por decisão judicial e encaminhados à instituição abrigo.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) “Saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, 1946). Esse conceito recebeu desde a sua formulação críticas e propostas de complementação, voltadas para seu alcance e operacionalização (SEGRE; FERRAZ, 1997; DALLARI, 1998). Entre as muitas contribuições, Scliar (2007) inclui o termo campo de saúde que abrange a biologia humana, o meio ambiente, o estilo de vida e a organização da assistência à saúde. Desse modo, a saúde não se representa da mesma maneira para todas as pessoas, mas reflete o contexto econômico, social, político e cultura no qual se vive.

A Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) do Ministério da Saúde prevê que as ações de promoção de saúde devem considerar as condições para que o indivíduo e as comunidades sejam mais saudáveis, não cabendo apenas ao sujeito a responsabilidade pelos cuidados com a própria saúde (BRASIL, 2009). Nesta proposta trabalhamos as noções de vida com qualidade, conhecimento dos direitos individuais e coletivos e vivência da cidadania. Buscamos envolver acadêmicos de cursos das áreas de ciências biológicas, educação e saúde em atividades que pudessem contribuir para sua formação profissional e atuação como educadores na promoção de saúde e prevenção de problemas, permitindo-lhes uma melhor compreensão do indivíduo na sua totalidade e singularidade. É importante notar que esses futuros profissionais pertencem a um estrato social muito diferente dos adolescentes abrigados, entendendo muitas vezes esse tipo

de ação por um viés assistencialista e acrítico, o que pretendemos evitar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). A adolescência é um fenômeno que passou a ser reconhecido na Idade Moderna e que se consolidou no século XX, principalmente nas sociedades ocidentais, como uma etapa que se situa entre a infância e a idade adulta. Já a infância, é entendida como uma construção social estabelecida a partir da Idade Média (ARIËS, 1981; POSTMAN, 1999).

Nos contextos culturais em que se designam a adolescência, entre os critérios que caracterizam este fenômeno, no final deste processo do ciclo vital, podem-se destacar: apresentação da capacidade de assumir compromissos profissionais e a consequente independência econômica, a constituição de uma família, geralmente vinculada ao advento da maternidade/paternidade (ARIËS, 1981). Para Santos et al (2009), ao se considerar a adolescência é necessário diferenciá-la da puberdade, fenômeno que se restringe aos aspectos das modificações físicas que caracterizam a passagem do corpo infantil ao corpo adulto. Já a adolescência envolve as mudanças psicossociais desta fase da vida.

A adolescência é caracterizada por uma “revolução biopsicossocial” que gera tensão entre os jovens, não cabendo a dissociação entre o biológico e os diversos níveis de maturação psicossocial. Existem cinco critérios que definem a inserção do indivíduo na sociedade adulta: maturidade, independência, autodeterminação, responsabilidade e atividade sexual. A atividade sexual efetivamente adulta está implicitamente ligada à possibilidade de procriar e a condições socioeconômicas para o estabelecimento de uma família. Não é raro que o jovem se sinta nesta fase da vida repellido pela sociedade e carente de ajuda nas suas necessidades afetivas e valorativas. Daí a importância de auxiliá-lo para que haja menos ansiedade e para que, dessa forma, ele construa sua identidade sexual com menos preconceitos, culpas e tabus (LEVISKY, 1998).

Ao se definir a adolescência de determinada maneira, utiliza-se uma interpretação de uma dada realidade, à qual se atribui significados, em consonância com nossa subjetividade, e de acordo, com as normas, padrões e valores sociais vigentes na cultura na qual se está inserido. Com esta compreensão não se pode concebê-la como período natural do desenvolvimento, mas trata-se

de um momento interpretado e significado por uma dada sociedade (SANTOS; XAVIER; NUNES, 2009)

As inseguranças e preocupações dos adolescentes são de certa forma, um espelho do mundo dos adultos e refletem os padrões repressivos, preconceituosos e estereotipados da sociedade em que vivem. Assim, na busca da sua identidade, garotos e garotas estão preocupados em serem aceitos e tentam ajustar-se aos padrões que a sociedade lhes exige para alcançarem esta meta (SUPLICY, 1999).

O adolescente reage às modificações que operam no seu corpo e os elementos que exteriorizam essas mudanças interferem em sua vida afetiva e emocional. A maneira como essa relação se dá é determinante na avaliação que ele faz de si mesmo e traz reflexos maiores ou menores no seu comportamento e nas suas vivências. No caso dos adolescentes deste projeto, parte-se da compreensão que a vida no abrigo os coloca em situação de vulnerabilidade social, ao que somam as fragilidades próprias das mudanças deste período. Vale ressaltar que a vinda deles para o abrigo se deu devido a um quadro de vulnerabilidade já existente, tanto do ponto de vista individual como social.

A sociedade ocidental contemporânea caracteriza-se por seu caráter excludente, refletido em diversos níveis sociais, entre eles a escola, a família e outras redes. Existe consenso a respeito da necessidade de trabalhar em prol da inclusão social. A discussão se dá em como compreender e quais seriam as condições para poder realizar ações que favoreçam a viabilidade da inserção daqueles adolescentes que se encontram a margem, tais como jovens abrigados (MARTINEZ, 2007).

Adotamos uma abordagem de discussão do desenvolvimento e vivência da adolescência com atividades lúdicas como forma de levantar discussão, reflexão e propiciar-lhes um novo entendimento sobre si e o mundo, trabalhando com gincanas, oficinas, filmes e dinâmicas de grupo. De maneira direta o trabalho visou evitar que esses jovens reforçassem as estatísticas relativas ao fracasso escolar, à gravidez na adolescência, à violência e ao uso de drogas. Partimos do princípio que as atividades extensionistas colaboram para implementação de ações que auxiliam na inclusão social de indivíduos em situação de risco social.

Na expectativa de trabalhar com esses adolescentes para sua emancipação social e contribuir para ressignificações de valores relativos às alterações advindas

da fragilidade do processo do adolescer, como vulnerabilidade, drogas, sexualidade e escolha profissional, optou-se, trabalhar essas temáticas com o suporte teórico de Vygotsky. A Teoria Histórico-cultural concebe o desenvolvimento humano como determinado pela cultura e apreendido nas relações sociais, com diferentes perspectivas nas diversas fases da vida e vários momentos de transição, sendo um deles a adolescência (VYGOTSKY, 1995). Abordagens a partir desse referencial teórico já vêm sendo adotadas, como relatado por Meurer e Gresser (2010).

Os adolescentes caracterizam-se como críticos das exigências que lhes são socialmente impostas quanto, por exemplo, à sua maneira de agir. Buscam na relação com o grupo uma forma de posicionamento pessoal diante das questões que a realidade impõe à sua vida pessoal e social. Essa interação com os companheiros é intermediada por regras de grupo, ou seja, determinada por regras morais e éticas (FACCI, 2004).

2 Desenvolvimento do Projeto

Este trabalho foi desenvolvido ao longo de cinco anos e meio com adolescentes moradores de um abrigo no Distrito Federal, com idade variando entre 12 a 18 anos. Menores de 12 anos não eram atendidos e muito raramente maiores de 18 permaneciam no abrigo por algum tempo, mas não no projeto. O número de participantes variou entre 25 e 30 abrigados por semestre, com participação aproximadamente igual de meninos e meninas durante todo o tempo. Três participantes estiveram presentes por todo o período trabalhado.

A adesão dos universitários foi voluntária sendo, em geral, de 15 por semestre, com predomínio acentuado de alunas sobre alunos. Os estudantes universitários participaram como facilitadores e elaboradores das ações a serem implementadas. O planejamento do projeto foi integralmente feito pelas professoras, mas os estudantes participaram da elaboração, preparação e execução das atividades a cada semestre. Os encontros com os estudantes ocorreram semanalmente e com os adolescentes quinzenalmente, sempre aos sábados à tarde. Os três autores deste artigo trabalhavam na instituição promotora da extensão quando do início do projeto, mas apenas as professoras participaram de todas as suas etapas.

A inscrição para os universitários era ofertada para todos os cursos da área de ciências biológicas, saúde e educação. Entretanto, a procura se deu basicamente pelos alunos das áreas de saúde, com predominância dos cursos de Biomedicina e Psicologia. No andamento do projeto propúnhamos a articulação teórico-prática entre os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e os contextos reais de aplicação nos quais se configuravam as demandas apresentadas pela comunidade atendida. Partimos da concepção de que a atuação multidisciplinar propiciaria a integração dos vários saberes que surgem na interface entre os conhecimentos das diferentes áreas e das diferentes ações desenvolvidas.

As atividades práticas foram realizadas com vistas à prevenção de problemas e promoção de saúde, tendo como ponto de partida o contexto da vida cotidiana, a casa, a escola e os demais espaços de convivência social.

A cada encontro utilizamos diferentes instrumentos lúdicos como oficinas, dinâmicas de grupo, palestras interativas, dramatizações, debates de filmes apropriados para o trabalho com adolescentes. No planejamento estimulávamos os alunos executores do projeto, que utilizassem seus talentos e habilidades artísticas e culturais na escolha dos instrumentos, fato que propiciou o enriquecimento e diversificação das atividades. O uso de oficina de criação promove um espaço de concepção do homem como um ser ativo, da práxis, do agir e do pensar. Permite a construção de novos significados a partir da vivência das próprias experiências. (ZANELLA, 2004).

No período de cinco anos e meio as atividades semestrais foram desenvolvidas em três momentos: no primeiro ocorria a divulgação e seleção dos universitários participantes. Privilegiamos a escolha de alunos de diferentes cursos, a fim de contemplar os dois dos objetivos do projeto, a integração de diversas áreas do saber e o trabalho multidisciplinar. Para isso, os acadêmicos foram distribuídos em grupos multidisciplinares para aturem como organizadores do trabalho e executores das atividades. Neste primeiro momento, supervisores e estudantes realizavam a escolha dos temas de cada encontro, levando em consideração o interesse dos adolescentes, a partir da escuta de questões do seu cotidiano.

Esses temas pertenciam a três eixos, assim divididos: o primeiro, adolescência e promoção de saúde, contemplou a discussão de questões relativas

à saúde sexual e reprodutiva, alimentação saudável e atividades físicas. No segundo eixo, adolescência e prevenção de problemas, discutiam-se as relações sociais e afetivas, preconceito e discriminação, questões de gênero e uso de drogas e violência. O terceiro eixo, adolescência e perspectivas de vida, foi destinado à reflexão sobre o despertar para a vida adulta, a inserção no mundo do trabalho, o respeito ao outro, trabalho em equipe e motivação para os estudos.

No segundo momento foram executadas as atividades práticas sobre os temas escolhidos. A preparação teórica se deu pela leitura e discussão de artigos relacionados aos temas, além de outros sobre instrumentos lúdicos, trabalho em grupo e equipes de trabalho. As atividades realizaram-se em dois locais, a saber, o abrigo em que os adolescentes moravam e em diferentes espaços do centro universitário promotor do projeto.

Quando dos encontros no abrigo, constatamos a satisfação dos adolescentes em receber os estudantes extensionistas no local de sua moradia, pois preparavam o ambiente para chegada de uma visita importante para eles. Isto ficava claro no empenho e disposição dos adolescentes para apresentar os estudantes aos demais membros do abrigo. Para os alunos, o contato com o abrigo possibilitou conhecer e refletir sobre a estigmatização de adolescentes abrigados. Jofilly (2010) relata que a prática de abrigamento em instituições assistenciais ocorre no Brasil desde o período colonial. Essas casas recebiam crianças e adolescentes que eram tratados como órfãos e abandonados, mesmo possuindo famílias. As crianças e adolescentes abandonados, ou delinquentes, são estigmatizadas pela sociedade, e as instituições de abrigamento muitas vezes se valem de metodologias opressivas, à guisa de promover a reeducação e reintegração social.

Os diferentes laboratórios da instituição promotora do projeto, como os laboratórios de técnicas dietéticas, de habilidades psicoeducativas e auditórios serviram como os espaços onde se desenvolveram as ações contemplando os temas dos eixos propostos. O fato de o trabalho ser realizado nos dois espaços contribuiu para inserção de todos os participantes em diferentes realidades socioeconômicas.

Dentre os temas escolhidos pelos adolescentes ao longo do projeto, três destacaram-se: saúde sexual e reprodutiva, preparação para o mundo do

trabalho e motivação para os estudos e uso de drogas e violência. Várias oficinas contemplaram questões relativas à saúde sexual e reprodutiva, por ser o tema mais escolhido, privilegiando-se discussões sobre métodos contraceptivos, gravidez não planejada, doenças sexualmente transmissíveis, papéis sexuais e questões de gênero.

Foucault (2010) esclarece que nos últimos séculos ocorreu uma massiva discussão sobre o sexo, principalmente nas áreas da saúde e educação, como na Medicina, Pedagogia e Psicologia. Sabe-se que antes as questões de poder relativas às questões sexuais estavam focadas nos laços de matrimônios e nas oficializações das parcerias, e que agora as relações de poder se estendem sobre corpo, sobre o prazer e suas manifestações, o que é cada vez discutido precocemente pelos adolescentes. Isto demonstra a importância do trabalho com grupos de convivência e da criação de oportunidades e espaços de discussão para os jovens, sobre questões do desenvolvimento psicosssexual como atividade sexual, identidade e gênero.

Outro tema de grande interesse dos adolescentes foi a preparação para o mundo do trabalho e a motivação para os estudos. Nesses encontros utilizamos vários instrumentos, dentre eles, entrevistas com diferentes profissionais com histórias de vida semelhantes. Os relatos dos adolescentes sobre esses encontros destacavam a identidade com os entrevistados e a disposição de também construir histórias de sucesso como as que compartilhavam. Outro ponto de destaque é que esses encontros ocorreram na instituição de ensino superior promotora do projeto, colocando os adolescentes em contato com um ambiente a que não teriam acesso de outra maneira, o espaço universitário. Este tipo de contato aproxima o adolescente de uma realidade totalmente alheia a sua rotina, e pode promover reflexões que os estimulem a tomar decisões. Não se trata de defender que o simples contato com a universidade despertaria novas aspirações nesses jovens, mas não se pode negar o valor do sonho construído a partir de referências concretas, em particular no contexto de expansão de oportunidades de acesso ao ensino superior por que passa o Brasil.

Para desenvolver os temas uso de drogas e violência, temas como família, amizade, amor foram discutidos em oficinas psicoeducativas na forma de dramatizações, criação de cartazes, colagens, maquetes e esculturas, explorando

as possibilidades de expressão de sentimentos e inquietações que a temática proporcionava (BRASIL et al., 2003). O material produzido pelos adolescentes serviu para motivar reflexões e discussões sobre as implicações do uso de drogas, os diferentes tipos de dependência, a saúde do usuário e a violência associada ao tráfico e consumo.

O terceiro momento foi destinado à avaliação do trabalho realizado no projeto. Após a realização de cada encontro, os universitários preparavam um relatório com análise do que foi trabalhado, com destaque para os pontos positivos e negativos e como se deu a participação dos adolescentes. Em seguida, havia um encontro com as professoras supervisoras para discussão dos relatórios, avaliação final da atividade e o planejamento da próxima.

Ao final de cada semestre, os acadêmicos realizavam avaliação do seu desempenho e envolvimento no projeto, além de apresentarem um relatório à supervisão. As professoras supervisoras também encaminhavam um relatório final e uma proposta de continuidade à assessoria de extensão da instituição.

A participação de estudantes dos diferentes cursos permitiu a troca de conhecimento e experiências entre eles e com os adolescentes envolvidos. Para os adolescentes, a possibilidade de realizarem atividades sobre temas de seu interesse motivou sua participação ao longo do projeto. O projeto também propiciou aos alunos universitários a articulação entre os saberes teóricos e práticos que se relacionam com a vivência profissional, com a flexibilidade de optar por diferentes tempos de contato com as atividades, desde que com participação mínima de um semestre.

3 Considerações Finais

O projeto *Educação para saúde – convivendo com a adolescência* foi uma atividade de extensão junto a abrigados que complementou as ações cotidianas das mães sociais/cuidadoras. Ao final do período de cinco anos e meio de que trata este relato, nenhum caso de gravidez indesejada foi registrado, o índice de reprovação escolar diminuiu, os abrigados completavam 18 anos tinham terminado o ensino médio, muitos começaram a trabalhar formalmente com carteira assinada e dois já cursavam universidade. Esses indicadores apontam

para o sucesso da instituição de abrigo, das mães sociais/cuidadoras e das escolas em que os abrigados estavam matriculados, só nos sendo possível avaliar a contribuição do projeto em questões pontuais relacionadas à metodologia psicoeducativa de sua própria proposta.

Os resultados obtidos revelaram que a metodologia baseada no uso de instrumentos lúdicos mostrou-se adequada ao trabalho com adolescentes, os quais foram estimulados a se expressarem livremente e de modo responsável.

O tempo de duração do projeto permitiu aos professores e extensionistas acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes e inteirar-se de sua vida escolar, da entrada no mundo adulto a partir do mercado de trabalho e da continuidade dos estudos, agora no nível superior. Os resultados obtidos na atividade extensionista foram influenciados pelo longo tempo de participação dos abrigados no projeto, mesmo com a rotatividade dos acadêmicos, que tinham participação semestral.

De maneira geral, a avaliação do projeto pelos acadêmicos participantes foi bastante positiva. Os estudantes destacaram o papel estimulador de sua cidadania e do olhar sobre responsabilidade social de cada um como futuros profissionais. O projeto também permitiu a eles a expressão de seus talentos artísticos e culturais.

A multidisciplinaridade foi vivenciada por meio das experiências propiciadas pelo projeto, o que possibilitou o enriquecimento das atividades realizadas, a formação profissional dos facilitadores, o conhecimento intelectual e o desenvolvimento da maturidade dos adolescentes participantes. A capacidade de resolução de problemas e os atos de cooperação desenvolvidos no decorrer da aplicação deste projeto, com certeza, enriquecerão o futuro profissional, em especial nos temas relativos à prevenção e promoção de saúde.

Projetos de extensão universitária, como o apresentado, contribuem para o desenvolvimento da cidadania e a prática da responsabilidade social, proposições acadêmicas que auxiliam na formação do indivíduo integral, independente do papel que os envolvidos estejam exercendo nos meios sociais (professor, aluno e adolescentes). Finalmente concluímos que é importante para cursos de graduação estimular a aplicação dos conhecimentos que vão sendo adquiridos pelos estudantes como elemento de formação integral.

Referências

- ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL, K. C. T. et al. O trabalho interdisciplinar no contexto da exclusão. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 90-97, 2003.
- BRASIL. *Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 15/11/2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde na Escola*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- DALLARI, S. G. A Bioética e a Saúde Pública, In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (Coord.). *Iniciação à Bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 205-216.
- FACCI, M. G. D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cadernos CEDES*, Campinas - SP, v. 24, n. 62, abr./jul. 2004.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 19. ed. São Paulo: Graal, 2010.
- JOFFILY, C. L. M. S. *Adolescentes mães em contexto de abrigo: significando a gravidez e a maternidade*. Curitiba: Juruá, 2010.
- LEVISKY, D. L. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- MARTÍNEZ, A. M. *Psicologia escolar e compromisso social*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2007.
- MEURER, B; GESSER, M. Tessituras em psicologia social na escola: relato de experiência com adolescentes. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola*. Brasília: CFP, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotada pela *Conferência Internacional da Saúde*, realizada em Nova York de 19 a 22 de julho de 1946.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANTOS, M. S.; XAVIER, A. S; NUNES, A. I. B. L. *Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos*. Brasília: Liber Livros, 2009.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SEGRE, M; FERRAZ, F.C. O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997.

SUPLICY, M. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *Obras escogidas: incluye problemas de desarrollo de la psique*. Madrid: Visor, 1995.

ZANELLA, A. V. Atividade criadora, produção de conhecimentos e formação de pesquisadores: algumas reflexões. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 135-145, 2004.





Conhecimento, habilidades e atitudes: como o PIFLA desenvolve competências

Erika Lisboa¹
Erika Gagliardi²

Resumo

O Projeto de Integração e Formação de Lideranças Acadêmicas – PIFLA é um projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Administração desde o 1º semestre de 2014. Seu objetivo é estabelecer uma integração e acolhimento entre os alunos veteranos e os alunos calouros, contribuindo para a conexão dos alunos, promovendo uma relação colaborativa, de forma a gerar uma atividade que proporcione a troca de experiências, a discussão de assuntos curriculares e apoio a dificuldades emergentes durante o início do curso para os alunos calouros; bem como desenvolvimento das habilidades de liderança nos alunos veteranos. A execução do projeto contempla atividades de apresentação, capacitação, visitação e palestras nos âmbitos institucional, acadêmico e pessoal. Tais atividades foram definidas com o propósito de desenvolver competências interpessoais, de liderança, trabalho em equipe e conversacionais, uma vez que, as competências são reveladas quando ocorre uma ação frente às situações com as quais se deparam. Como resultado do projeto as contribuições foram relevantes para o ensino do curso de Administração do UniCEUB e para os alunos veteranos que apresentaram o desenvolvimento de habilidades técnicas, tais como conhecimento da instituição e habilidades interpessoais e habilidades

¹ Professora do curso de Administração do UniCEUB; erika.lisboa@uniceub.br

² Professora do curso de Administração do UniCEUB; erika.gagliardi@uniceub.br

de liderança, relacionais e conversacionais. Quanto aos alunos calouros o desenvolvimento se deu no que se refere a construção de *networking* com os alunos de semestres mais adiantados e também a maior facilidade de obter conhecimento sobre a instituição de ensino, através das experiências dos demais alunos. O acolhimento e a aproximação dos alunos também se configurou como um ganho expressivo do projeto.

Palavras-chave: Competências. Acolhimento. Calouros. Veteranos.

1 Projeto de Integração e Formação de Lideranças Acadêmicas - PIFLA

O projeto de extensão denominado como Projeto de Integração e Formação de Lideranças Acadêmicas - PIFLA teve início no 1º semestre de 2014, e representa uma iniciativa do Curso de Administração do UniCEUB que tem como intuito contemplar os alunos ingressantes (primeiro período) do curso.

O projeto tem como objetivo estabelecer uma integração e acolhimento entre os alunos veteranos e os alunos calouros, contribuindo assim para a conexão dos alunos, promovendo uma relação colaborativa, de forma a gerar uma atividade que proporcione a troca de experiências, a discussão de assuntos curriculares e apoio a dificuldades emergentes durante o início do curso para os alunos calouros; bem como desenvolvimento das habilidades de liderança nos alunos veteranos.

A ideia é simples e objetiva, promover de forma horizontal uma relação de troca aos alunos. Isso acontece com os alunos recém-chegados e com os alunos que estão nos últimos semestres do curso. É estabelecida a comunicação e a transferência de informações a esses alunos que, por muitas vezes, não chegam a ter contato entre si, devido o tempo de curso.

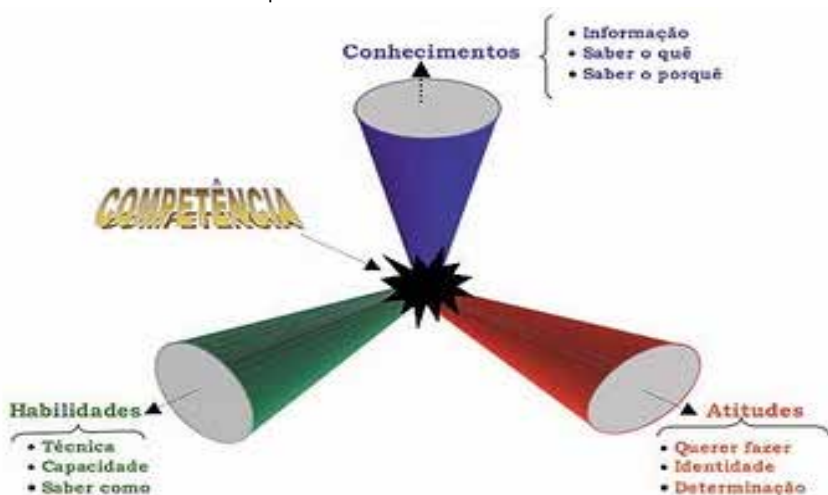
Por meio do projeto, estabelece-se uma troca, promove-se conversas sobre problemas e identifica-se soluções, sobre o mercado de trabalho e a situação de um jovem administrador recém-formado. Para o aluno mais novo é uma oportunidade de ser acolhido por um aluno mais experiente e, para este, é a oportunidade de passar seus conhecimentos e colaborar de forma efetiva para o desempenho de seu colega de curso e também desenvolver habilidades de

liderança, tais como: comunicar com efetividade, orientar e desenvolver os outros, gerenciar grupos e liderar equipes e gerenciar possíveis conflitos.

O projeto PIFLA também desenvolve atividades com o intuito de aprimorar competências nos estudantes. O termo competência é derivado do latim *competentia*, que significa corresponder a, ser capaz, pertencer ou ser próprio (BRANDÃO, 2009).

Na linguagem jurídica, desde a Idade Média, competência diz respeito à faculdade atribuída a alguém ou a uma instituição para apreciar e julgar determinada questão (BRANDÃO, 2009). Na concepção de Carbone et al. (2009, p. 43), competência significa “combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional, que agregam valor a pessoas e organizações”.

Figura 1 – Dimensões da Competência



Fonte: Durand (1999), com adaptações.

A figura 1 ilustra as dimensões que compõem a competência: conhecimentos, habilidades e atitudes. Conhecimentos significa o “saber” que a pessoa acumulou ao longo de sua vida (DURAND, 1998). A habilidade pode ser definida com a capacidade de aplicar e fazer uso produtivo do conhecimento (GAGNÉ et al., 1988). E atitudes dizem respeito a aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho (DURAND, 1998).

No projeto PIFLA são promovidas atividades para os veteranos para que eles possam aprimorar suas competências, já que na visão de Zarifian (1999), as competências são reveladas quando as pessoas agem frente às situações profissionais com as quais se deparam.

As competências trabalhadas no PIFLA são interpessoais, de liderança, trabalho em equipe e conversacionais. Segundo Gramigna (2007), a competência de liderança é a capacidade de catalisar os esforços grupais de forma a atingir ou superar os objetivos organizacionais, estabelecendo um clima motivador, formando parceiras e estimulando o desenvolvimento da equipe. As habilidades relacionadas a esta competência contemplam, segundo Gramigna (2009):

- Consegue manter a equipe comprometida com resultados e metas.
- Cria um clima de entusiasmo e envolvimento.
- Tem facilidade para convencer o grupo a seguir suas orientações.
- Obtém a atenção e o respeito das pessoas.
- Acompanha e participa do andamento dos trabalhos, colocando-se disponível caso haja necessidade.
- Adota palavras de estímulo, reconhecendo resultados e desempenho.
- Avalia e, se necessário, reorienta as ações, obtendo a colaboração das pessoas.
- Age, com foco nas atividades e projetos das equipes na busca dos objetivos organizacionais.
- Quanto aos conhecimentos, Gramigna (2009) apresenta:
- Acerca de funções e papéis da liderança de vanguarda: apoiar, acompanhar, orientar, delegar, treinar.
- Sobre estilos de liderança assertivos, que geram resultados satisfatórios.
- A respeito do próprio trabalho.
- Acerca do negócio como um todo.
- Sobre as principais funções do papel de liderança.

E no que tange as atitudes, segundo Gramigna (2009):

- Respeita as pessoas.
- Demonstra satisfação com resultados alcançados em grupo.
- Vibra e passa energia para o grupo.
- Valoriza resultados e metas.

- Incentiva o desenvolvimento das pessoas.

A competência conversacional é a capacidade para interagir com as pessoas apresentando facilidade para ouvir, processar e compreender a mensagem. Facilidade para transmitir e argumentar com coerência e clareza, promovendo feedback sempre que necessário (QUINN et al, 2004).

As habilidades relacionadas a esta competência referem-se, de acordo com Gramigna (2009), a:

- Apresentar a comunicação falada, escrita ou gráfica de forma organizada e correta.
- Comunicar-se por meio de argumentos, fatos e dados coerentes.
- Manter sua equipe atualizada, informando fatos novos.
- Saber ouvir, fornecer e receber feedback de forma educada e cortês.
- Ser entendido, quando se comunica.
- Interpretar a comunicação com propriedade (entende).

Quanto aos conhecimentos, como relatado por Gramigna (2009), tratam:

- Sobre o processo de comunicação.
- Acerca de técnicas de expressão verbal.
- Sobre tecnologias da informação utilizadas na empresa.
- Sobre língua portuguesa.

Já no tocante as atitudes, Gramigna (2009) menciona que:

- Adota postura de escuta e interesse pelo que os outros falam.
- Busca informações e pergunta quando tem dúvida.
- Nas discussões, esclarece seus pontos de vista quando os outros solicitam.
- Rege de forma natural a feedback que inclui crítica.
- Busca aproximação com as pessoas e é receptivo aos contatos.
- Procura expressar-se com clareza e objetividade.

A competência relacionamento interpessoal pode ser compreendida como a habilidade para interagir com as pessoas de forma empática, inclusive diante de situações conflitantes, demonstrando atitudes assertivas, comportamentos maduros e não combativos (RABAGLIO, 2001).

São habilidades relacionadas a esta competência, conforme Gramigna (2009):

- É agradável nos contatos e angaria a simpatia do grupo.
- Contorna situações conflitantes com propriedade e flexibilidade.
- Interage com as pessoas de maneira espontânea.
- Estabelece clima de confiança.
- Mantém bom relacionamento.
- Consegue a colaboração e o respeito das pessoas de sua equipe.

Quanto aos conhecimentos, Gramigna (2009) contempla aqueles:

Acerca da dinâmica e do funcionamento dos grupos.

Sobre princípios da inteligência emocional.

Por sua vez, as atitudes estão relacionadas, de acordo com Gramigna (2009), a:

- Manter bom relacionamento com equipe, usuários e fornecedores.
- Demonstrar comportamentos não combativos.
- Ser bem humorado.
- Ser receptivo a aproximação das pessoas.
- Mostrar-se disponível para ajudar e cooperar com os grupos.
- Reagir de forma educada às provocações.
- Nas discussões, adotar postura de escuta e de interesse pelo que os outros falam.
- Quando se dirige às pessoas, agir com flexibilidade e empatia.

Por último, a competência trabalho em equipe diz respeito a capacidade para desenvolver ações compartilhadas, catalisando esforços e obtendo resultados por meio da cooperação mútua (RABAGLIO, 2001).

As habilidades relacionadas a esta competências, conforme descrito por Gramigna (2009) contemplam:

- Obtém a colaboração, a participação e o comprometimento do grupo na busca de resultados.
- Participa ativamente dos trabalhos, deixando espaço para a participação dos demais.
- Avalia sua participação e também do restante do grupo, considerando os resultados esperados.
- Integra novos membros na equipe.

Já os conhecimentos são aqueles relacionados, como mencionado por

Gramigna (2009), a:

- Dinâmica e a estrutura de funcionamento dos grupos.
- A respeito das técnicas de comunicação e do relacionamento humano.

Quanto as atitudes, quando se refere a competência trabalho em equipe,

Gramigna (2009) defende que:

- Demonstra disponibilidade para ajudar os outros.
- Respeita os pontos de vista das pessoas e as diferenças individuais.
- Sabe expor seus pontos de vista sem desvalorizar os dos outros.
- Busca a colaboração do grupo em prol de objetivos comuns.
- É aberto a opinião alheias.

2 Atividades do PIFLA

As atividades do PIFLA foram definidas com o objetivo de desenvolver competências interpessoais, de liderança, trabalho em equipe e conversacionais. Durante a execução do programa e a cada semestre, realiza-se uma apresentação composta por uma dinâmica em sala de aula com os alunos participantes do projeto, com o intuito de agrupar e apresentar os respectivos veteranos e calouros.

No aspecto institucional, os estudantes do 1º semestre são apresentados pelos alunos veteranos às oportunidades que a graduação e o UniCEUB oferecem, por meio de realização de tour guiado na instituição e informações sobre os seguintes tópicos:

- Empresa Júnior;
- Pesquisa científica;
- Estágios;
- Cursos - nivelamento;
- Cursos - idiomas, técnicos, informática;
- Esportes;
- Biblioteca;
- DCE;
- Incubadora de Empresas;
- Centro Acadêmico.

No aspecto acadêmico ocorre o acompanhamento dos alunos por meio

de conversas sobre disciplinas, menções, expectativas e motivação, mediante interesse do calouro.

Já no âmbito pessoal os alunos veteranos são treinados pelas professoras para desenvolverem um workshop para os alunos calouros. Este workshop contempla reflexões sobre carreira, utilizando uma metodologia do *coaching*, atividades sobre currículo e entrevista de emprego, pesquisa sobre empregabilidade e apresentação de suas pesquisas para os alunos calouros, incentivando-os a seguir carreira e refletir sobre as possibilidades que o curso de Administração oferece.

O acompanhamento ocorre durante todo o semestre por meio de reuniões, preenchimento e entrega de fichas de acompanhamento de cada aluno calouro pelo aluno veterano responsável.

Por último, é realizado um fechamento com a realização de palestra com um profissional formado na área de interesse dos alunos. O profissional participa de um bate-papo com os alunos. Esta se configura uma oportunidade para que os alunos possam conhecer as aplicações práticas do curso que escolherem.

3 Resultados

Ao se analisar as contribuições que o projeto trouxe para o fortalecimento do ensino do curso de Administração do UniCEUB percebeu-se que, para os alunos veteranos houve um melhor desenvolvimento de habilidades técnicas, tais como conhecimento da instituição e habilidades interpessoais e habilidades de liderança, relacionais e conversacionais. Para os alunos calouros houve, conforme esperado, um ganho significativo no que se refere a construção de *networking* com os alunos de semestres mais adiantados e também a maior facilidade de obter conhecimento sobre a instituição de ensino, através das experiências dos demais alunos. Eles se sentiram acolhidos e ambientados no curso.

O projeto desde sua primeira edição não encontrou resistência para ser desenvolvido nem por parte da comunidade (alunos calouros) nem por parte dos alunos envolvidos (alunos veteranos). Estes por já conhecerem o projeto têm solicitado serem incluídos como participantes nos próximos semestres.

Percebe-se que as atividades desenvolvidas pelo projeto resolveram alguns problemas anteriormente detectados pelo curso de Administração, tais como a dificuldade de ambientação dos alunos recém-chegados à instituição. Por meio do projeto estabeleceu-se uma troca, promovendo conversas sobre dificuldades e identificando soluções, sobre o mercado de trabalho e a situação de um jovem administrador recém-formado. Para o aluno mais novo foi uma oportunidade de ser acolhido por um aluno mais experiente e, para este, o projeto configurou-se como uma oportunidade de passar seus conhecimentos e colaborar de forma efetiva para o desempenho de seu colega de curso, ambientando no curso e colaborando com sua capacitação para o mercado de trabalho.

O projeto foi apresentado aos alunos participantes (veteranos) que desde o início tinham conhecimento do desenvolvimento das atividades propostas. Os alunos recém-chegados (calouros) e os alunos dos últimos semestres do curso estabeleceram uma comunicação e a transferência de informações que, por muitas vezes, não chegava a ocorrer.

O projeto alcançou os objetivos esperados. Por se encontrar em sua quarta edição, o amadurecimento do projeto e as alterações realizadas em função das edições anteriores apresentaram resultados positivos. Os alunos calouros e veteranos elogiaram as atividades do projeto.

Referências

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Gestão de competência e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? *RAE*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 08-15, 30, jan. 2001.

CARBONE, Pedro Paulo et al. (Org.). *Gestão por competências e gestão do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DURAND, Thomas. L'alchimie de la compétence. *Revue Française de Gestion*, Paris, v. 127, p. 84-102, jan./fév. 2000.

GAGNÉ, Robert M.; BRIGGS, Leslie J.; WAGER, Walter W. *Principles of instructional design*. Orlando, Flórida: Holt, Rinehart and Winston, 1988.

GRAMIGNA, Maria Rita. *Modelo de competências e gestão dos talentos*. São Paulo: Pearson, 2007.

QUINN, Robert E. et al. *Competências gerenciais: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RABAGLIO, Maria Odete. *Seleção por competências*. São Paulo: Educator, 2001.



Nivelamentos no ensino superior

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho¹
Roberto Freitas Filho²

Resumo

O objetivo da pesquisa realizada foi analisar os cursos de nivelamento ofertados em instituições de ensino superior visando encontrar propostas de aperfeiçoamento dos mesmos. Iniciando pela contextualização dos nivelamentos no Brasil, passou-se pela apresentação da análise específica do que se tem realizado, ao longo dos anos, a este respeito, no UniCEUB. Foram utilizados como dados de análise: os relatórios semestrais de projetos de extensão de nivelamento; registros de observações e atas das reuniões realizadas com gestores da instituição; observações dos cursos em andamento; além de subsídios resultantes de análises realizadas por diversos setores do UniCEUB. Os resultados alcançados demonstram alguns caminhos possíveis e podem contribuir para o desenvolvimento de outros estudos e propostas.

Palavras-chave: Nivelamento. Ensino Superior. Dificuldades de aprendizagem.

1 Introdução

As avaliações externas realizadas nas Instituições de Ensino Superior

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília-UnB. Professora dos cursos de graduação em Jornalismo e Publicidade e de pós-graduação em Docência no Ensino Superior e Assessora de Extensão no Centro Universitário de Brasília-UniCEUB, email: renata.carvalho@uniceub.br

² Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Coordenador do curso de Direito no Centro Universitário de Brasília-UniCEUB, email: roberto.filho@uniceub.br

(IES) brasileiras pelo Ministério da Educação (MEC) têm exigido a oferta de Nivelamentos aos discentes.

O instrumento de avaliação institucional externa (BRASIL, 2014), utilizado em 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica, estabelecia, no indicador 3.9 “Programas de Atendimento ao Estudante” do eixo “Políticas Acadêmicas”, a necessidade de implantação adequada do nivelamento, inclusive para os alunos estrangeiros.

É bastante inquietadora a reflexão sugerida por Rossi (2011), quando propõe que:

[...] antes de falarmos sobre o “dever” de as IES oferecerem o tal Nivelamento, vamos pensar nas causas. [...] as IES particulares são obrigadas a oferecer aos alunos ingressantes, um programa de nivelamento que atenda às necessidades primordiais dos alunos para que esses possam acompanhar as suas turmas, mas, o que se quer é que o ensino superior particular preencha a lacuna deixada pelo ensino básico público, suprimindo as necessidades dos alunos que não sabem escrever, não sabem ler, não sabem interpretar e muitas vezes não são capazes de calcular o valor da mensalidade se receberem um desconto de 5% ou 10%.

Neste sentido, tem sido evidente que as dificuldades apresentadas pelos alunos desmotivam a continuidade dos estudos.

Além da obrigatoriedade imposta pelo MEC e suas causas, os gestores das IES têm, constantemente, atribuído as altas taxas de evasão dos cursos às dificuldades de acompanhamento do conteúdo pelos ingressantes no Ensino Superior.

Para Lobo (2014, p. 6),

No setor privado, como os cursos são planejados para um determinado número de alunos iniciantes pagantes (em muitos casos com turmas cada vez menores por exigência das Comissões de autorização e reconhecimento), as vagas ociosas representam um problema muito mais grave a até um grande risco para a viabilidade desses cursos e das próprias IES. [...] o que antes era uma luta concentrada para atrair novos alunos passou a ter um novo foco e assim se explica a razão do início (ou podemos dizer do aumento) da preocupação em manter aqueles alunos que já estão estudando, ou seja, uma maior preocupação com a Evasão.

No Brasil, é notório que todos os níveis da educação se encontram em crise. Contudo, a situação do Ensino Médio tem como desdobramento a má formação no Ensino Superior.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³ de 2013 (BRASIL, 2013), pelos dados apresentados, é possível identificar (ver tabela 1), pelo menos, um dos principais motivos pelos quais os ingressantes no Ensino Superior apresentam dificuldades em acompanhar os cursos.

Tabela 1 - Projeções para o Ensino Médio no Brasil segundo resultados e metas do IDEB, Brasil, 2005 a 2021.

Dependência Administrativa	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2

Fonte: Saeb e Censo Escolar, 2013.

Como reflexo, surge, no Ensino Superior, a necessidade da oferta de cursos de nivelamento para fins de atendimento às carências do Ensino Médio. Se, a princípio, os dados apresentados demonstram uma deficiência do Ensino Básico brasileiro, fica, também, evidente que surge um abismo entre os dois níveis de ensino, deixando a cargo do Ensino Superior a obrigatoriedade de suprir as falhas da formação dos ingressantes para que possam acompanhar os cursos de graduação.

Em meio à dificuldade de criar e manter novos cursos de graduação associada à batalha pelos candidatos, destaca-se o combate à evasão como solução para aumentar o número total de matrículas. Segundo Lobo (2014), o aumento de matrículas nas IES só pode ocorrer das seguintes maneiras:

- aumentando as vagas dos cursos existentes;
- preenchendo as vagas resultantes da perda de alunos nos cursos existentes;
- aumentando a quantidade de cursos ofertados pela IES;
- diminuindo a evasão.

³ O Ideb é um indicador, em uma escala de zero a dez, calculado a partir dos dados obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil e sintetiza a aprovação e a média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. (INEP/MEC, 2014).

Em busca da compreensão e das possibilidades de diminuição da evasão, alguns estudos realizados no Brasil tem apontado que as causas mais frequentes da evasão tem sido: ingressantes inaptos ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; formação básica deficiente; dificuldade financeira; irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES; mudança de curso; e mudança de residência.

Nos resultados das pesquisas divulgadas, tem sido destacado que as IES particulares encontram dificuldades em lidar com o aumento da quantidade de alunos “oriundos de classes econômicas menos favorecidas e, em razão da massificação da Educação Básica e de seus problemas, com claras deficiências acadêmicas” (LOBO, 2014).

Segundo Tinto (1982), ao mesmo tempo em que é preciso “trabalhar para que nenhum estudante comece as aulas regulares tão atrasado, em relação aos demais, que sua integração no programa acadêmico regular seja impossível”, é preciso, concomitantemente, ter cuidado para que os alunos que conseguem acompanhar o curso sem problemas, ou que estão até bem mais avançados, não se desinteressem dos cursos em razão do atraso dos demais.

Diante do que foi apresentado pelos estudiosos, as IES precisam considerar, o desenvolvimento de programas especiais para todos os novos alunos no sentido de atender às suas necessidades específicas.

Embora os estudantes cite frequentemente razões financeiras para a Evasão, estas, na verdade, refletem o produto final e não a origem da decisão de sair. Esta decisão leva em conta as prioridades conflitantes do estudante (TINTO, 1982, p. 690).

Existem muitos casos de inadimplência e Evasão que decorrem de problemas financeiros, mas raramente eles são causa isolada da inadimplência. Entretanto, o aluno inadimplente evade mais por ter mais um obstáculo a superar para permanecer estudando. É preciso que a IES crie políticas para que o aluno não acumule as dívidas de mensalidades (LOBO, 2014, p.18).

No afã de buscar soluções para a evasão, é possível identificar sete fatores que auxiliam o combate à evasão a partir de experiências bem sucedidas internacionalmente, São eles: estabelecer um grupo de trabalho encarregado de reduzir a evasão; avaliar as estatísticas da evasão; estimular a visão da IES

centrada no aluno; criar condições que atendam aos objetivos que atraíram os alunos; tornar o ambiente e o trânsito na IES agradáveis aos alunos; e criar programa de aconselhamento e orientação dos alunos.

Diante deste cenário, em meio à complexidade do Ensino Superior, muitas IES têm desenvolvido nivelamentos a fim de encontrar caminhos para diminuir a evasão. Entre diversas ações desenvolvidas no Brasil, foi elaborado o quadro 1, a seguir, para apresentar algumas mais frequentes:

Quadro 1 – Ações divulgadas de nivelamento nacionais por tipo de ação, Brasil, 2013.

Tipo		Descrição das ações divulgadas
Seleção de alunos		Os professores que ministram as disciplinas do primeiro e ou do segundo períodos aplicam avaliações diagnósticas em para todos os alunos ingressantes da IES.
		Um grupo de especialistas da IES aplica avaliações diagnósticas em todos os alunos ingressantes da IES.
		São verificadas as notas das provas de português e matemática do processo seletivo de ingresso do aluno na IES para selecioná-lo. Exemplo: nota menor ou igual a 5,9, com participação obrigatória; nota entre 6,0 e 8,5, podem participar disputando as vagas remanescentes das atividades; nota entre 6,0 e 10,0, dispensado.
Escolha de métodos	Publicações com conteúdos programáticos	Livros impressos de baixo custo com conteúdos e exercícios de língua portuguesa e matemática.
		Videoaulas disponibilizadas no <i>Youtube</i> .
		Vídeo aulas disponibilizadas no ambiente AVA (acessíveis, inclusive para celulares e <i>tablets</i>).
	Atividades presenciais	Plantão de dúvidas (presencial).
		Resgate de conteúdos em disciplinas específicas.
		Cursos presenciais (preferencialmente, gratuitos).
	Atividades à distância	Curso <i>on line</i> (preferencialmente, gratuitos).
		Curso <i>on line</i> no portal AVA com videoaulas, conteúdo para imprimir e tutoria para esclarecimento de dúvidas.
Benefícios adicionais		Pontos-bônus que são somados à média final das disciplinas correlatas da estrutura curricular. Aprovação na atividade como pré-requisito de disciplina do curso. Horas registradas como atividades complementares.

Fonte: elaborado pelos autores.

Entre diversas ações analisadas, foi possível constatar a tendência de oferta de propostas *on line*. Tal fato é compreensível considerando que os alunos são hoje nativos digitais da linguagem digital dos computadores e, de acordo com Prensky (2005), eles se comunicam e compartilham o saber mais rapidamente por intermédio das tecnologias.

Segundo Figueiredo, Silva e Costa (2011), a crescente evolução e utilização dos dispositivos móveis vieram potencializar o crescimento do *m-learning*⁴. A título

⁴ *M-learning (Mobile Learning)* é a denominação dada à aprendizagem por meio de dispositivos eletrônicos móveis.

de exemplo, segundo os dados apresentados pela ANATEL, em setembro de 2014, o Brasil tinha 278,5 milhões de celulares com a média de 1,371 celulares por habitante.

Neste sentido, é importante refletir a respeito do uso das tecnologias móveis para as propostas de nivelamento, sem, contudo, deixar de levar em consideração a importância dos relacionamentos presenciais, quando necessários para alcançar, os objetivos educacionais.

2 O caso do nivelamento no UniCEUB

O objetivo da pesquisa apresentada foi analisar os cursos de nivelamento ofertados pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) visando encontrar propostas de aperfeiçoamento dos mesmos.

Foram utilizados como dados de análise: os relatórios semestrais de projetos de extensão de nivelamento; registros de observações e atas das reuniões realizadas com gestores institucionais; observações dos cursos em andamento; além de subsídios resultantes de análises realizadas por diversos setores do UniCEUB.

Para iniciar os estudos, foram marcadas reuniões tendo como convidadas as pessoas mais envolvidas com os cursos de nivelamento no UniCEUB. Em seguida, foram iniciados os estudos e as pesquisas com resultados que demonstram alguns caminhos possíveis para o nivelamento no Ensino Superior.

A Assessoria de Extensão e Integração Comunitária apresentou os relatórios semestrais de atividades de nivelamento desde o 1º semestre de 2006 até o 2º semestre de 2014:

- Nivelamento em língua portuguesa – 22 relatórios;
- Nivelamento em matemática – 18 relatórios;
- Nivelamento em raciocínio lógico – 11 relatórios;
- Nivelamento em estatística – 1 relatório.

Inicialmente, conforme citado nos relatórios, os cursos de nivelamento eram ofertados na modalidade presencial. No decorrer dos anos, diversas estratégias foram desenvolvidas para sensibilização, identificação e manutenção dos alunos nos nivelamentos sob responsabilidade dos cursos de graduação em Letras e em Matemática.

A partir de 2010, os nivelamentos foram ofertados tanto presencialmente, quanto na modalidade semipresencial e passaram a contar com o apoio e a supervisão da Assessoria de Educação a Distância. Esta mudança teve como objetivo principal possibilitar o alcance de maior número de alunos visto que não seria necessária a presença às aulas.

De 2012 a 2014, os nivelamentos foram ofertados, somente, na modalidade à distância sob responsabilidade da Assessoria de Educação a Distância e de professores convidados. No caso específico de língua portuguesa, a responsabilidade foi compartilhada com a Coordenação do curso de Letras.

Os nivelamentos, apesar de serem desenvolvidos com empenho dos docentes e com ampla dedicação dos responsáveis e investimento institucional, não têm alcançado o número satisfatório de alunos e, muito menos, a conclusão das atividades por aqueles que, inicialmente, se matriculam nos nivelamentos.

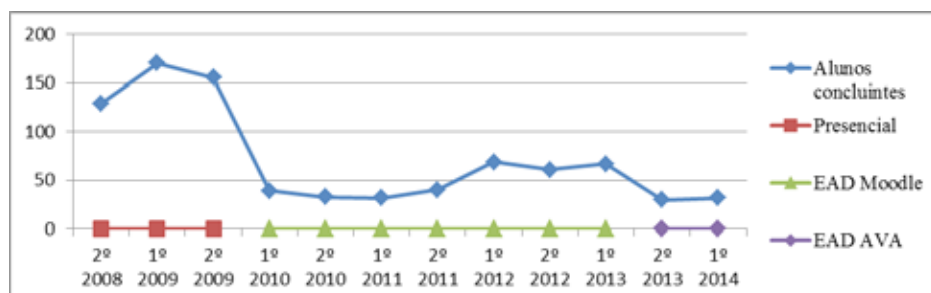
Conforme é possível observar no gráfico 1, a trajetória dos nivelamentos no UniCEUB registrados na Assessoria de Extensão pode ser dividida em períodos relativos às modalidades de ensino e às tecnologias e metodologias aplicadas:

1º período – até o 2º sem. 2009: cursos presenciais;

2º período – do 1º sem. 2010 ao 1º sem. 2012: cursos presenciais e semipresenciais (Plataforma Moodle);

3º período – a partir do 2º sem. de 2012: cursos à distância (Ambiente AVA).

Gráfico 1 – Número de concluintes e modalidades de cursos de nivelamento em língua portuguesa no UniCEUB, por semestre - 2º/2008 a 1º/2014.



Fonte: relatórios semestrais dos nivelamentos encaminhados para a Assessoria de Extensão e Integração comunitária

No que diz respeito aos dados quantitativos dos cursos de nivelamento

realizados no 1º semestre de 2014. de acordo com dados divulgados pela Assessoria de Educação a Distância do UniCEUB, para cada turma, foram aceitas 100 inscrições para que se alcançasse uma média de 60 alunos por turma.

Contudo, já no primeiro encontro presencial, a média de alunos presentes foi de 40,3%. Ao final do semestre, a quantidade de certificados solicitados para os alunos que concluíram os nivelamentos era 7,4% em relação aos inscritos inicialmente e 18,31% em relação aos presentes no 1º encontro. Segue a tabela com dados quantitativos:

Tabela 2 – Relatório quantitativo dos nivelamentos no 1º semestre de 2014 no UniCEUB

Turma	Matriculados	Presentes no 1º Encontro	Concluintes
Língua Portuguesa 1 - Turma 1	100	45	27
Língua Portuguesa 1 - Turma 2	100	50	
Língua Portuguesa 2 - Turma 1	100	27	5
Fundamentos em Raciocínio lógico – Turma 1	101	37	3
Nivelamento em Fundamentos de Matemática – Turma 1	100	43	2
Total	501	202	37

Fonte: Assessoria de Educação a Distância do UniCEUB

Com relação aos nivelamentos realizados durante o 1º semestre de 2014, foram analisados os relatórios encaminhados para a Diretoria Acadêmica e ou para a Assessoria de Extensão e Integração Comunitária. Pelos documentos, foi possível identificar alguns aspectos importantes apresentados pelos professores responsáveis e ou pela equipe da Assessoria de Educação à Distância quanto ao conteúdo abordado no curso; quanto à metodologia utilizada; quanto às características e ao comportamento dos alunos durante o curso.

Entre os principais resultados, foi identificada uma alta taxa de evasão do curso. Diante desta constatação, a IES realizou uma pesquisa com os alguns alunos desistentes para identificar motivos que levaram os alunos a desistirem dos cursos e os principais motivos alegados foram:

- 76% por falta de tempo;
- 12% por motivos pessoais não especificados;
- 8% por ter encontrado dificuldade no AVA e com os procedimentos do curso;
- 4% por ter perdido o interesse no curso visto que não oferecia o que era esperado.

Para uma análise quantitativa da participação dos ingressantes nos cursos de graduação do UniCEUB nos nivelamentos realizados durante o 1º semestre de 2014, escolhidos os cursos de nivelamento em língua portuguesa que, juntos, formaram o maior número de concluintes em relação aos demais (Matemática e Raciocínio lógico).

Os 27 (vinte e sete) alunos concluintes do nivelamento em Língua portuguesa estavam matriculados em 10 (dez) cursos de graduação, o que representavam, apenas, 38,5% dos cursos ofertados no período.

Em relação aos conteúdos e metodologias dos cursos de nivelamento em língua portuguesa, no 2º semestre de 2014, observou-se o ambiente AVA do Portal do UniCEUB.

No item “Plano de ensino”, estavam descritos:

- recursos didáticos: Ambiente Virtual de Aprendizagem; Computador e internet; Web Conferência; Acervo da biblioteca; Material Didático;
- procedimentos metodológicos: ferramentas de comunicação utilizadas para a interação a distância: Fóruns; Web conferência; E-mail;
- atividades presenciais: encontros presenciais obrigatórios com finalidades específicas;
- sistematização de aprendizagem: atividades diversificadas, propostas por Unidade de Estudo;
- controle de frequência: nas atividades presenciais (encontros presenciais) e virtuais (fóruns de temáticos);
- instrumentos de avaliação: provas presenciais; elaboração de sistematização; participação nos fóruns temáticos.

3 Indicando caminhos possíveis

A partir do que foi analisado, foi possível indicar alguns caminhos. O que se pode afirmar é que as IES brasileiras, para manutenção das matrículas e da qualidade e o sentido da formação universitária considerando a formação ampliada dos alunos, precisa “nivelar” o corpo discente ingressante.

Visando à manutenção das matrículas, pelo combate à evasão, é importante apresentar as principais causas encontradas para a evasão no ensino superior

separadas em dois grupos: aquelas relacionadas à instituição e seu corpo docente e, as relacionadas às dificuldades pessoais dos alunos (ver quadro 2).

Quadro 2 – Causas da evasão do Ensino Superior, Brasil.

Relacionadas à instituição e seu corpo docente:	Relacionadas às dificuldades pessoais dos alunos:
- irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; - decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; - dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES.	- formação básica deficiente; - inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; - dificuldade financeira; - mudança de curso; - mudança de residência.

Fonte: elaborado pelos autores.

Qualquer esforço de redução da evasão pela manutenção das matrículas precisa considerar a identificação das causas relacionadas às dificuldades pessoais dos alunos que levam à evasão e determinar as suas causas. E ainda, é fundamental, criar equipe(s) responsável(is) por desenvolver e operacionalizar atividades para aconselhamento e motivação dos alunos com ênfase: nas questões financeiras; nas orientações relacionadas às mudanças de curso; nas dificuldades de acompanhamento das atividades no curso.

Esta equipe, no que tange ao acompanhamento das atividades do curso pelo aluno, ficará encarregada de:

- identificar os alunos com dificuldades de acompanhamento⁵ e seus perfis;
- conscientizar os alunos com dificuldades quanto à necessidade de procurar minimizar as deficiências para aproveitamento adequado das atividades na IES e no curso (atentar para não desenvolver propostas que desmotivem os demais);
- apresentar atividades específicas de cada perfil para redução das dificuldades;
- avaliar a aprendizagem dos alunos após a participação nas atividades;
- certificar que os alunos não apresentam as dificuldades ou as reduziram e estão aptos para acompanhar as atividades no curso e na IES.

Para alcance dos objetivos, seguem (ver quadro 3) alguns caminhos

⁵ É importante ressaltar que os alunos com necessidades especiais e os estrangeiros devem ser também identificados e acompanhados, mas não é esse o objeto do estudo em questão.

podem ser seguidos desde que a equipe considere as especificidades de cada IES, inclusive seu equilíbrio econômico-financeiro.

Quadro 3 – Sugestões de propostas a serem elaboradas pelas IES

Etapa	Sugestões de propostas a serem analisadas
Identificação	Avaliação diagnóstica específica.
	Avaliação diagnóstica utilizando os dados do processo seletivo de ingresso.
Conscientização	Contato com todos os alunos com dificuldade para conscientização da necessidade de superá-las.
Atividades	Publicações com conteúdos programáticos e exercícios (em todas as propostas incluir o acompanhamento para alunos com necessidades educacionais especiais); distribuição gratuita de livros impressos com conteúdo e exercício; disponibilidade de arquivos para leitura <i>on line</i> ou impressão (com conteúdos e exercícios).
	Atividades presenciais: plantão de dúvidas presencial ou <i>on line</i> ; cursos presenciais gratuitos; cursos presenciais pagos; atividades realizadas em disciplinas do curso.
	Atividades à distância: curso <i>on line</i> MOOC gratuito ou pago; curso <i>on line</i> em AVA com tutoria ou sem tutoria; videoaulas no portal da IES.
Avaliação	Avaliação presencial com pré-requisito para disciplina específica do curso em que o aluno estiver matriculado (preferencialmente, para Língua Portuguesa e Cálculo).
	Avaliação <i>on line</i> com o pré-requisito para disciplina específica do curso em que o aluno estiver matriculado (preferencialmente, para Língua Portuguesa e Cálculo).
Certificação	Emissão de certificação <i>on line</i> ou presencial para comprovação do pré-requisito.

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando as propostas apresentadas, considerando a estrutura atual do UniCEUB, tem-se uma reflexão inicial para as seguintes etapas:

1ª – Identificação: é indicado que a avaliação diagnóstica seja realizada a partir dos dados dos processos seletivos, aproveitando os dados já constatados pela análise dos resultados individuais dos alunos, pois uma avaliação diagnóstica específica, realizada, apenas com o objetivo de identificar os alunos com necessidades de nivelamento, teria um custo adicional significativo;

2ª - Conscientização: é indicado que a conscientização seja feita no início do semestre letivo, preferencialmente, durante a recepção dos calouros atingindo todos os ingressantes. Outra opção que envolve grupos menores e pode abordar as especificidades de cada curso são momentos específicos para os ingressantes de cada curso com palestras ou com ações diversificadas nas redes sociais. No evento escolhido, devem ser informadas as propostas de nivelamento disponíveis na instituição e a necessidade de cada aluno buscar superar suas dificuldades para acompanhar as atividades do Ensino Superior. Posteriormente, deverá ser encaminhada informação pelo “Espaço aluno” ou e-mail marketing

para os alunos que deverão, obrigatoriamente, realizar a avaliação nas datas já agendadas (sugerimos uma data no meio e outra, ao final do semestre letivo);

3ª – Atividades:

- Publicações com os conteúdos programáticos - disponibilização de conteúdos programáticos em livros impressos e ou videoaulas. Deve-se ter como objetivo, oferecer os conteúdos em material que ofereça mobilidade (impressos ou em aplicativos para celulares e *tablets*);

- Atividades presenciais - a disponibilização de momentos presenciais de esclarecimento de dúvidas e ou aulas de reforço deve ser levada em consideração pelos professores de língua portuguesa para verificar, com base nos objetivos a serem alcançados, se é necessário acompanhamento presencial individualizado e ou em grupos;

- Atividades à distância - após a conclusão dos levantamentos dos custos das atividades anteriores, é importante identificar se há possibilidade de substituí-las por ações *on line* que, mantendo ou melhorando a qualidade das propostas, reduzam os custos para a IES. Deve ser levado em consideração que o alto percentual de evasão dos cursos à distância pode, ainda, reforçar os motivos que levam os alunos a evadirem dos cursos da Educação Superior e o alto custo de disponibilização de professores tutores. Por outro lado, o ambiente virtual pode ser utilizado com o objetivo de reduzir significativamente os custos, como espaço de disponibilização das publicações com conteúdos programáticos (arquivo para download e videoaulas) e das avaliações de aprendizagem;

4ª – Avaliação: especialistas nas áreas dos nivelamentos devem analisar as possibilidades de realização de avaliações presenciais e *on line* e os tipos de questão possíveis para escolherem a de melhor custo-benefício tendo a qualidade de excelência como referencial;

5ª – Certificação: é preciso definir qual o aproveitamento mínimo aceito para certificação do aluno, analisar as diversas possibilidades de certificação em papel impresso e ou *on line* com a possibilidade de impressão pelo aluno concluinte. Além da aptidão para aproveitar as atividades propostas pelos cursos de graduação, as horas dedicadas ao nivelamento podem ser utilizadas com horas de atividades complementares e ou como pré-requisito para disciplinas específicas (preferencialmente para a disciplina obrigatória de Língua Portuguesa).

Com atividades adequadas de nivelamento, contribui-se para a diminuição da evasão nos cursos de graduação e, concomitante, para a melhoria da qualidade do Ensino Superior. Mais vagas são mantidas, o aproveitamos dos cursos pelos alunos é maior e a formação universitária pode continuar a caminhar para a busca pela excelência no ensino.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Portal IDEB. *Ideb 2013 indica melhora no ensino fundamental*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>> Acesso em: 1 nov. 2014.

FIGUEIREDO, M. A.; SILVA O. G.; COSTA, S. R. *Programas de nivelamento de matemática e português: m-learning com videoaulas*. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/42.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Instrumento de avaliação institucional externa*. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília: INEP, 2014.

LOBO, M. B. C. M. *Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções*. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf> Acesso em: 1 nov. 2014.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, out. 2005. Available: <<http://www.ma.rcprenskey.com/writing/Prensky%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>> Access: 25 abr. 2014.

ROSSI, A. B. *O nivelamento do ensino superior, causas e reflexos*. 2011. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24790:o-nivelamento-do-ensino-superior-causas-e-reflexos&catid=256:262&Itemid=21> Acesso em 15 nov. 2014.

TINTO, V. Limits of Theory and Practice in Student Attrition. *The Journal of Higher education*, Ohio, v. 53, n. 6 p. 687-700, nov., 1982.





Projeto representante de turma: formação de líderes

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho¹

Resumo

O Projeto Representante de Turma: Formação de Líderes surgiu da necessidade de aprimoramento do projeto de Representante de Turma do Centro Universitário de Brasília que é realizado há mais de 15 anos. O projeto, por intermédio da parceria entre a Assessoria de Extensão e as Coordenações dos Cursos de graduação, promove ao longo do semestre, atividades que explicitam o objetivo e a estrutura do projeto, esclarecendo a função político-pedagógica da representatividade de turma pela participação em elaboração, gestão e desenvolvimento dos projetos educativos e curriculares de cada curso; e tratam, prioritariamente, dos temas: liderança participativa, atitude ética, legitimidade, avaliação e mediação de conflitos. O objetivo do projeto é garantir que a aptidão para o exercício da cidadania esteja presente no perfil dos egressos de todos os cursos de graduação do UniCEUB permitindo a atuação crítico-reflexiva regida pelos princípios universais dos futuros profissionais como sujeitos da democracia representativa e como agentes de políticas públicas nacionais. Com a reformulação do projeto, em 2015, foi publicada a Cartilha do Projeto Representante de Turma, foram desenvolvidos produtos de comunicação para divulgação e foram realizadas diversas oficinas temáticas para representantes e

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília-UnB. Professora dos cursos de graduação em Jornalismo e Publicidade e de pós-graduação em Docência no Ensino Superior e Assessora de Extensão no Centro Universitário de Brasília-UniCEUB, email: renata.carvalho@uniceub.br

vice-representantes de turma. Os objetivos da reformulação do projeto têm sido alcançados pela significativa adesão dos representantes e vice-representantes às atividades desenvolvidas. A maioria dos alunos afirmou ter se surpreendido com as atividades do projeto, principalmente, pela possibilidade de ter acesso a informações que agregam conhecimento e riqueza de troca de experiências e aprendizado.

Palavras-chave: Ensino Superior. Formação de líderes. Representante de turma.

1 Introdução

No dia 16 de setembro de 2014, na sala dos professores situada no bloco 2 do *campus* da Asa Norte do UniCEUB, diretores de faculdade, coordenadores de curso e a Assessora de Extensão e Integração Comunitária reuniram-se, para tratar da proposta de aprimoramento do projeto de Representante de Turma do UniCEUB que é realizado há mais de 15 anos no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Inicialmente, foi exposto por alguns presentes que parte dos representantes de turma eleitos desconheciam o seu papel, não compareciam às reuniões agendadas pelos coordenadores de curso, estavam desmotivados e, dessa maneira, não exerciam a função de intermediador de informações entre os alunos representados e as coordenações dos cursos. Outros destacaram a necessidade de motivar os representantes e contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício da representatividade.

Nessa primeira reunião, o grupo foi instituído como equipe multidisciplinar, incluindo a participação de todos os coordenadores de curso da instituição, para o desenvolvimento do novo projeto de extensão Representante de Turma do UniCEUB. Assim, foram propostas as seguintes ações para o 2º semestre de 2014:

- desenvolver proposta de reformulação do projeto Representante de Turma a fim de garantir que a aptidão para o exercício da cidadania esteja presente no perfil dos egressos de todos os cursos de graduação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB permitindo a atuação crítico-reflexiva regida pelos princípios universais dos futuros

profissionais como sujeitos da democracia representativa e como agentes de políticas públicas nacionais;

- realizar ações para coleta de opiniões dos atuais representantes de turma no sentido de identificar pontos fortes, pontos fracos e sugestões para o projeto e estruturar uma proposta de capacitação para o desenvolvimento de habilidades e competências;
- analisar propostas de contribuição encaminhadas pelos coordenadores dos cursos de graduação para a melhoria do projeto.

Ficou definido pelo grupo que os coordenadores de curso aplicariam um questionário durante a reunião com os representantes de turma de cada curso e encaminhá-lo-iam, para a Assessora de Extensão preparar e categorizar os dados coletados.

Até o final do ano de 2014, foram encaminhados 178 questionários respondidos por representantes e vice-representantes de turma de 15 cursos: 77 de Direito; 16 de Engenharia Civil; 16 de Biomedicina; 13 de Administração; 9 de Fisioterapia; 9 de Engenharia Elétrica; 6 de Engenharia de Computação; 6 de Enfermagem; 5 de Publicidade e Propaganda; 5 de Nutrição; 5 de Análise de Sistemas; 4 de Gestão Pública; 3 de Gastronomia; 2 de Design Gráfico; 2 de Jornalismo.

A síntese da categorização dos dados dos questionários respondidos é apresentada a seguir:

Quadro 1 – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

CATEGORIA	RESPOSTAS
Motivos que levam os alunos a escolher os representantes e vice-representantes (alguns alunos citaram mais de um)	- Capacidade de relacionamento interpessoal = 115 alunos - Responsabilidade e atuação pessoal em sala = 75 alunos - Características pessoais = 51 alunos - Pouca ou nenhuma concorrência no processo de escolha = 47 alunos - Atitude em relação às questões da turma = 13 alunos
Compreensão dos alunos a respeito das responsabilidades dos representantes de turma	- Compreendem = 127 alunos - Não compreendem = 23 alunos - Compreendem parcialmente = 13 alunos - A maioria compreende = 11 alunos - Alguns compreendem = 4 alunos
Os representantes consideram importantes suas atuações	- Sim = 136 alunos, principalmente, - no relacionamento da turma com os professores; - nas reuniões e ou no contato com coordenadores; - nas demandas relacionadas à instituição; - na transmissão de informações e no repasse de materiais aos colegas; - no relacionamento com os colegas.
Frequência dos representantes às reuniões	- Comparecem = 132 alunos - Não comparecem = 43 alunos

Fonte: elaborado pela autora.

Os representantes e os vice-representantes apresentaram as seguintes sugestões para o projeto:

QUADRO 2 – SÍNTESE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS

CATEGORIA	SÍNTESE DAS SUGESTÕES
Reuniões e relacionamento com coordenadores e professores	Aumentar o número de reuniões com os coordenadores e marcá-las com maior antecedência. Propiciar maior acesso dos representantes ao coordenador do curso. Dar retorno das decisões e das medidas institucionais em relação às demandas dos representantes, em todos os <i>campi</i> da instituição. Promover maior entrosamento e ampliação dos canais de comunicação entre professores e representantes.
Divulgação do projeto	Ampliar a divulgação do projeto aos alunos e aos professores no início do semestre, antes das eleições, incluindo informações sobre o projeto no Portal. Elaborar uma cartilha como manual do representante a ser distribuída no início do semestre, destacando a importância do representante.
Eleição de representantes	Aprimorar o processo de escolha dos representantes com a supervisão da coordenação.
Maior participação dos representantes	Ampliar a participação dos representantes nas atividades do curso.
Cursos para representantes	Propiciar a formação de representantes quanto: à liderança e à oratória; à função e à atuação de representante; aos direitos dos alunos; a ações sociais; ao autoconhecimento; à promoção da melhoria do convívio entre alunos.
Certificação e incentivos	Aumentar a carga horária de atividade complementar do certificado para representante e vice-representante. Desenvolver incentivos aos representantes, como, por exemplo, carteira, ou crachá, ou camiseta e direito a estacionamento interno.

Fonte: elaborado pela autora.

No início de 2015, foram realizadas reuniões do projeto com os coordenadores de curso, para apresentação, pela Assessoria de Extensão, dos dados dos questionários respondidos pelos representantes.

Além da definição das providências necessárias para finalização do novo projeto Representante de Turma, alguns comentários foram registrados pelos coordenadores de curso presentes que resultaram nos seguintes objetivos específicos a serem alcançados:

- Fortalecer o processo de gestão democrática do UniCEUB, desenvolvendo hábitos de colaboração e trabalho em equipe.
- Destacar a representação estudantil como um dos elementos fundamentais da gestão democrática.
- Possibilitar a função político-pedagógica da representação estudantil, fomentando a consolidação da cidadania e a formação de líderes.
- Promover a participação discente nos órgãos colegiados da Instituição

de forma ativa e consciente, favorecendo o acesso dos alunos e de seus representantes às informações necessárias sobre a estrutura institucional, funcional e pedagógica do Centro Universitário e de seus cursos.

- Desenvolver competências profissionais para garantir o exercício da cidadania na prática profissional.
- Reforçar o sistema de avaliação periódica dos cursos, nas reuniões bimestrais entre a coordenação de curso e os representantes de turma, de maneira que as discussões, as reflexões e as decisões sejam compartilhadas de forma coletiva e cooperativa.

Nesse sentido, o objetivo do projeto é garantir que a aptidão para o exercício da cidadania esteja presente no perfil dos egressos de todos os cursos de graduação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB permitindo a atuação crítico-reflexiva regida pelos princípios universais dos futuros profissionais como sujeitos da democracia representativa e como agentes de políticas públicas nacionais.

O público alvo atingido diretamente são todos os representantes e vice-representantes de turma dos cursos de graduação UniCEUB e, indiretamente, a comunidade brasileira que será atingida pelas futuras ações dos profissionais formados na instituição.

2 Material e metodologia

Os focos principais do Projeto Representante de turma são:

- Acadêmico: a formação de excelência necessita de uma orientação durante a práxis acadêmica que reflita nas futuras ações profissionais regidas pela ética e pelos princípios universais;
- Comunidade: é responsabilidade social do UniCEUB como Instituição de Ensino Superior – IES a formação de profissionais aptos para a prática profissional cidadã. Em especial, identifica-se a preocupação com a capacidade de representação na democracia brasileira, atualmente, impregnada de agentes sem atitude ética e sem princípios que geram uma piora significativa na qualidade de vida da sociedade. Ainda maior a preocupação do UniCEUB por estar situada

no Distrito Federal, considerando grande parte dos egressos dos cursos poderão atuar como agentes de políticas públicas nacionais.

Os documentos estruturantes da instituição, o Estatuto e o Regimento Geral, apresentam normas que deixam claro o incentivo à representação estudantil como parte intrínseca à formação de excelência que se propõe ofertar aos alunos do UniCEUB e definem como órgãos representativos do corpo discente: o Diretório Central dos Estudantes – DCE; os Diretórios ou os Centros Acadêmicos de Curso; os representantes de turma.

Assim, o Estatuto estabelece que:

- no Conselho Universitário: dois representantes do corpo discente sejam indicados pelo DCE, para participar com o mandato de um ano, vetada a recondução;
- no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: dois representantes do corpo discente sejam indicados pelo DCE, para participar com o mandato de um ano, vetada a recondução;
- nos colegiados dos cursos: um representante discente indicado pelo Diretório ou pelo Centro Acadêmico participe do colegiado de curso com o mandato de um ano, vetada a recondução imediata.

Os artigos 94 e 95 do Regimento Geral definem, respectivamente, os direitos e os deveres dos alunos. Entre eles, encontram-se os direitos de “pronunciar-se sobre qualquer assunto ou matéria de seu interesse, pelos canais próprios e junto aos órgãos competentes” e de “eleger seus representantes”, e, entre os deveres, “votar nas eleições de seus representantes”. O artigo 97 apresenta as finalidades da representação discente:

- I - encaminhar reivindicações e aspirações dos vários segmentos, classes ou turmas de alunos;
- II - colaborar no fluxo bilateral de informações de interesse dos alunos;
- III - participar das atividades dos órgãos colegiados que definem ou modificam o corpo interno de normas, que regulamentam a convivência universitária;
- IV - promover o estreitamento das relações entre vários setores produtores ou de usuários dos serviços educacionais para melhoria de sua qualidade. (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA, 2003)

Além das participações nos colegiados, todas as turmas dos cursos de graduação indicam seus representantes, visando fortalecer a gestão democrática

promovida pelo UniCEUB pela ampliação do intercâmbio de ideias, reflexões e experiências entre alunos, professores, coordenadores e diretores, valorizando a representação estudantil nos vários níveis de representatividade.

Semestralmente, o representante e o vice-representante são escolhidos em todas as turmas de todos os cursos de graduação do UniCEUB pelos colegas, preferencialmente, na segunda semana de aula do semestre letivo, e seus dados pessoais são registrados na Coordenação de cada curso, contendo: curso, turma, nome, RA, endereço, telefone e *e-mail*.

Cada coordenador deverá organizar a eleição dos representantes de turma e, no mínimo, realizar duas reuniões semestrais obrigatórias com eles.

Cada representante e cada vice-representante eleitos deverão comprometer-se com os demais alunos da turma a:

- promover clima de confiança em sala de aula, dando seu apoio e encorajamento às propostas e às atividades pertinentes e interessantes para a turma;
- associar esforços e eliminar divisões existentes na turma;
- promover, em sala de aula, a comunicação aberta entre os alunos e entre estes e os professores;
- dialogar com os professores, sugerindo mudanças e inovações que contribuam para o trabalho em classe.

São responsabilidades dos representantes de turma:

- encaminhar reivindicações e aspirações da turma que representa;
- colaborar com o fluxo bilateral de informações de interesse dos alunos;
- participar de atividades e reuniões agendadas pelos coordenadores;
- promover o estreitamento das relações entre vários setores da instituição para melhoria da qualidade da vivência acadêmica.

No âmbito da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária da Diretoria Acadêmica foi criado um Grupo de Estudo e Trabalho interdisciplinar, denominado *GET – Projeto Representante de Turma*, formado por docentes indicados pelos coordenadores dos cursos de graduação do UniCEUB que desenvolve, prioritariamente: a) ações de comunicação para toda a comunidade interna visando à conscientização da função político-pedagógica da representatividade de turma pela participação em elaboração, gestão e

desenvolvimento dos projetos educativos e curriculares de cada curso; b) atividades extensionistas voltadas para os representantes e vice-representantes de turma relacionadas aos seguintes temas prioritários: liderança participativa, atitude ética, legitimidade, avaliação e mediação de conflitos.

As reuniões do GET serão abertas a todos os coordenadores de cursos de graduação do UniCEUB.

O GET-Representante de Turma, liderado pela Assessora de Extensão e Integração Comunitária, é responsável por:

- elaborar Plano de Comunicação para divulgação do projeto no início de cada semestre, incluindo a sensibilização de professores ao projeto, a informação do projeto a todos os alunos, principalmente, aos calouros;
- desenvolver produto (folder ou cartilha) com explicações sobre a importância da atuação e as responsabilidades dos representantes de turma no UniCEUB e orientações sobre a eleição disponíveis a todos os alunos e professores no início do semestre, no Portal do UniCEUB e no SGI, por meio digital;
- desenvolver propostas a ser encaminhadas como sugestão aos coordenadores de curso e, caso aprovadas, operacionalizar atividades de extensão para Formação de lideranças, a ser ofertadas aos representantes de turma. As propostas:
 - explicitarão o objetivo e a estrutura do projeto, esclarecendo a função político-pedagógica da representatividade de turma pela participação em elaboração, gestão e desenvolvimento dos projetos educativos e curriculares de cada curso;
 - tratarão, prioritariamente, dos temas: liderança participativa, atitude ética, legitimidade, avaliação e mediação de conflitos;
 - gerarão certificados de atividades de extensão com carga horária de atividade complementar;
 - não terão participação obrigatória dos representantes;
 - considerarão a diversidade de perfis dos alunos.

A Assessoria de Extensão é responsável por propor e intermediar demandas específicas das coordenações de cursos, incentivos institucionais para valorização dos representantes e dos vice-representantes.

No segundo semestre de 2015, foram realizados mini-cursos de extensão em todos os *campi* do UniCEUB.

Ao final dos semestres, a Assessoria de Extensão emite certificados de participação dos representantes e dos vice-representantes de turma mediante o encaminhamento dos nomes completos e das cargas horárias dos alunos pelas coordenações. Essas atividades complementares têm suas horas computadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo colegiado de cada curso. Ao final de cada atividade de *Formação de líderes*, a Assessoria emitirá certificados específicos.

Diante do exposto, as coordenações dos cursos de graduação e a Assessoria de Extensão e Integração Comunitária consideram que o exercício da função de representação de turma no UniCEUB é, desse modo, trabalhado de forma a encorajar as experiências e as práticas educativas que contemplem uma concepção de educação democrática, reforçando-se a proposta de cidadania social na formação política dos alunos.

Os coordenadores dos cursos de graduação são responsáveis pelas atividades do projeto em cada uma das turmas e têm as seguintes atribuições:

- Promover a socialização e a integração dos alunos representantes, visando garantir maior sentido de realidade ao currículo.
- Propiciar o desenvolvimento de habilidades de negociação e liderança, visando ao bom desempenho dos representantes de turma nas reuniões e nos encontros programados.
- Sensibilizar o corpo docente, para ter conhecimento e contribuir para as atividades do projeto.
- Combater o isolamento físico, administrativo e profissional entre coordenação, professores e alunos.
- Apoiar as iniciativas voltadas ao bom andamento do curso.

Os coordenadores dos cursos são responsáveis por:

- agendar, divulgar e realizar reuniões com os representantes de turma, verificando a necessidade de aumento das previstas e das agendadas desde o início do semestre;
- providenciar que todos os alunos sejam informados das datas das reuniões e verificar a possibilidade de realizar as reuniões abertas a número limitado de interessados;

- dar o retorno das ações institucionais relativas às demandas dos alunos, inclusive, do aprimoramento do projeto mediante os questionários respondidos pelos alunos;
- supervisionar as eleições para representantes de turma e a decisão do método de eleição a ser realizado pelos alunos do curso, a fim de garantir a legitimidade da representação discente;
- registrar e divulgar os nomes dos representantes e dos vice-representantes eleitos em cada turma e encaminhar à Assessoria de Extensão, ao final do semestre, a relação dos nomes e da carga horária dos representantes para confecção dos certificados;
- conscientizar os professores do curso em relação à importância dos representantes eleitos e do projeto para a formação dos alunos no UniCEUB;
- elaborar, semestralmente, relatório sobre as reuniões e as providências tomadas e encaminhá-lo ao diretor acadêmico;
- indicar professores para participar do GET- Representante de Turma;
- encaminhar demandas e analisar a necessidades de realização de atividades de *Formação de líderes* para o GET-Representante de Turma, direcionadas aos representantes e aos vice-representantes de turma eleitos.

As convocações para as reuniões devem ser enviadas a todos os alunos do curso pelo Sistema de Gestão Institucional-SGI, inclusive, quando houver, ao Centro Acadêmico do curso.

Os representantes de turma, nas reuniões convocadas pelo coordenador, devem discutir e refletir sobre as questões pertinentes ao curso, pautando-se nos princípios de ética democrática, dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação responsável, diálogo e solidariedade. Devem colaborar na avaliação do projeto de curso, analisar as dimensões culturais, sociais, políticas e pedagógicas, compartilhando, assim, os objetivos e os princípios mediante relação de confiança com seus pares, no acolhimento e na afirmação responsável de sua função.

Antes de cada reunião, o representante deverá discutir a pauta com seus colegas, visando exercer, significativamente, sua função de representante.

Durante a reunião, além de reclamações e aspectos negativos, devem ser discutidos os pontos positivos e as melhorias já alcançadas pela atuação dos representantes. A participação de outros alunos pode ser permitida desde que como “ouvinte”, ou seja, sem direito a pronunciamento.

Após a reunião, o representante deverá informar o que foi tratado aos professores do curso.

3 Formas de avaliação

- a) Foi realizado levantamento de necessidades e avaliação prévia antes da proposta de reformulação do Projeto conforme citado anteriormente.
- b) Foram utilizados questionários para os discentes e roteiro de observação das reuniões da Assessoria de Extensão com os coordenadores dos cursos de graduação.
- c) A avaliação do projeto é realizada semestralmente com base no desenvolvimento de atividades realizadas durante o semestre pelos coordenadores de curso de graduação e pelo Grupo de Estudos e Trabalho.

4 Indicadores acadêmicos

A participação dos alunos nas atividades desenvolvidas proporcionou melhora na compreensão da função dos representantes em sala de aula que pôde ser verificada nas avaliações realizadas pelos alunos ao final do 2º semestre de 2015.

Além das atividades já desenvolvidas, há mais de 15 anos, pelos coordenadores de todos os cursos de graduação do UniCEUB, com a reformulação do projeto, em 2015: a) foi publicada a Cartilha do Projeto Representante de Turma; b) foram desenvolvidos produtos de comunicação para divulgação do projeto; c) foi criada uma página do projeto em rede social para participação dos representantes de turma com monitoramento de docente do UniCEUB; d) foram realizadas diversas oficinas temáticas para representantes e vice-representantes

de turma do 2º semestre de 2015.

Desta forma, a Assessoria de Extensão da Diretoria Acadêmica viabilizou, em 2015, a realização de mini cursos para os representantes e vice do UniCEUB. Foram 08 (oito) aulas, sendo 6 (seis) no campus da Asa Norte, 1 (uma) no campus I e 1 (uma) no campus II, ambas em Taguatinga-DF.

5 Indicadores de produtividade e/ou de satisfação dos colaboradores

As ações do projeto trazem à tona a discussão sobre a representatividade discente e democrática, tanto na esfera acadêmica quanto nas ações políticas e sociais.

6 Indicadores de sustentabilidade

É responsabilidade social do UniCEUB como Instituição de Ensino Superior – IES a formação de profissionais aptos para a prática profissional cidadã. Em especial, identifica-se a preocupação com a capacidade de representação na democracia brasileira, atualmente, impregnada de agentes sem atitude ética e sem princípios que geram uma piora significativa na qualidade de vida da sociedade. Ainda maior a preocupação do UniCEUB por estar situada no Distrito Federal, considerando grande parte dos egressos dos cursos poderão atuar como agentes de políticas públicas nacionais.

7 Considerações finais

Os objetivos da reformulação do projeto têm sido alcançados pela significativa adesão dos representantes e vice-representantes às atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015.

Nas avaliações realizadas, é importante ressaltar que grande parte dos alunos sugeriram que a divulgação do projeto fosse iniciada no início do semestre e amplamente divulgada para a comunidade interna da Instituição.

A maioria dos alunos afirmou ter se surpreendido com as atividades do

projeto, principalmente, pela possibilidade de ter acesso a informações que agregam o conhecimento na área de gestão que, muitas vezes, não faz parte da formação acadêmica específica. Os alunos ainda ressaltaram a riqueza de troca de experiências e aprendizado entre os alunos de diversos cursos de graduação que participavam de atividades comuns.

8 Ações de continuidade

Além das atividades realizadas em 2015, para dar continuidade ao projeto, no 1º semestre de 2016, durante a recepção dos calouros, que é comum a todos os cursos, foi incluída a sensibilização para esclarecimento dos objetivos do projeto, principalmente, para conscientizar o corpo discente sobre a importância da escolha dos representantes de turma.

Têm sido envidados esforços para a criação de estratégias de divulgação do projeto entre o corpo docente visando ao esclarecimento das funções dos representantes e vice-representantes de turma. Uma delas será a apresentação do projeto durante a Semana Pedagógica de todos os cursos de graduação que será realizada em fevereiro de 2016.

O Grupo Estudos e Trabalho - GET tem contatado os coordenadores de todos os cursos de graduação do UniCEUB para identificar necessidades comuns e ou especificidades da representatividade discente de cada curso, no intuito de ofertar atividades ampliadas para os representantes com o objetivo de aprimoramento contínuo do projeto.

Referências

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. *Estatuto do Centro Universitário de Brasília*. Brasília: UniCEUB, 2000.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. *Regimento geral do Centro Universitário de Brasília*. Brasília: UniCEUB, 2003.





Núcleo de Apoio ao Discente – NAD: educação superior inclusiva e ações diferenciadas no UniCEUB

Ana Regina Melo Salviano¹
Norma D' Albuquerque Augusto²

Resumo

O Programa de Apoio à Comunidade Interna, vinculado diretamente à Assessoria de Extensão e Integração Comunitária, que tem como política de Ensino Superior buscar a convergência dos interesses dos cursos de graduação com programas e projetos que atendam as orientações e propostas da instituição em prol da qualidade de ensino e da formação global do cidadão UniCEUB, abraçou vários projetos. O NAD, incluído no programa ampliou o atendimento com várias outras responsabilidades, incorporando os seguintes projetos de extensão: - Apoio Psicopedagógico, Atendimento Educacional Especializado, Proficiência, Mudança de curso, Valorização do Desempenho Acadêmico Inclusão Profissional, Estagiário Bolsista, Monitoria, Mérito Profissional.

Palavras-chave: Graduação. Qualidade de ensino. Formação global do cidadão.

1 Introdução

O presente artigo visa apresentar algumas ações implementadas e reflexões realizadas no NAD, a respeito do acolhimento e aceitação dos diferentes alunos deficientes recebidos pela equipe de profissionais que atuam com transtornos

¹ Contato: ana.salviano@uniceub.br

² Contato: norma.augusto@uniceub.br

globais de desenvolvimento, orientações gerais ao corpo docente da instituição, estudo da legislação vigente sobre o tema, otimização de outros projetos inseridos na nova estrutura do NAD.

Neste sentido, o Programa de Apoio à Comunidade Interna que tem como política de Ensino Superior buscar a convergência dos interesses dos cursos de graduação com programas e projetos que atendam as orientações e propostas da instituição em prol da qualidade de ensino e da formação global do cidadão UniCEUB. Esse Programa abraçou vários projetos. O NAD ampliou o atendimento com várias outras ações de extensão: Projeto Apoio Psicopedagógico, Projeto de Proficiência, Projeto de Mudança de curso, Projeto de Atendimento Educacional Especializado, Projeto de Valorização do Desempenho Acadêmico, Projeto de Inclusão Profissional, Projeto Estagiário Bolsista, Projeto Monitoria, Projeto Mérito Profissional.

As ações desenvolvidas pelo NAD têm como função propiciar de forma ampla e diferenciada a discussão a respeito da inclusão, da acessibilidade, do apoio psicopedagógico, de todas as deficiências (auditivas, físicas, visuais, intelectuais e múltiplas), dos transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, como ainda preparar e organizar as atividades demandadas para atender e planejar os editais de monitoria, estagiário bolsista, proficiência, mudanças de cursos, executar, avaliar e apresentar relatório dos resultados realizados. Cada projeto possui especificidades adotadas e que são vigentes na instituição, de acordo com sua estrutura e organização.

Cada setor de atendimento do NAD organiza e fica responsável por projetos institucionais específicos de acordo com a organização realizada pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB com a Assessoria de Extensão e Integração Comunitária.

1 - O Projeto Valorização do Desempenho Acadêmico – Estagiário Bolsista é um programa que representa o compromisso da instituição com a formação de profissionais de excelência. Proporciona ao discente uma experiência profissional capaz de complementar sua formação acadêmica, desenvolver seu potencial humano, profissional bem como social e foi instituído com base em diferentes dispositivos:

1. Na Lei Federal nº 11.788 que regulamenta a prática de estágios:

2. Nos objetivos apresentados na proposta pedagógica de oferecer como atividade complementar estágio para o enriquecimento profissional;
3. Na filosofia da instituição pela “busca do conhecimento e da verdade, para a preparação do homem integral, assegurando-lhe a compreensão adequada de si mesmo, de seu papel na sociedade e de sua responsabilidade como profissional”;
4. Na missão de “Gerar, sistematizar e disseminar o conhecimento em todos os níveis, conduzindo pesquisas voltadas para o progresso científico e tecnológico, para o bem-estar humano e social e para a preservação do meio ambiente, formando talentos criativos e empreendedores, capazes de desenvolver o potencial humano, social e profissional”;
5. No princípio da articulação entre teoria e prática e
6. Na LDB 9.394/96.

Este projeto tem como objetivos:

1. Oferecer ao discente uma experiência profissional na forma de estágio remunerado em atividades administrativas, complementando sua formação humana, profissional e social;
2. Estimular o processo de formação continuada;
3. Proporcionar ao discente, condições para seu enriquecimento acadêmico;
4. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso de estágio e pelo atendimento às exigências legais.

A atividade de estágio é regulamentada sob âmbito federal pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A destinação de vagas para estagiários bolsistas no UniCEUB é voltada aos

alunos regularmente matriculados em cursos da IES que atendam às demandas especificadas de cada área.

O processo seletivo desses alunos é feito de forma transparente, contemplando etapas justas e capazes de priorizar os alunos com melhor perfil para exercício das atividades.

A cada semestre é publicado, nos meios de comunicação do UniCEUB, o edital do processo seletivo, onde o aluno poderá ter acesso a informações como vagas para realização do estágio, remuneração, carga horária, etapas da seleção, dentre outras informações essenciais. Eventualmente, poderá ser publicado um Edital Extraordinário para atender a demanda dos setores administrativos.

2 O Projeto Valorização do Desempenho Acadêmico – Monitoria foi instituído no ano de 2000 POR MEIO DA PORTARIA Nº 002 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000 ATUALIZADA EM 2003, 2005 E 2014

A monitoria é um projeto institucional muito bem aceito pelos alunos, consolidada como vitrine para aqueles que buscam ingressar no magistério, com posição no âmbito profissional.

O projeto atende aos cursos e não as disciplinas. O processo seletivo é transparente com critérios claros, definidos pelo edital do concurso. A carga horária do projeto é de 20 horas semanais. Cabe aos coordenadores indicar monitores para as áreas de maior demanda no curso.

Entre os objetivos da monitoria, podemos destacar:

1. Dinamizar as relações entre professores e monitores com projetos que enriqueçam a vida acadêmica e possibilitem a iniciação profissional do monitor.
2. Despertar no monitor a vocação para o magistério.
3. Agregar experiências e valores que contribuam com a formação profissional do monitor.

O UniCEUB, em sua Filosofia Institucional, empenha-se na formação do profissional de verdade e preocupa-se em oferecer oportunidade para que o profissional conquiste sua inserção no mundo de trabalho. A responsabilidade

social da Instituição está voltada, também, para o aproveitamento do profissional que forma. Neste sentido, a instituição, organizou um terceiro projeto.

3- Projeto Valorização do Desempenho Acadêmico – Inclusão Profissional tem a finalidade de oferecer o primeiro emprego aos egressos para que possam ter a oportunidade de aplicar as habilidades e competências adquiridas ao longo do curso. A complexidade da estrutura organizacional de uma instituição de educação superior (IES), sua missão e sua dinâmica de funcionamento são elementos que merecem destaque na escolha do modelo de gestão a ser aplicado, orientado pela Proposta Pedagógica Institucional e ações que visem garantir a qualidade da formação oferecida aos alunos.

Não há dúvida que o resultado da gestão está diretamente relacionado aos indicadores da qualidade do ensino. A qualidade do ensino na educação superior tem sido norteadada pela formação que valoriza competências e habilidades para produção do conhecimento e que capacita o cidadão para a atuação profissional.

A formação em nível superior, portanto, deve ampliar as finalidades da educação básica, focalizadas no desenvolvimento de habilidades que capacitem o indivíduo para o exercício da cidadania e para projetá-lo na sociedade por meio do trabalho.

4- O Projeto de Valorização do Desempenho Mérito Profissional representa o compromisso da instituição com a formação de profissionais éticos, responsáveis, articulados, criativos munidos de habilidades e competências capazes de colocá-los em lugar de destaque no mundo de trabalho de forma competitiva, saudável e estabelecida com transparência e clareza.

O objetivo do projeto é estimular o crescimento, comprometimento, ética e profissionalismo de todo corpo discente que atua em uma das atividades oferecidas pela instituição e que respeitem e integrem os Princípios Institucionais, a Missão e a Filosofia Institucional.

A meritocracia - sistema pelo qual avançam profissionalmente apenas os profissionais que merecem e se esforçam - está presente em um número cada vez maior de empresas. Nesse método, o candidato mais apto é escolhido, assim como o funcionário mais competente é promovido. E isso se dá por meio de avaliações de desempenho periódicas, aplicadas pelos gestores da empresa contratante.

O fato da pessoa deter um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes não implica que a organização se beneficie diretamente dele, daí a necessidade da entrega (DUTRA, 2001 apud FERNANDES, 2006, p. 50). Assim, o conceito de competência é ampliado do escopo de conhecimento, habilidade e atitudes para contemplar também os resultados, a produção e a entrega que agregam valor a organização (HIPÓLITO, 2000), é a capacidade do indivíduo “assumir iniciativas, ir além das atividades prescritas, ser capaz de compreender e dominar novas situações no trabalho, ser responsável e ser reconhecido por isso” (ZARIFIAN, 1994, p. 111 apud FLEURY; FLEURY, 2001, p. 19).

Algumas características não devem faltar como constituintes do perfil de um bom candidato que deseja ser contratado ou fazer com que seu estágio vire emprego. São elas:

Habilidade de comunicação, Pró-atividade, Especialização constante, Boa apresentação/ mínimos cuidados com a aparência, Fazer por merecer, Esforço e boa prosa, Liderança, Adaptabilidade e Senso do dever. Portanto, não é necessário saber tudo, mas ter vontade de aprender é imprescindível.

De acordo com este contexto, o UniCEUB por meio do Núcleo de Apoio ao Discente (NAD) unificou, modificou e ampliou o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. O NAD, no que se refere aos atendimentos aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, atualmente está estruturado da seguinte forma: - o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NADAE), sendo o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NADAP) e o Núcleo de Apoio Institucional (NADAI).

Os três setores visam atender as especificidades cotidianas dos alunos com necessidades educacionais especiais, os vários transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e realizar a inclusão, a acessibilidade e a mobilidade necessária na instituição para nossos alunos.

Neste sentido, o NAD assume como desafio a inclusão dos alunos atendidos dentro das salas de aula, no campus e em atividades extracurricular fora da instituição fazendo com que, a educação inclusiva proporcione a esses alunos uma evolução no seu desenvolvimento e educacional e crescimento pessoal, social, mundo de trabalho e outros e os façam sentirem inclusos numa sociedade que deveria ser igual para todos.

3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NADAP

3.1 O projeto de exame de proficiência

No que refere à realização do Exame de Proficiência algumas normas foram instituídas pelo Magnífico Reitor do Centro de Ensino Unificado de Brasília, Dr. Getúlio Américo Moreira Lopes, que estabeleceu o seguinte Ato Normativo nº 01/2012, de 21 de março de 2012.

O Reitor do Centro Universitário de Brasília, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto nos Art. 8º caput e § 1º, Art. 9º e Art. 10 da Resolução nº 01, de 30 de março de 2012. RESOLVE:

Art. 1º. Para obter aproveitamento de estudos em língua estrangeira, o aluno deverá formalizar requerimento junto à Central de Relacionamento do UniCEUB, anexando a documentação comprobatória.

Parágrafo único. A análise dos documentos para aproveitamento de estudos citada no caput deste artigo será realizada semestralmente e obedecerá ao prazo fixado no Calendário Acadêmico.

Art. 2º. São passíveis de análise para concessão de créditos nas disciplinas de língua inglesa os diplomas:

I – First Certificate in English – FCE, fornecido pela Universidade de Cambridge;

II – Michigan Certificate of Proficiency;

III - Test of English as a Foreign Language (TOEFL)

Art. 3º. São passíveis de análise para concessão de créditos nas disciplinas em língua espanhola:

I – o diploma Superior de Espanhol.

II – o diploma de Estudos de Língua Espanhola – DELE.

Art. 4º. Para obter concessão de créditos em língua estrangeira, serão submetidos a exame de proficiência:

I – alunos portadores de certificados ou diplomas não-reconhecidos pelo UniCEUB;

II – alunos não-portadores de certificados ou diplomas que apresentem competência linguística na área.

Art. 5º. Para se submeter ao exame de proficiência, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina objeto de concessão de créditos em língua estrangeira e ou em disciplina equivalente, indicada pela Secretaria Geral do UniCEUB.

Art. 6º. O exame de proficiência constará de provas orais e escritas elaboradas, aplicadas e avaliadas por banca examinadora designada pelo Núcleo de Apoio ao discente (NAD).
Parágrafo único. A banca examinadora da prova oral será composta por dois professores.

Art. 7º. O aproveitamento de estudos em língua estrangeira será de competência do coordenador de curso, conforme regimento geral do UniCEUB.

3.2 O projeto de mudança de curso

O UniCEUB tem o compromisso de oferecer a melhor formação aos seus alunos, por isso possibilita-lhes a mudança de curso caso o aluno não tenha se identificado com a primeira escolha.

A mudança é feita por meio de processo seletivo específico, sem a necessidade de novo vestibular e no decorrer do projeto é realizada oficina com a visão de oferecer uma oportunidade previamente marcada para informar sobre as profissões e desenvolver o autoconhecimento, tendo como objetivo a formulação do projeto vocacional.

3.3 O projeto ciclo de palestras institucionais

É desenvolvido junto ao corpo discente com atividades para a comunidade interna dos *Campus* do UniCEUB. Todas as atividades são sempre marcadas por uma significativa participação dos envolvidos. A cada semestre o tema se modifica de acordo com o perfil e necessidade do público alvo.

Educação transformadora foi o tema de suporte ao conjunto de palestras institucionais no primeiro semestre de 2015 com fundamentos e suporte teórico motivacional com o objetivo de propiciar aos alunos participantes uma reflexão sobre seu papel como coagentes construtores de um perfil profissional adequado ao momento mercadológico atual, juntamente com a escola (universidade) e a sociedade em geral.

A palestra começa discutindo os requerimentos do mundo atual quanto à educação do profissional, tanto em termos nacionais como internacionais. Identifica esses requerimentos como à adequada formação técnica; a agregação de diferenciais competitivos como domínio de idiomas, experiência internacional, atuação em projetos de responsabilidade social e outros; sugere e amplia a mentalidade empreendedora; a atitude para uma educação continuada e, um comportamento ético centrado em princípios.

Prossegue apresentando os fundamentos técnicos para uma educação transformadora a partir de uma pesquisa feita tendo por suporte a teoria

construtivista de J. Piaget e os princípios da psicologia social de Erick Ericksen. Tal pesquisa sugere que cada faixa etária tem demandas e interesses específicos quanto ao processo educacional e que sua formação profissional se torna mais adequada quando tais demandas e princípios são atendidos.

A pesquisa apresenta indicadores para que os alunos possam usar na hora de escolher seu curso superior e avaliar as instituições que os oferecem à comunidade. Num terceiro momento, a palestra apresenta duas tríades do moderno processo de construção do conhecimento profissional.

A primeira sustenta-se em três distinções: de identidade, que procura refletir sobre a pergunta – quem sou eu? De relacionamento, que indaga sobre como me relaciono; e, de tarefa, que analisa o que faço e o que quero fazer.

A segunda tríade sustenta-se em outras três distinções: projeto, que procura refletir sobre a construção do futuro; capacidade técnica, que avalia o grau de competência, habilidade e atitude que se possui; e, governabilidade, que reflete sobre o grau de controle que se tem sobre o futuro, a partir da gestão que se tem da realidade.

Por fim, conclui com o Modelo do Observador³, da Ação e do Resultado (MOAR), ferramenta que possibilita um perfeito entendimento dos cinco processos de gestão que cada pessoa pode utilizar para aperfeiçoar os processos educacionais aos quais se submete. Numa abordagem simplificada, chamamos aprendizagem de primeira ordem aquela que busca expandir nossa capacidade de ação, não alterando o tipo de observador que somos. Na aprendizagem de segunda ordem, nos concentramos em transformar o tipo de observador que somos.

Os cinco processos de gestão apresentados foram: gestão da realidade, gestão das possibilidades, gestão das ações e dos resultados, gestão da aprendizagem e, gestão dos relacionamentos. Por fim, desafia os participantes a montarem seus planos de desenvolvimento individuais, levando-os a refletir sobre as coisas que querem manter em suas vidas, as que querem eliminar, as que querem modificar e as que querem acrescentar.

O modelo do observador nos revela duas formas de aprendizagem, a

³ C.f.:<<http://ideiasnocaos.blogspot.com/2009/10/o-coaching-ontologico-consiencia-de-si.html>>

partir dos resultados que obtemos com nossas distinções, decisões e ações: a aprendizagem de 1º grau (ou primeiro ciclo), e a aprendizagem de 2º grau (ou segundo ciclo).

A aprendizagem de 1º grau é uma aprendizagem de natureza instrumental; ou seja, é uma aprendizagem que ocorre no domínio da ação. Nesse caso, o resultado revela que a inabilidade do observador está no plano da ação; ou seja, no modo como ele realiza as coisas. Ora, isso sendo percebido, instala-se o princípio da aprendizagem do 1º grau: o observador, diante da percepção de sua inabilidade pode optar por adquirir aquela competência de modo claro e objetivo. Ex: aprender a andar de bicicleta.

A aprendizagem de 2º grau é uma aprendizagem ontológica; ou seja, é uma aprendizagem que ocorre no domínio do observador. Tal aprendizagem é mais que um novo domínio da possibilidade de ação, é uma aprendizagem que muda a natureza do observador, muda sua consistência enquanto ser que atua no mundo. Os filósofos quânticos afirmam que a aprendizagem ontológica é uma aprendizagem de distinções.

O observador aprende a ser ansioso, maníaco, depressivo, compulsivo, etc, porque as opções interpretativas que adotou para suas experiências e vivências criaram nele uma forma peculiar de ver o mundo e de explicar sua mecânica. Na verdade, a aprendizagem de 2º grau é o que vai possibilitar ao observador expandir sua visão de mundo e atuar nele com uma maior riqueza de repertório. Ex: o observador amplia sua visão do mundo e de si próprio, abrindo novos horizontes de ação. No entanto, ao atuar, o observador imprime em suas ações certa expectativa sobre o resultado.

Os cinco processos de gestão apresentados foram: gestão da realidade, gestão das possibilidades, gestão das ações e dos resultados, gestão da aprendizagem e, gestão dos relacionamentos. Por fim, desafia os participantes a montarem seus planos de desenvolvimento individuais, levando-os a refletir sobre as coisas que querem manter em suas vidas, as que querem eliminar, as que querem modificar e as que querem acrescentar.

Com isso, a palestra se encerra com a discussão sobre o fato de que “não vivemos em mundos perfeitos. Vivemos em mundos possíveis” e o papel da educação transformadora é gerar possibilidades.

4 Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NA-DAEE

A Educação Superior vem passando por transformações, desafios constantes e acelerados para que possa efetivamente atender com qualidade, comprometimento e responsabilidade social todos os que ingressam em seus diversos cursos de Graduação e Pós- Graduação, sendo esta uma das realidades que todas as Instituições de Ensino Superior (IES), vivenciam em seu meio acadêmico.

As IES, atualmente modificam e ampliam cada vez mais as bases do conhecimento, de sua disseminação levando em conta o desenvolvimento do saber científico sem perder de foco a busca pela criação, a efetivação de melhorias sociais e a adequação à formação oferecida em seus mais diversos cursos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996), apresenta, destaca e enfatiza a respeito da Educação Superior em seu Capítulo IV que:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A educação inclusiva no ensino superior é direito fundamental de toda e qualquer pessoa humana. Este direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 estabelecendo que a educação seja um direito de todos e dever do estado, além, de proporcionar esse acesso conforme o Artigo 205.

Percebe-se, no entanto, que nos dias de hoje, a educação se depara com um grande desafio que é o de garantir o acesso a todos os alunos por meio da inclusão, respeitando todas as diferenças, inclusive as individuais, ou seja, as necessidades educacionais especiais (NEE) que podem aparecer em qualquer momento da trajetória educativa, bem como os transtornos globais de desenvolvimento.

A inclusão no âmbito do ensino superior busca, como princípio básico:

[...] a minimização de todos e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação coletiva e individual, de suas integrantes. Baseadas nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam incondicionalmente, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos temos o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. E que, por isso mesmo, todos precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir, (SANTOS; PAULINO, 2006, p. 12).

Portanto, a participação é a essência de toda proposta de inclusão e deve ser vista como a maximização da participação do jovem universitário dentro do processo educativo e científico, afastando-se, assim toda espécie de barreira para o desenvolvimento do conhecimento.

No âmbito do UniCEUB, o NAD e o NADAEE têm como objetivo assegurar a inclusão educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação superior, portanto, desta forma a presença de alunos com necessidades educacionais em nossa instituição tem sido um desafio constante, pois este processo de mediação e construção de um espaço inclusivo na educação, não acontece por meio de uma padronização, isto é, acontece ao contrário porque é necessário que a inclusão se faça a partir das mudanças constantes organizadas pelo NAD, porém também, partir da experiência e do reconhecimento das diferenças como possibilidades de atendimento executada pelo núcleo para viabilizar e realizar a inclusão.

Atualmente 160 alunos são declarados, 160 estagiários, 135 monitores bolsistas e 255 vagas para monitores voluntários.

Quando da interação dos setores tivemos vários benefícios: para o aluno, por que todos estão no mesmo local, em relação aos professores, facilitou a comunicação, os encaminhamentos de alunos e a entrega de avaliações. Para os setores do NAD, a equipe foi ampliada e favoreceu a acolhida e organização nos atendimentos.

As orientações pedagógicas continuam acontecendo de forma individualizada quando solicitada pelos alunos e pelos professores. No que se refere aos encaminhamentos para o apoio psicológico no CENFOR foi dado continuidade, quando necessário.

Nos *Campis* I e II de Taguatinga permanece a orientação e registro do trabalho dos estagiários atuando, também, como ledores nos três turnos. São realizadas visitas sistemáticas, por profissional do NAD, para avaliar as necessidades do setor, nos *Campis*. Trabalhamos em função da qualidade visando o sucesso dos alunos atendidos e o crescimento do núcleo.

Os diretores e coordenadores tomam conhecimento da listagem completa dos alunos atendidos, para que comuniquem aos professores. Estudos, pesquisas e novas tecnologias são oferecidas para melhor atendimento aos alunos em suas necessidades especiais. Ofertamos cursos de LIBRAS e de Ledores para a formação continuada, curso de capacitação aos funcionários e terceirizados sobre inclusão, acessibilidade, mobilidade. Toda assistência, orientações e suporte são oferecidos pelo NAD, também, aos monitores, estagiários bolsistas e egressos. A visão do NAD, pela comunidade discente e docente, vem sendo ampliada e melhor compreendida no momento em que o núcleo é reconhecido como um projeto de extensão de apoio aos professores, alunos e familiares.

No que se refere ao tema acessibilidade e mobilidade, o NAD percebe e destaca ser fundamental à inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, apresentada e caracterizada pela Lei 10.098/2000, como tendo “temporária ou permanentemente [...] limitada sua capacidade de relacionar-se como meio e de utilizá-lo” (BRASIL, 2000, p. 1).

Para fins de compreensão, a referida lei regulamentada pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 apresenta e assim define, em seu Artigo 8º, o que se deve entender por acessibilidade e as barreiras que a impedem ou dificultam.

Para Sasaki (2009) existem seis dimensões de acessibilidade: arquitetônica,

programática, instrumental, comunicacional, digital e pedagógica. Elas delineiam todas as possibilidades de ações e mudanças na sociedade de modo geral e específico.

O UniCEUB coloca em prática todos os princípios traçados pela base legal para beneficiar todos os alunos que tenham ou não qualquer tipo de deficiência, pois a criação do NAD foi para propiciar o atendimento adequado e de qualidade para os discentes com necessidades educacionais especiais, a implantação das dimensões de acessibilidade e mobilidade, na instituição, favorecendo aos estudantes, docentes, gestores, família, funcionários e toda a comunidade escolar uma inclusão educacional articulada ao projeto institucional e pedagógico.

Os alunos com deficiências enfrentam inúmeras e variadas dificuldades quer sejam de ordem social, econômica, pedagógica, entre outras, portanto é primordial também garantir a acessibilidade e mobilidade na instituição, para que, os alunos possam participar das atividades acadêmicas e utilizar os espaços, serviços disponíveis no ensino superior com independência, preservando e ampliando a autonomia e a dignidade dos alunos que necessitarem.

Percebe-se que o ir e vir de todas as pessoas que estão vinculadas as várias barreiras, dentre elas principalmente as físicas e arquitetônicas, estão presentes em seu cotidiano como: - as próprias residências, nos vários ambientes de trabalho, nas áreas públicas, nos diversos espaços educacionais e em qualquer nível de ensino, nos hospitais e outros.

Com certeza, no atual contexto a acessibilidade não se refere somente às pessoas com deficiências contabilizadas por censos, alunos matriculados nas IES, mas também por idosos, crianças, gestantes, pessoas temporariamente com mobilidade reduzida (vítimas de fraturas e entorses) e demais situações.

Neste sentido, o NAD entende a acessibilidade e mobilidade como um dos principais fatores que contribui para a questão da interrelação entre a sociedade e os alunos com deficiências visando assim, ações integradas para os alunos.

5 Núcleo de Apoio Institucional – NADAI

Este núcleo acolhe e recebe os alunos encaminhados pelo NADAP e NADAE para serem orientados e atendidos pelo CENFOR – Centro de

Formação. Estes alunos marcam um horário para conhecer o procedimento realizado no CENFOR e como deve ser sua procura neste setor, os horários e as respectivas datas marcadas para as atividades a serem realizadas pelos psicólogos. Realiza visitas, acompanha e relata os problemas e sugestões para os *Campis* I e II de Taguatinga e de todos os alunos atendidos.

Finalizando, entende-se, que para evitar descompassos desnecessários é importante sinalizar que com todas as situações variadas, limitações e as formas de superá-las haverá sempre desafios e contextualizações para que haja mudanças e superações.

6 Considerações finais

Este trabalho é resultado de estudos e pesquisas, elaborado pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Apoio ao Discente – NAD inserido nas ações da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB - Programa de Apoio à Comunidade Interna.

Toda assistência, orientações e suporte são oferecidos pelo NAD, também, aos monitores, estagiários bolsistas e egressos.

A visão do NAD, pela comunidade discente e docente, vem sendo ampliada e melhor compreendida no momento em que o núcleo é reconhecido como um projeto de apoio aos professores, alunos e familiares.

Finalizando, entende-se, que para evitar descompassos desnecessários é importante sinalizar que com todas as situações variadas, limitações e as formas de superá-las haverá sempre desafios e contextualizações para que haja mudanças e superações.

Referências

LOPES, Getúlio Américo Moreira. Reitor do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. **Ato Normativo de 01/2012 sobre Proficiência.** 2012.

LOPES, Getúlio Américo Moreira. Reitor do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. **Ato Normativo de 01/2013 sobre Proficiência.** 2013.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: a estratégia clínica.** 11. ed. São Paulo: M. Fontes, 1988.

BRASIL. *Decreto n. 5.598 de 1 de dezembro de 2005*. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis ns 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2164-40-27-julho-2001-382123-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Constituição (1966). *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1966. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Subchefia Para Assuntos Jurídicos, 1966.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Lei n. 10.097, de dezembro de 2000*. 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008*. 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977*. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8859.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Decreto- Lei n. 5. 452, de 1 de maio de 1943*. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. *Portaria n. 002 de 28 de fevereiro de 2000*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.sefaz.es.gov.br/LegislacaoOnline/lpext.dll/InfobaseLegislacaoOnline/portarias/2000/port%2002.htm?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. *Situação atual – 2014*. Brasília: UniCEUB, 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. *Situação desejada – 2015-2019*. Brasília: UniCEUB, 2016.

POLÍTICA Institucional de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB. **A formação do egresso para o desenvolvimento social sustentável**. Brasília, 2007.

POLÍTICA Institucional de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB. *A formação do egresso para o desenvolvimento social sustentável*. Brasília: UniCEUB, 2007.

PROPOSTA pedagógica do UniCEUB. Brasília: UniCEUB, 2016.

PROGRAMA de apoio à comunidade interna. Projeto inclusão profissional dos talentos. Brasília: UniCEUB, 2007.

REFERENCIAL norteador da formação de profissionais: 2015 – 2019. Brasília: UniCEUB, 2016.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano 2, p. 10-16, mar./abr. 2009.

Baccin, Silvana IN Ontologia da Linguagem. Rafael Echeverría. Disponível em: <www.bazeggioconsultoria.com.br/o-modelo-observador/>.

BRAGA, Sonia. O COACHING ontológico: consciência de si e de suas ações! Disponível em: <<http://ideiasnocaos.blogspot.com/2009/10/o-coaching-ontologico-consiencia-de-si.html>>. 31/10/2009.



www.uniceub.br